UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

FLÁVIA MENESES DUARTE

Para além do que se vê: cicatrizes da violência doméstica contra mulheres

SÃO PAULO

2018

FLÁVIA MENESES DUARTE

Para além do que se vê: cicatrizes da violência doméstica contra mulheres

Versão original

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Experimental

Orientadora: Prof^a. Associada Lívia Mathias Simão

SÃO PAULO
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Duarte, Flávia Meneses

Para além do que se vê: cicatrizes da violência doméstica contra mulheres /
Flávia Meneses Duarte; orientadora Livia Mathias Simão. -- São Paulo, 2018.
200 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Cicatriz. 2. Violência Doméstica. 3. Alteridade. 4. Temporalidade. 5.
Construtivismo Semiótico-Cultural. I. Simão, Livia Mathias, orient. II. Título.

Nome: DUARTE, Flávia Meneses.

Título: Para além do que se vê: cicatrizes da violência doméstica contra mulheres

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutora em Psicologia.

Banca Examinadora

Aprovado em:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a todas as mulheres que se rebelaram contra o destino biológico que lhes fora imposto e, também, àquelas que ainda irão se rebelar.

AGRADECIMENTOS

À Professora Livia Mathias Simão que recebeu a mim e às minhas ideias tão embrionárias com interesse genuíno. Que ciente da minha trajetória acadêmica até então e do árduo caminho que eu teria de percorrer ao adentrar em outra área de conhecimento, depositou sua confiança em mim. Agradeço a oportunidade de ter sido sua orientanda, as valiosas críticas e sugestões que contribuíram não apenas para o meu desenvolvimento profissional, mas, sobretudo pessoal. Foram cafezinhos, almoços, jantares e muitos outros eventos especiais ao longo desses quatro anos. Muito obrigada por tudo, Professora! E assim foi, entre erros e acertos, o ciclo de intensa aprendizagem no Laboratório de Interação Verbal e Construção de Conhecimento - LIVCC.

Aos queridos Juliano Sampaio, Hernán Sánchez, David Florsheim, Ricardo Bulcão, Paula Franciulli, pela companhia sempre agradável.

Aos Professores Danilo Guimarães e Nilson Doria, sempre dispostos a compartilhar conhecimento; que entre uma conversa e outra cooperaram de maneira muito especial para a minha formação enquanto pesquisadora e futura docente em Psicologia.

Vivian Volkmer, Larissa Laskovski e Carolina Vivanco: dizer “muito obrigada” a essas pessoas é muito pouco. Elas me receberam de braços e livros abertos. Muito mais que colegas, parceiras que contribuíram e acompanharam o desenvolvimento do que seria o primeiro esboço dessa tese.

Ao Kleber Nigro, pelos diálogos enriquecedores sobre as Alteridades Canibais.

À Sirlene Miranda, parceira desde os tempos do mestrado que se tornou uma amiga para toda a vida.

Agradecimento essencial à Branca Paperetti, coordenadora da Eliane de Grammont e toda a sua equipe. Branca acolheu o projeto desta pesquisa e abriu as portas da instituição para que eu pudesse conhecer um pouco a realidade e a rotina de um serviço tão importante para as mulheres em situação de violência doméstica. Além disso, sua participação foi fundamental na mediação e contato com as mulheres que viriam a ser as participantes da pesquisa.

Às mulheres a quem entrevistei; elas aceitaram compartilhar comigo um pouco das suas histórias pessoais, apesar da dor que sabiam que iriam sentir ao tocar em um assunto tão delicado e embaraçoso. A melhor forma que encontrei para retribuir tamanha confiança foi abraçando a causa da violência de gênero, me dedicando à luta por um mundo menos desigual e mais respeitoso às mulheres.

À Márcia Gerbelli, pelos ouvidos, ombros e colo. Porque a gente precisa. Obrigada, Doutora!

A todos os amigos e familiares que sempre torceram por mim e me consolaram em momentos difíceis.

Aos professores que participaram da minha formação como Psicóloga. Em especial àquelas mulheres que instigaram em mim o gosto pelo fazer ciência: Ana Cristina Sundfeld, Judith Cristina G. Nogueira, Eliana Isabel de M. Hamasaki, Cristina Moreira Fonseca.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado.

*Acabei com tudo
Escapei com vida
Tive as roupas e os sonhos
rasgados na minha saída*

*Mas saí ferido
Sufocando meu gemido
Fui o alvo perfeito
Muitas vezes no peito atingido*

(...)

*Animal ferido
Por instinto decidido
Os meus rastros desfiz
Tentativa infeliz de esquecer*

*Eu sei que flores existiram
Mas que não resistiram
A vendavais constantes*

*Eu sei que as cicatrizes falam
Mas as palavras calam
O que eu não me esqueci*

*Não vou mudar
Esse caso não tem solução
Sou fera ferida
No corpo, na alma e no coração*

Fera Ferida, Roberto Carlos e
Erasmão Carlos, 1982

RESUMO

Duarte, F. M. (2018). *Para além do que se vê: cicatrizes da violência doméstica contra as mulheres*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Determinadas cicatrizes são inextricavelmente ligadas a experiências de vida dolorosas; também marcam a pessoa, mas em um âmbito que excede o físico. Mulheres que sobreviveram à violência doméstica normalmente passam a conviver com repercussões de longo prazo em decorrência das agressões, e a cicatriz é uma delas. A natureza desse tipo de cicatriz denuncia ao mundo um acontecimento pessoal, doloroso e humilhante, do qual normalmente não se quer falar; assim, evita-se exibi-las de forma a não fomentar a curiosidade alheia e a rememoração da violência sofrida diante da indagação proveniente das relações eu-outro (mundo). A cicatriz é, nesse sentido, a memória corporificada de uma agressão. Convém salientar que o significado das cicatrizes nesta pesquisa não foi compreendido, exclusivamente, à marca visível na pele, mas se estendendo a demais eventos rememorados pelas entrevistadas em suas narrativas. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa consistiu em investigar como o passado, gravado na pele em forma de cicatrizes, afeta a perspectiva de vida de mulheres que passaram por situação de violência doméstica, especialmente, no que diz respeito à forma como a mulher passa a conceber a futuridade; e quais as repercussões físicas e psicológicas que um corpo marcado por cicatrizes traz a mulher, sobretudo, o papel das relações eu-outro (mundo) sobre o processo de significação que se dá em torno das cicatrizes. A metodologia utilizada foi de base qualitativa e idiográfica, por meio de análise e interpretação de estudos de caso. A coleta de dados se deu através de entrevistas narrativas. A análise e a interpretação das narrativas foram embasadas nos pressupostos da perspectiva construtivista semiótico-cultural em Psicologia, balizadas pelas noções filosóficas de temporalidade e alteridade. No âmbito da temporalidade, os resultados indicaram, como esperado, que a experiência de violência doméstica não se encerra quando o último golpe é deferido na mulher: ela sente a extensão das agressões do passado ao conviver com os inúmeros prejuízos vivenciados no presente, que acabam por influenciar, de forma existencialmente negativa, a sua perspectiva de futuro. As entrevistadas mais jovens agem na direção das metas, que envolvem, primordialmente, a garantia da própria segurança material, física e psicológica, bem como a dos seus dependentes, apesar das tensões frente ao desconhecido. As entrevistadas mais maduras percebem-se limitadas ou mesmo impossibilitadas à realização das metas, que abarcam o desejo por um novo relacionamento amoroso. Isso porque, no âmbito da alteridade, todas as entrevistadas apresentaram uma tendência a generalizar todos os homens com base naquele que as agrediu. Além disso, as relações eu-mundo são prejudicadas, de forma geral, na medida em que a figura do outro é a de alguém em quem não se pode confiar. Destaca-se também que a situação da pesquisa pode gerar acolhimento à mulher e à sua narrativa, muitas vezes velada por receio de crítica ou vergonha, pois, na medida em que o pesquisador se coloca como um “outro” que inspira confiança, abre possibilidades para que a mulher ressignifique a experiência de violência e abra caminho para uma eventual superação.

Palavras-chave: cicatriz, violência doméstica, alteridade, temporalidade, Construtivismo Semiótico-Cultural.

ABSTRACT

Duarte, F. M. (2018). *Beyond what is seen: scars of domestic violence against women*. (Doctorate Thesis). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

Certain scars are inextricably linked to painful life experiences; it also mark the person, but in a way that exceeds physical limits. Women who have survived domestic violence usually has to deal with long-term repercussions because of the aggression – and the scar is just one of them. The nature of this type of scar reveals to the world a personal, painful and humiliating event, of which one does not normally want to speak about; women avoid showing them to inhibit others curiosity and the remembrance of the violence suffered due to the inquiry coming from the other-world relations. The scar is, in a way, the embodied memory of an aggression. It should be noted that the meaning of the scars in this research was not understood exclusively by visible marks on the skin, but leading to other events brought by the interviewees in their narratives. The purpose of the research was to investigate how the past, marked as scars in the skin, affects life perspectives in a woman who lived domestic violence experiences, especially, regarding the way women conceive futurity; and what are the physical and psychological repercussions that a body marked by scars has on a woman's life, above all, the role of I-other relations (world) on the process of meaning that occurs considering the scars. We used a qualitative and idiographic methodology, by analysis and interpretation of case studies, The data were composed by narrative interviews. The analysis and interpretation of the narratives were based on the theories of the semiotic-cultural constructivist perspective in Psychology, defined by the philosophical notions of temporality and otherness. In the scope of temporality, the results indicate, as expected, that the aggressions do not end with the last assault suffered by the woman, who feels the consequences of those past aggressions by living with the innumerable losses experienced in the present that end up influencing, in an existentially negative way, her perspective on the future. Younger interviewees are moving towards their goals, which primarily include ensuring their own material, physical and psychological security, as well as of their dependents, despite tensions with the unknown. More mature interviewees perceive themselves limited or even disabled to achieve the goals, which involve the desire of a new relationship. This is because, in the context of alterity, all interviewees showed a tendency to generalize all men based on the one who attacked them. Besides, I-world relations are generally impaired, since the figure of the other is the one not be trusted. It is also worth noting that the research situation can generate a welcome to the woman and her narrative, often veiled by fear of criticism or shame, because, as long as the researcher behaves as a reliable other, it can enable the woman to re-signify the experience and open the way for an eventual overcoming.

Keywords: scar, domestic violence, alterity, temporality, Semiotic-Cultural Constructivism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	19
2.1	CONSTRUTIVISMO SEMIÓTICO-CULTURAL EM PSICOLOGIA..	19
2.2	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.....	27
2.3	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	30
3	MÉTODOS.....	32
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO IDIOGRÁFICO.....	32
3.2	LOCAL.....	33
3.3	A ENTRADA NO CAMPO.....	33
3.4	PARTICIPANTES.....	34
3.5	PROCEDIMENTO DE ACESSO ÀS NARRATIVAS.....	35
3.6	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NARRATIVAS.....	36
3.7	REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO DECORRENTE DOS DIÁLOGOS OCORRIDOS NAS RELAÇÕES PESQUISADOR-PARTICIPANTE.....	39
4	RESULTADOS E ANÁLISES INTERPRETATIVAS.....	46
4.1	ANÁLISE INDIVIDUAL DOS CASOS.....	46
4.1.1	A história das cicatrizes de Aurora.....	48
4.1.1.2	<i>Análise interpretativa das narrativas de Aurora.....</i>	49
4.1.2	A história das cicatrizes de Celeste.....	57
4.1.2.1	<i>Análise interpretativa das narrativas de Celeste.....</i>	59
4.1.3	A história das cicatrizes de Rosa.....	69
4.1.3.1	<i>Análise interpretativa das narrativas de Rosa.....</i>	70
4.1.4	A história das cicatrizes de Vitória.....	79
4.1.4.1	<i>Análise interpretativa das narrativas de Vitória.....</i>	82
4.2	SÍNTESE DA ANÁLISE INTERPRETATIVA SOBRE AS NARRATIVAS DAS PARTICIPANTES.....	86
4.2.1	Cicatrizes e temporalidade.....	87
4.2.2	Cicatrizes permeando as relações eu-outro (mundo).....	94
5	DISCUSSÃO.....	99
5.1	TEMPORALIDADE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:	

	SINGULARIDADE OU REPETIÇÃO DA EXPERIÊNCIA?.....	99
5.2	ALTERIDADE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS	121
	ANEXO: Parecer Consubstanciado do CEP.....	127
	APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)...	130
	APÊNDICE B: Roteiro Temático da Entrevista Narrativa.....	131
	APÊNDICE C: Entrevista com Aurora (1/2).....	132
	APÊNDICE D: Entrevista com Aurora (2/2).....	139
	APÊNDICE E: Entrevista com Celeste.....	145
	APÊNDICE F: Entrevista com Rosa.....	169
	APÊNDICE G: Entrevista com Vitória.....	180

1 INTRODUÇÃO

O exercício da psicologia clínica ao longo dos últimos dez anos tem sido uma tarefa instigante e ao mesmo tempo complexa. Digo isso porque o outro – aquele que busca os serviços que um psicoterapeuta oferece – apresenta-se como um constante enigma que demanda esforços do psicoterapeuta na tentativa de decifrá-lo. Por mais que essa busca seja entendida como abertura ao outro, um convite que o cliente faz ao psicoterapeuta para que este possa conhecê-lo (a si e a seu mundo) – o que denota uma relação com a alteridade – o acesso ao outro, em sua completude, é impossível: será sempre uma tentativa.

Isso porque não é possível deduzir, por similaridade ao eu, o que o outro pensa, deseja ou sente. Há no outro algo que sempre escapará ao eu, que o torna imprevisível apesar de sua aparente previsibilidade; o outro, então, permanece um segredo (Boesch, 2007a; Delamarre, 1996, citado por Simão, 2010). Dessa forma, engana-se o psicólogo que, em sua onipotência ingênua, acredita na apreensão fácil do outro, da possibilidade do eu em conhecê-lo em sua totalidade, seja na pesquisa ou na prática profissional (Simão, 2010). Em contrapartida, não podemos nos esquecer do processo de contra investigação inerente a certos tipos de relação eu-outro, incluída aí a relação psicoterapeuta-cliente: o psicoterapeuta é também um mistério sob a perspectiva do seu cliente.

Talvez tenha sido o gosto pelo “mistério do outro” que tenha me conduzido até aqui, a resultar no desenvolvimento da presente pesquisa. Se a psicologia me capturou no âmbito profissional (o que não deixa de ser pessoal), o universo da fotografia tem sido para mim uma paixão paralela, uma espécie de *hobby*. Sontag (1981) explica o fascínio pela fotografia pelas múltiplas significações que suscita. “A grande lição da imagem fotográfica está em poder afirmar: ali está a *superfície*. Agora pense – ou melhor, sinta, intua – no que possa estar do outro lado dela [grifos meus]” (p.22). Nesse sentido, a fotografia é permeada por um mistério acerca de determinada ocasião da qual apenas se pode deduzir algo com base no que se vê; assim como o outro, a fotografia também nos reserva algo impossível de acessar em sua integralidade.

Tentando encontrar alguma semelhança entre o psicólogo em sua prática profissional ou de pesquisa e a experiência de um espectador frente a uma imagem, penso que há, diante desses dois personagens, algo que em parte se mostra, que é explícito; mas há também algo a ser investigado e desvelado. Normalmente, nos atentamos à imagem que passamos de nós mesmos em nossas relações eu-outro (mundo): a respeito da aparência física, o corpo humano é uma espécie de cartão vivo de visitas, fonte de constante preocupação, uma vez que a aparência coloca a pessoa à mercê do olhar avaliativo do outro (Le Breton, 2006).

Entretanto, essa preocupação não se restringe à imagem física; ela se estende à imagem do nosso eu, de maneira geral; de quem realmente somos, para além do que demonstramos ser. Ao perceber que seremos retratados em uma fotografia, tentamos encontrar o melhor ângulo que favoreça a nossa imagem; é comum pedirmos um breve instante para verificar se a aparência está em ordem e então liberamos o “clique”. Diante de certas ocasiões sociais, nos trajamos desta ou daquela maneira, selecionamos o vocabulário ideal e assuntos pertinentes diante de determinada audiência. Nos preparamos para que o outro guarde nossa melhor impressão. A verdade é que estamos sempre tentando parecer melhor do que percebemos ser. Nesse sentido, Le Breton (2009) aponta que, especialmente nas sociedades ocidentais, o indivíduo deseja oferecer ao outro uma imagem positiva de si mesmo e isso parece estar relacionado ao receio de sentir vergonha frente ao julgamento alheio, real ou potencial.

Foi devido ao meu interesse pessoal sobre fotografias que cheguei aos seguintes trabalhos fotográficos: o *TheNu Project*¹ e o *The Scar Project*². Ambos os trabalhos vão na contramão do que expus anteriormente acerca da aparência física e da preocupação com a autoimagem: mulheres, em sua grande maioria, revelavam os próprios corpos. Despidas de suas vestes e cobertas de coragem, tornaram público o que tinham de mais privado.

Ao percorrer as diversas imagens, percebi que as fotografias que mais exerciam fascínio sobre mim eram justamente as que apontavam um contraste entre beleza e o avesso do que é culturalmente considerado belo. Estava à mostra naquelas imagens justamente o que normalmente se esconde – marcas, cicatrizes, imperfeições. Logo, a beleza retratada nas fotos consistia em mostrar-se como se é, na realidade. Observar toda aquela verdade nua, literalmente falando, me impactou grandemente porque, de alguma maneira, na posição de psicoterapeuta, eu também observo pessoas que se desnudam, simbolicamente, e que me dão permissão para olhar para aspectos bastante íntimos das próprias existências, muitas vezes jamais demonstrados ou relatados a ninguém. E participar desta experiência é, sem dúvida, ter algum acesso ao que é de mais belo no outro, a sua verdade.

Mas a minha saga fotográfica não parava aí. Dentre tais fotografias, uma em especial me deixou bem intrigada. Era o corpo de uma mulher marcado por cicatrizes; seu rosto não estava à mostra, diferente da maioria das mulheres retratadas. Imediatamente pensei: qual

¹Cf.: <http://www.thenuproject.com>.

²Cf.: <http://www.thescarproject.org>.

seria a história daquela imagem, daquela pessoa? O que aquelas marcas tinham para contar? O que estava “por trás” daquelas cicatrizes? Não imaginava que, naquela ocasião, se engendrava uma pergunta-problema que viria a culminar numa tese de doutorado sobre cicatrizes e seus significados.

Nas palavras de Lebrun (1983), “a maior parte do tempo, uma imagem nos interessa porque indica alguma coisa que não está na imagem: pelo que nos deixa adivinhar, ou pelo que *continua a ocultar* [grifos meus]” (p. 28).

O oculto, o que está sob a superfície, remeteu à pele enquanto superfície do eu, fronteira última entre eu e o outro (mundo); ao mundo subjetivo e particular que o eu esconde, mas não totalmente: a pele deixa escapar pistas acerca da história de quem a habita. Desse modo, para além de ser o órgão do tato, a pele é também um órgão de comunicação: expressa, provoca, denuncia.

Nesse sentido, o que oculta uma cicatriz? O que ela deixa escapar? Pressupõe-se nessa pesquisa que determinadas cicatrizes estão inextricavelmente ligadas a acontecimentos que também marcam a pessoa, mas em um âmbito que excede o físico. De acordo com Ernst Boesch (2007b) e sua Teoria da Ação Simbólica (1991), a realidade é vivida sempre em duas dimensões: factual e metafórica. Isto significa que uma mesma experiência é vivenciada por alguém como um fato *per se*, mas também simbolicamente, devido ao significado particular que o indivíduo atribui a esta experiência.

Considerando a tese de Boesch (2007b), no que diz respeito à cicatriz, sua dimensão factual refere-se ao resultado final de um processo de regeneração celular dos tecidos da pele após terem sido lesionados; sua dimensão metafórica toca aos significados pessoais e culturais que giram em torno daquela cicatriz, do que ela simboliza tanto para a pessoa que a tem gravada sobre a própria pele como para aquele que a enxerga no corpo do outro.

Ao atribuírmos significado a uma cicatriz, intrinsecamente adicionamos valor a ela; essa valoração se dá com base em distinções que os nossos sistemas de percepção e ação produzem. Isso quer dizer que cada interpretação que fazemos acerca da realidade é sempre carregada de valor, a começar do valor inerente à própria distinção. Ademais, o fato de tais interpretações serem valorativas conduz à evocação de possibilidades de ação (Valsiner, 2012).

Nessa direção, cicatrizes decorrentes de eventos de vida considerados como infortúnios podem vir a ser valoradas positivamente, de acordo com o significado que a pessoa atribui àquela experiência. Marcas que simbolizam o “renascimento” após um grave acidente ou aquelas que representam a vitória sobre uma doença podem consistir em signos de

superação frente às adversidades da vida. Nesses casos, o aspecto estético da cicatriz geralmente torna-se irrelevante frente ao que ela representa para a pessoa.

Em contrapartida, há também as cicatrizes que resultam de acontecimentos planejados ou desejados pela pessoa: por exemplo, aquelas que são oriundas de intervenções cirúrgicas a fim de conquistar a aparência física idealizada ou aquelas que simbolizam a chegada de um filho esperado. Nesse sentido, temos a dialogia entre *desejado-indesejado*: a cicatriz torna-se um resultado experiencialmente positivo, na medida em que o objetivo ou o sonho daquela pessoa foi realizado, apesar da marca gravada sobre a pele.

Entretanto, há cicatrizes de gênese involuntária, que nos adverte quanto aos limites do nosso potencial de ação³. São cicatrizes que trazem em si mesmas memórias de acontecimentos de vida que, em sua adversidade, são difíceis de serem valoradas positivamente frente aos danos, muitas vezes permanentes, que se instauram na vida da pessoa após tais acontecimentos.

Nesse sentido, tais cicatrizes remetem a experiências de vida dolorosas, que promovem lembranças de momentos difíceis; logo, não marcam somente o corpo, mas a vida da pessoa, de forma geral. Isso porque, em termos de corporeidade humana,

(...) o homem faz do mundo a extensão de sua experiência; transforma-o em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural (Le Breton, 2006, p. 8).

Pessoas que sobreviveram à violência frequentemente consideram este tipo de experiência um evento traumático, entendido como aquele em que a pessoa sente-se totalmente desamparada frente a uma força que é percebida como ameaçadora à vida (Brison, 1999). Nesse sentido, para além das sequelas físicas causadas pela violência (a cicatriz é um exemplo), eventos traumáticos estão permeados por memórias traumáticas: lembranças incontroláveis, invasivas – *flashbacks* de um acontecimento que parece ter vida própria, independentemente da vontade ou consciência da pessoa (Brison, 1999; Culbertson, 1995).

A fim de delimitar o escopo sobre o qual a presente pesquisa se faz, as cicatrizes de interesse à nossa reflexão são aquelas oriundas da violência doméstica contra a mulher. O intuito de debruçar-me, especificamente, sobre o processo de significação em torno de tais

³Potencial de ação “pode ser definido como sendo a medida do sentimento de confiança em alcançar nossos padrões pessoais em qualquer situação” (Boesch, 1991, p. 35). Refere-se à motivação que impulsiona, regula ou controla o agir; indica o grau de capacidade que avaliamos ter ao buscar alcançar os objetivos almejados. Quando o potencial de ação é positivo, significa que as ações específicas daquela pessoa em determinada direção estão associadas ao sentimento de sucesso, competência e/ou satisfação.

cicatrizes se deu, ainda na fase inicial da pesquisa, quando tive acesso a uma reportagem⁴ divulgando um projeto piloto no Estado de São Paulo, que oferecia cirurgia plástica reparadora gratuitamente a mulheres que passaram por situação de violência doméstica, através da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP). A reportagem fazia alusão à questão de a cicatriz ser mais que uma preocupação estética, na medida em que leva a um constante retorno à memória do ataque.

As narrativas de algumas mulheres que já passaram pelo procedimento são relatadas na reportagem, a qual descreve parte das experiências pessoais envolvendo violência e cicatriz, bem como alguns dos efeitos apontados após a reparação cirúrgica. Constrangimento social, preconceito (especialmente de ordem sexista), dor física permanente, dor psíquica intrínseca às persistentes lembranças, preocupação estética e crenças negativas a respeito de relacionamentos íntimos, são alguns dos desdobramentos descritos pelas mulheres. Em relação aos resultados da cirurgia reparadora, as mulheres descreveram terem conseguido a amenização do aspecto estético da cicatriz, que abarca tanto a possibilidade de resgatar a autoestima – aspecto importante para a reconstrução da vaidade e autoimagem feminina – bem como a possibilidade da cicatriz passar despercebida pelo outro, o que, segundo as entrevistadas, ajuda a atenuar também as más recordações.

Nesse sentido, a relação existente entre o olhar do outro sobre as cicatrizes e as lembranças indesejadas em torno dos acontecimentos que geraram as lesões, que consequentemente resultaram nessas marcas, são fonte de constantes tensões intra e intersubjetivas para a mulher que foi agredida. A natureza desse tipo de cicatriz é permeada por significados pessoais e culturais, normalmente de ordem pejorativa, em que a vítima é usualmente julgada como responsável pela violência sofrida tão duramente quanto – ou até mais – que o homem agressor. Nos discursos de culpabilização das mulheres, elas são consideradas passivas e aquiescentes diante de toda a sorte de agressões que vivenciaram. Dessa forma, calam o sofrimento pelo receio da crítica e vergonha (Ravazzola, 1997). De acordo com Zuwick (2001, p. 89), “a vergonha de que deveria ser portador aquele que a agrediu volta-se a contra a mulher e a silencia, tornando-a parte da rede que sustenta a dominação”.

Desse modo, atenuar a aparência física da cicatriz, para as mulheres entrevistadas, parece ter sido uma forma de diminuir as chances de serem percebidas pelo outro

⁴ Disponível em:

<http://www.dw.de/projeto-oferece-cirurgia-pl%C3%A1stica-gratuita-para-mulheres-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia/a-17566575>.

Publicado em 14 de abril de 2014. Autoria: Marina Estarque.

principalmente, ou até exclusivamente, em virtude das cicatrizes gravadas sobre o corpo; de serem foco de atenção por uma ocasião sobre a qual não se sente orgulho, mas embaraço e vergonha. Além disso, elas narraram melhorias na qualidade de vida como um todo, em decorrência da correção ou minimização dos prejuízos físicos decorrentes das agressões. Essas foram algumas das conquistas relatadas por essas mulheres, que relatam a possibilidade de acreditar em um recomeço.

Outro motivo para eleger tais mulheres como participantes desta pesquisa se deu porque a violência doméstica constitui-se em um problema não apenas em nível nacional, como também em nível mundial. O número de pesquisas e publicações internacionais a respeito do tema reflete a dimensão do problema em diversas culturas. Em um estudo bibliométrico realizado por Bhone, Lourenço e Brum (2011), dos 551 artigos publicados sobre violência doméstica entre 2006 e outubro de 2009, mais da metade (51,25%) relatava violência doméstica exclusivamente contra a mulher.

No Brasil, trata-se de uma questão de saúde pública relevante, tamanha a repercussão dessa violência sobre a saúde da mulher. As repercussões físicas incluem o aparecimento de doenças crônicas, traumatismos e deficiências. Do ponto de vista psicológico, o aspecto traumático da violência afeta o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e afetivo. Sentimentos de insegurança, medo, impotência, tristeza, ansiedade, fragilização das relações sociais em consequência do isolamento, além do abuso de álcool e drogas, são comuns em relatos de mulheres que passaram por essa situação (Conselho Federal de Psicologia, 2012), configurando-se um desafio para os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2001; 2011).

Frente aos dados preocupantes em torno do fenômeno da violência doméstica contra a mulher e das cicatrizes que lhe são resultantes, entendidas como signos representativos das repercussões físicas e psicológicas inerentes às agressões e que, portanto, afetam a saúde e qualidade de vida da mulher, demanda um olhar da psicologia sobre o assunto, que se dará, nesta pesquisa, sob a perspectiva teórico-metodológica e ética da psicologia semiótico-construtivista (Simão, 2003, 2010, 2015a).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 CONSTRUTIVISMO SEMIÓTICO-CULTURAL EM PSICOLOGIA

A presente pesquisa é embasada pelos princípios teórico-metodológicos e éticos do Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia (Simão, 2003, 2010, 2015a), perspectiva que se desenvolveu inicialmente com as proposições de teóricos como William James (1842-1910), George Herbert Mead (1863-1931), Heinz Werner (1890-1964), James Mark Baldwin (1861-1934), Kurt Lewin (1890-1947), Lev Vygotsky (1896-1934), Jean Piaget (1896-1980), Mikhail Bakhtin (1895-1975), Pierre Janet (1859-1947) e, adicionalmente, algumas ideias centrais do filósofo Henri Bergson (1859-1910). Entre as abordagens contemporâneas que mais representam esta abordagem encontram-se os trabalhos de Ernst Boesch (1916-2014) e Jaan Valsiner. Contemporaneamente, vem articulando, ainda, questões filosóficas relativas à alteridade e temporalidade através do diálogo hermenêutico (Hans Gadamer, 1900-2002) entre filosofias e a psicologia semiótico-cultural (Simão, 2015a).

Sob o prisma do Construtivismo Semiótico-Cultural, as relações intersubjetivas desempenham papel essencial sobre os processos individuais de desenvolvimento humano graças à mediação social simbólica aí envolvida; a busca por compreendê-las “toca a problemática da relação do sujeito com o seu mundo, onde estão presentes os ‘seus outros’” (Simão, 2010, p.88). Nesse sentido,

(...) As interações comunicativas eu-outro são compreendidas como oportunidades para os processos de significação, na medida em que ocorre uma multiplicidade de reconstruções reflexivas das mensagens. Nesse processo, cada pessoa transforma ativamente as expressões do outro, na tentativa de integrá-las em sua base cognitivo-afetiva, a qual também pode ser transformada nesse mesmo processo (Simão, 2015a, p. 65, tradução minha).

A vertente “cultural” da psicologia semiótico-construtivista em questão toma por base o conceito de cultura em Ernst Boesch (1991, p. 29). Segundo o autor, “cultura é um campo de ação⁵, cujos conteúdos variam desde objetos feitos e usados por seres humanos até instituições, ideias e mitos”. Em sua perspectiva, ao mesmo tempo em que a cultura induz e controla a ação, a cultura é também transformada pela ação; da mesma forma que a cultura oferece possibilidades, ela estipula limites para a ação. Nesse sentido, cultura é tanto um processo como uma estrutura (cf. Boesch, 1991, pp. 29-38); é um campo bidirecional que

⁵ “Campo de ação” em Boesch (1991) aproxima-se ao “espaço de vida” em Kurt Lewin. Aproxima-se, mas não é o mesmo, porque Boesch encontra duas razões para não utilizar o conceito lewiniano. Primeiramente, porque para Lewin, pessoa e ambiente psicológicos estão separados conceitualmente, enquanto que para Boesch, a ação só é possível porque existe alguém que age; logo, são indissociáveis. E a outra razão é que em Lewin, aquilo que o indivíduo não conhece também não existe em seu campo de ação, enquanto que para Boesch, o indivíduo nem sempre está consciente das possibilidades que a cultura lhe oferece (cf. Simão, 1989, p. 54).

regula a ação do sujeito, tanto em termos da execução física das ações – regras sociais –, quanto através de significados pessoais (Simão, 2010; Valsiner, 2012).

Com base na Teoria da Ação Simbólica (1991), em Boesch “cultura” e “ação” não são pensáveis isoladamente uma da outra; ambas as noções são ligadas indissociavelmente e tal ligação se dá pela subjetividade da ação (Simão, 1998, p. 58). Isto quer dizer que, ao agir, experimentamos o mundo de forma subjetiva, peculiar a cada um de nós; transformamos o ambiente físico e objetivo em ambiente percebido, pensado e sentido, através do significado particular que atribuímos a cada experiência de vida, vida essa que acontece inserida em uma cultura, composta por outros indivíduos que também interpretam, continuamente, as próprias realidades e a dos outros (Boesch, 1991, 2007b; Simão, 1998).

Para dar conta de explicar a relação entre significados privados e significados coletivos na experiência pessoal, Boesch propõe os conceitos de *mito* e *fantasma* (Simão, 2010). Mitos tomam a forma de história e são de origem coletiva; entretanto, tornam-se componentes subjetivos da realidade do indivíduo. Um mito é um sistema de explicação e justificação acerca da realidade, em que nenhuma prova racional a esse respeito pode ser fornecida; é um padrão superordenado de explicação e motivação que regula a ação social (cf. Boesch, 1991, p. 124). Fantasmas são as contrapartidas pessoais que o indivíduo faz, no interior do seu *self*, a respeito dos sistemas gerais das regras culturais, conforme aponta Valsiner (2012) desde Boesch (1991). Desse modo, fantasmas são elaborações pessoais a respeito dos mitos, que são de ordem coletiva. Mitos e fantasmas equivalem ao que Valsiner (1989) entende por cultura coletiva e pessoal, respectivamente.

Para Boesch (1991, p. 43) “ação é uma atividade dirigida por uma meta realizada dentro de um ambiente específico, utilizando certo número de técnicas instrumentais que permitem ao ator preencher a lacuna entre a intenção inicial e a realização concreta da meta”. A ação é composta por quatro constituintes básicas: a intenção, que corresponde à *formação da meta*; o procedimento, ao qual chama também de *ação instrumental*; o alcance da meta (*meta consumada*) e, por fim, a *incorporação da situação*. A ação é também constituída por fases, temporalmente falando: inicial, processual e terminal.

Segundo Boesch (1991), em todos os momentos da vida nós nos encontramos inseridos em um complexo de condições erguidas durante o passado – e que dizem respeito a nossa história de vida –, ou fornecidas pelo ambiente. Para que sejamos capazes de agir, devemos fazer seleções dentro deste complexo para então organizá-lo ou transformá-lo, tendo em vista os objetivos almejados.

Desse modo, a fase inicial da ação requer que o indivíduo estabeleça relações entre as suas condições internas e externas para agir, uma combinação entre a experiência de vida que possui e o que o ambiente lhe dispõe; caso não haja condições externas disponíveis, o indivíduo pode vir a criá-las. Uma vez percebendo-se com condições internas e externas na direção da ação, o indivíduo ainda carece de uma excitação para agir, o que Boesch (1991) chama de *intenção*. Ou seja, se o indivíduo não estiver motivado a agir, apesar da disponibilidade de condições, ele não o fará; o que seria uma ação futura permanecerá no âmbito dos planos e ideias.

Nesse sentido, o potencial motivacional de uma meta é de ordem subjetivo-afetiva (Boesch, 1991; Simão, 1998). Portanto, podemos sumarizar que a fase inicial da ação gira em torno dos desejos, ideias, planos e expectativas em torno de uma meta e que a ação não transforma apenas o seu entorno, mas também o indivíduo que age e, nesse mesmo processo, aprende sobre si mesmo e sobre o mundo.

A fase processual da ação refere-se às regulações que o indivíduo faz entre meios e fins da ação (Simão, 1998). Boesch (1991, p. 58) remonta a *regulações*⁶ em Pierre Janet, no sentido de “ações secundárias” (micro-ações às quais constituem a “ação primária”, isto é, a ação desejada) que tem por função corrigir possíveis desvios de uma ação e de seu curso antecipado. Nos termos de Boesch, seria equivalente a dizer que o indivíduo age no sentido de diminuir a discrepância existente entre os valores reais e visados⁷.

Valor real e valor visado, respectivamente, dizem respeito à realidade percebida e às expectativas imaginadas pelo indivíduo acerca de determinada situação; entre os valores sempre haverá uma discrepância. Para elucidar a divergência entre tais valores, o autor dá o exemplo de um oleiro, que, antes de produzir um vaso, tem em mente a imagem do vaso por ele idealizada. A ação do oleiro no processo de sua produção consiste em esforçar-se constantemente na busca por minimizar as divergências entre ambos os valores. Apesar disso, o vaso pronto (real) nunca corresponderá exatamente ao vaso imaginado (cf. Boesch, 1991, pp. 103-104).

A fase terminal da ação diz respeito ao momento em que o indivíduo cessa a ação; entretanto, finalizar uma ação depende, primeiramente, de um ato de avaliação quanto ao objetivo em questão: ou quando se acredita que o objetivo foi alcançado ou, pelo contrário, quando se desiste de atingi-lo, seja pelo indivíduo perceber-se incapaz ou por falta de

⁶Conforme Boesch (1991, p. 58), em sentido Janesiano, “regulações consistem em aumentos ou diminuições da energia (emocional) colocada em uma ação”.

⁷Do original em inglês: *is-value* and *should-value*.

disposição. “O relevante é que, em qualquer desses casos, essa decisão baseia-se tanto em fatores racionais quanto emocionais, sincreticamente combinados, a que Boesch chama apelo” (Simão, 1989. p. 62).

Na Teoria da Ação Simbólica (1991) além dos conceitos nucleares de *cultura* e *ação* (ação que é indissociável de um sujeito) há também a noção de *objeto* que, por sua vez, não é pensável separadamente da ação. Apesar da inseparabilidade entre *ação* e *objeto*, no âmbito experiencial da pessoa essa distinção é bastante clara: a ação corresponde à percepção que temos de nós mesmos, isto é, do nosso mundo interno, ao passo que *objeto* refere-se à percepção que temos daquilo que faz parte do mundo exterior. Podemos então acrescentar que, da mesma forma que ação e sujeito não se separam, tal como ação e objeto, logo, sujeito e objeto também são inseparáveis (Simão, 2002).

Como citado anteriormente, para Boesch (2007b) as experiências são sempre vivenciadas em duas dimensões: factual e metafórica. Na relação sujeito-objeto não é diferente. A concepção de sujeito em Boesch é a de “um sujeito simbolizador, que dota os objetos de significado ao agir sobre eles” (Simão, 2002, p. 90). Portanto, um objeto é constituído por materiais específicos, com fins específicos; esta dimensão objetivo-racional do objeto é compartilhada socialmente, ao passo que a dimensão subjetivo-funcional diz respeito ao que o objeto representa para o sujeito, a qual nem sempre é socialmente compartilhada.

Através do exemplo do *souvenir*, Boesch (1991) aponta-nos a importância de um objeto e seu significado para a estruturação da identidade do sujeito: o objeto faz a mediação entre passado e presente, bem como entre eu e o outro. Isto quer dizer que ligar o passado ao presente estabelece um sentido de continuidade e consistência do eu em relação às próprias experiências. Nesse sentido, como aponta Simão (2002, p. 92) “(...) o *souvenir* que é dado a alguém representa a ligação de uma pessoa à outra, na medida em que uma traz seu passado prazeroso e o oferece à outra. O objeto simbólico, portanto, também modela as relações sociais”.

Sobre a relação do sujeito com o próprio corpo, podemos pensá-la equivalente à relação sujeito-objeto; o corpo enquanto objeto material apresenta uma dimensão objetivo-racional, que toca à aparência física desse corpo que é acessada e compartilhada socialmente. Entretanto, o interior deste corpo é também composto por matéria, mas que em condições naturais não está acessível aos nossos olhos; apesar dessa face interior do corpo, ainda estamos nos referindo a sua dimensão objetivo-racional. No que se refere à dimensão subjetivo-funcional do corpo, aí reside o eu e seu mundo interior. Dessa perspectiva,

estariamos propondo uma dicotomia entre o eu e o corpo, em termos de dentro e fora, interno e externo?

Boesch (1991, p. 312) refletiu a questão da corporeidade humana em termos da relação eu-corpo, chamando-nos a atenção pela forma com a qual usamos ambos os termos, isto é, “eu” e “corpo”, que aparentemente não são utilizados como sinônimos, como se estivéssemos tratando de coisas apartadas uma da outra. O que o autor pretende mostrar é mais que uma distinção meramente semântica: algumas vezes, vivenciamos uma dicotomia eu-corpo, apesar de ser o corpo o executor das ações do eu; segundo ele, não se trata de uma dualidade mente-corpo, mas, sim, de uma qualidade da nossa realidade subjetiva.

Nessa direção, Boesch (1991) fornece exemplos de como acreditamos ter um corpo subserviente à mente. Desde crianças, somos ensinados a controlar as funções corporais como se o corpo fosse dissociado do eu. Até que somos “traídos”, ainda pequenos, pelas calças molhadas ou ainda quando ruborizamos diante de uma situação em que não é possível esconder nosso constrangimento. Diz ele: “(...) Podemos discordar do nosso corpo, até mesmo odiá-lo, tentar transformá-lo, disfarçar, melhorá-lo; mas mesmo quem ama seu corpo ainda mantém uma distinção entre o eu e a sua *carapaça* [grifos originais]” (p. 312).

“Quando *nosso corpo* nos obedece, ele é um instrumento de ação; caso isso não aconteça, ele pode ser experimentado como um obstáculo, limitação ou barreira⁸” (p. 313) [grifos originais]. Isto é, podemos vivenciar uma relação eu-corpo harmoniosa (ocasião em que os valores visados foram contemplados) ou, pelo contrário, vivenciar uma relação de antagonismo eu-corpo, indicando um desacordo que tanto pode existir entre o eu e a autoimagem como entre o eu e o seu funcionamento (ou os dois, simultaneamente), em que os sentimentos de descontentamento, irritação e contrariedade, por exemplo, são acentuados.

A respeito do corpo experienciado pelo eu como limitação, Coelho Júnior (n.d, p.4) afirma que “a doença, o fracasso, a dor e o sofrimento nos revelam uma outra dimensão do corpo, nos lembram que além de termos um corpo, somos um corpo”.

Boesch (1991, p. 314) chama de “experiências de pico” aquelas que promovem no eu a impressão de um funcionamento corporal ótimo; entretanto, conforme o autor, os sentimentos relacionados a tais experiências – emoção, euforia, triunfo – colocam o sujeito em vulnerabilidade, uma vez que a percepção de que tudo corre em perfeito estado pode

⁸Conforme Boesch (1991), ao agir o indivíduo se depara com *barreiras* ou *fronteiras*, que não apenas limitam a sua liberdade de escolha, mas requerem dele regulações sobre as próprias ações para que possa defrontá-las. Nesse sentido, “uma *barreira* é uma área difícil de sobrepassar, podendo haver, para tanto, a necessidade de que seja interposta uma ação específica; contudo, uma vez cruzada a barreira, a ação pode continuar mais ou menos como antes. Uma *fronteira*, em contraste, marca a separação entre duas áreas de comportamento que requerem adaptações específicas, a cada uma, na forma e direção da ação do indivíduo (p. 113).

contribuir para que passem despercebidas pistas que sugerem que algo pode “dar errado”, até que o corpo nos trai, indicando-nos o quanto estamos propensos a ferimentos, doenças e limitações. Sobre a experiência de vulnerabilidade, Boesch (1991) complementa que:

(...) cada corte, arranhão, ou contusão confirmarão e demonstrarão a nossa exposição a ameaças externas; cada febre, dor de cabeça ou náusea também nos faz conscientizar de uma vulnerabilidade que aparenta vir de dentro. O corpo, então, representa uma espécie de zona de crepúsculo, pertencente ao eu e, ao mesmo tempo, também distinto dele. De qualquer modo, a vulnerabilidade pode ser experienciada por nós mesmos ou observando o que acontece aos outros (pp. 314-315, tradução minha).

Com base em Boesch (1991), cicatrizes decorrentes da violência doméstica são consideradas nesta pesquisa como objetos que apontam para uma relação de antagonismo eu-corpo, na medida em que tais marcas passaram a residir no corpo da mulher sem autorização, como se o próprio corpo a ela não mais pertencesse. A imagem corporal real e atual é a imagem de um corpo modificado forçosamente em função das lesões causadas pelas agressões e, frequentemente, das intervenções necessárias visando a correção ou mesmo a minimização dos prejuízos. Essa imagem, então, é comparada e distinguida negativamente com a imagem corporal que se tinha anteriormente à violência, divergência sentida pela mulher como inquietante (Simão, 2003, 2016).

A respeito da autoimagem, Boesch (1991, p. 317) discorre acerca do que ele chama de “comportamento espelho” e sua origem. Refere-se ao comportamento de olhar a própria imagem refletida, comportamento esse que nos acompanha ao longo da vida e tem seu início ainda na infância, fase em que a criança explora a própria curiosidade acerca de seu corpo, bem como as suas tendências exibicionistas. Isso explicaria, em parte, a atração das crianças (e também dos adultos) pelo espelho. Para o autor, o espelho é um instrumento de autoescrutínio, que para além da aparência externa, toca à nossa *essência* interna [grifos originais].

Segundo Boesch (2007a, p. 6), é mais provável que sejam as mulheres (em comparação aos homens) que passam mais tempo em frente ao espelho, a fim de criar uma imagem baseada no que pensam ser a imagem socialmente desejada, ocasião em que a discrepância entre o *self* privado e o *self* social pode acontecer. Nessa situação, a taxonomia de aparências que a pessoa tem de si mesma se choca com a sua experiência interior, fazendo a pessoa vivenciar um sentimento de desconforto ou mesmo perplexidade – “esta realmente sou eu!?” – indicando que a imagem diante do espelho aparenta ser diferente de como a pessoa se imagina ou gostaria de ser. Dessa forma, o estranhamento sentido diz respeito ao eu

que se vê como outro (não-eu), na medida em que aquela imagem não converge à percepção ou ao desejo de imagem que o eu tem ou gostaria de ter sobre si mesmo.

Entretanto, não é apenas o espelho que revela ao eu a sua imagem (desejada ou não). Há outro tipo de espelho digno de atenção. Esse espelho ao qual me refiro é vivo, tem vontade própria, se locomove, olha, questiona, persegue, enobrece, aprova e desaprova, mesmo que não seja consultado. Muito mais difícil de escapar, dita regras, modismos e um padrão de beleza imposto culturalmente. Esse espelho é de origem social, encarnado na figura do outro, que se coloca como o espelho do eu. Conforme Le Breton

Em condições comuns da vida social, as etiquetas acerca de uso do corpo regem as interações: circunscrevem as ameaças suscetíveis de surgir do que não se conhece, dão origem a referências que asseguram o desenvolvimento da troca. Diluído assim no ritual, o corpo deve passar despercebido, fundir-se nos códigos e cada ator deve poder encontrar no outro, como num espelho, as próprias atitudes e a imagem que não o surpreende, nem o atemoriza (2006, p. 74, grifos meus).

Nesse sentido, o corpo, ou melhor, a imagem ideal de corpo é aquela que não foge do esperado, culturalmente falando; o desvio de certo padrão (no sentido de prejuízo) acerca da imagem de alguém é o que chama a atenção, uma vez que não é mais possível identificar-se com o outro. Assim, “o espelho do outro é incapaz de explicar o próprio espelho” (Le Breton, 2006, p. 75).

Assim, o estranhamento vivenciado pelo eu diante da existência do outro nos alerta quanto à necessidade de compreensão das relações eu-outro (mundo), tendo em vista a noção de alteridade. Sob a perspectiva do Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia, alteridade é entendida como

(...) a disponibilidade de alguém para o envolvimento com o diferente de si mesmo (*outra pessoa*), o que caracteriza a relação com a alteridade. Contudo, esse envolvimento é sempre um processo repleto de tensões, não apenas por causa das diferenças usuais que eu e outro percebem um ao outro, mas principalmente pela impossibilidade de conceber e acessar, em sua totalidade, “o outro diferente” naquela relação (Simão, 2007a, p. 12, grifos originais).

A noção filosófica de alteridade é cara à perspectiva em questão (e para a presente tese) por conta da nebulosidade que é inerente ao outro e que, portanto, provoca o eu no intuito de compreender a natureza daquilo que não é transparente para ele; e é da busca pela compreensão do desconhecido que novos significados podem emergir como fruto das interações comunicativas eu-outro (mundo) (Simão, 2010).

Entretanto, convém lembrar que nem toda relação eu-outro se constitui numa relação com a alteridade; nem sempre há disposição do eu para tomar o outro como fronteira (Boesch, 1991). O diálogo com o diferente de si pode ser algo não desejável, chegando a ser evitado ou

mesmo negado. Essa resistência ao divergente do eu encerra qualquer possibilidade de compreensão a respeito do outro, especialmente se há algo no outro que ameace o eu.

A relação da mulher com as próprias cicatrizes pode ser entendida em termos de uma relação com a alteridade; isto quer dizer que a ação de deixá-las à mostra (no sentido de não se preocupar em encobri-las – e não pela impossibilidade de fazê-lo), é de certa maneira abrir-se à possibilidade de ser interrogada pelo outro a respeito das cicatrizes e às circunstâncias que lhes deram origem; por outro lado, o ato de escondê-las, tornando-as inacessíveis ao outro, é mais que um encerramento ao questionamento alheio: é um ato de precaução que visa não incitar qualquer forma de indagação, seja ela explícita ou não.

Dessa forma, atenuar a aparência das cicatrizes se apresenta como uma alternativa à preocupação constante que a mulher sente quanto a protegê-las (e proteger-se) das mensagens comunicativas que o outro pode lhe dirigir a esse respeito. Levando em consideração o relato das mulheres que buscaram amenizar, via procedimento cirúrgico, o aspecto estético das cicatrizes adquiridas em virtude da violência doméstica (conforme aponta a reportagem citada anteriormente) o que se busca, essencialmente, é a chance de passar despercebida pelo outro, de não mais ser “a mulher da cicatriz” (pois ela sabe, em seu íntimo, que isso equivale a dizer “a mulher que foi agredida pelo marido”).

Nesse sentido, é esperado que a atenuação da aparência da cicatriz minimize as chances da mulher relembrar, via inquirição do outro, um acontecimento de vida que ela luta para esquecer. Entretanto, apesar da transformação da cicatriz em uma marca mais discreta (ou mesmo do desejo de transformá-la), ainda resta à mulher lidar com o olhar que tem sobre si mesma, que toca a relação do eu com o próprio corpo (eu-eu). Isso quer dizer que, apesar de mais amena, a mulher sabe que a cicatriz permanece lá, como uma espécie de lembrete indesejado da violência gravado sobre o próprio corpo, independentemente de olhar ou não a sua cicatriz.

Nesse contexto, a cicatriz é um signo que representa uma constelação de acontecimentos para a mulher; não se limita ao resultado de uma agressão qualquer, mas de tentativas de assassinato em que o autor da violência é alguém com quem se teve um relacionamento amoroso; logo, há uma complexa história de vida por trás de, aparentemente, uma simples cicatriz. Pessoas que sobreviveram a acontecimentos traumáticos costumam relatar que não são os mesmos que eram antes de vivenciar tais eventos; o relato de sentir falta de si mesmo, não do eu atual, mas daquele eu que parece ter deixado de existir em algum momento da vida é bastante comum (Brison, 1999). Esses tipos de eventos de vida são de alta significância pessoal e convergem com o que Zittoun (2007) chama de *ruptura*: uma espécie

de catástrofe sobre o eu que interrompe o fluxo normal de atividades e planos de uma pessoa, levando-a a vivenciar a descontinuidade do sentido de si mesmo.

Da perspectiva da pessoa, uma ruptura é sentida quando suas representações e compreensões de uma parte do mundo não são mais adequadas para apreender e organizar o dado da própria experiência. As rupturas podem, assim, despertar emoções e prolongamentos inconscientes - cada ruptura, mesmo a mais feliz, ainda supõe uma perda e luto (Zittoun, 2007, p. 190).

De maneira análoga, podemos pensar que a ruptura da pele mediante a violência divide, simbolicamente, o percurso de vida de uma pessoa em termos de antes e depois da violência. Uma vez cicatrizado o ferimento, instaura-se um marco, ou melhor, uma marca que parece prolongar a experiência pessoal de violência, contaminando a perspectiva de futuro que a pessoa tem a respeito da própria vida com os resquícios de um passado indesejável.

Nesse sentido, a questão da temporalidade é de suma importância para a compreensão das experiências que estão vinculadas às cicatrizes de violência doméstica. As cicatrizes não são apenas representações do passado no presente e do aqui-e-agora. Elas dizem muito acerca da futuridade, de como planos e expectativas são criados ou desfeitos em torno do que a cicatriz representa.

Segundo Boesch (1991), passado e futuro estão ligados intimamente, sob a forma de antecipações que o sujeito faz do que está por vir e das recordações de experiências. As atividades de recordação e antecipação estão implicadas na dimensão passado-futuro que, por sua vez, abarcam as dimensões existenciais de “ser” e “tornar-se”, respectivamente. Dessa forma, compreende-se que o que acreditamos ou esperamos que seja o futuro tem suas raízes nas experiências ocorridas no passado e que estão no presente sob a forma de lembranças. As expectativas acerca do futuro estão atreladas à história de vida daquela pessoa, de como ela atribui sentido às suas experiências atinentes às relações eu-mundo.

2.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

As violências diversas têm configurado um dos grandes problemas da saúde pública no Brasil, de magnitude e transcendência relevantes, que provocam forte impacto na morbidade e mortalidade da população (Brasil, 2002). Neste sentido, foi criada a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, na qual ‘violência’ foi considerada “um fenômeno de conceituação complexa, polissêmica e controversa” (Brasil, 2002, p. 7). No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) traz pela primeira vez o conceito de violência em seu primeiro relatório mundial sobre violência e saúde. Foi definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade (Brasil, 2011, p. 9).

De acordo com o Ministério da Saúde, os homens sofrem mais violência que culminam em óbito. Entretanto, a violência contra a criança, adolescente, mulher e idoso, apesar de não resultarem necessariamente em óbito, trazem repercussões importantes no perfil de morbidade, devido ao impacto sobre a saúde (Brasil, 2002).

No que tange à violência contra a mulher, trata-se de um fato tão antigo quanto a humanidade; o que é muito recente são os esforços no sentido de superar essa violência, especialmente pela judicialização do problema, que consiste na

(...) criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores (Waiselfisz, 2015, p. 7).

Nesse sentido, foi sancionada recentemente a Lei 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, inserindo esse tipo de crime no rol dos crimes hediondos e com agravantes quando sua ocorrência se dá em situações específicas de vulnerabilidade (e.g., gravidez, menor de idade, idosa, na presença dos pais ou filhos da vítima) (Brasil, 2015). Segundo essa lei, toma-se por feminicídio a agressão que “envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino” (Waiselfisz, 2015, p. 7).

Tanto a violência contra a mulher quanto o feminicídio, que é a forma fatal da violência contra a mulher, são termos que não têm aceitação universal, por isso existem e coexistem formas diversas para se referir a um mesmo fenômeno (Waiselfisz, 2015). Devido aos propósitos da presente pesquisa, que se volta às mulheres sobreviventes da violência e suas cicatrizes, me restringirei a dissertar acerca do primeiro fenômeno, apresentando a maneira com que a violência contra a mulher tem sido designada até então e como está sendo considerada nesta tese.

Violência intrafamiliar, na metade do século XX; violência contra a mulher, na década de 70; violência doméstica, nos anos 80 e, nos anos 90, passa a ser tratada como violência de gênero, a partir de estudos que se debruçam sobre relações de poder, em que a mulher é submetida e subjugada, independentemente de qualquer que seja sua faixa etária (Brasil, 2011).

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) em seu artigo 5º define violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2012, p. 18). Tais formas de violência podem ocorrer concomitante ou isoladamente.

A violência física diz respeito a qualquer ação que atente contra a integridade ou a saúde corporal da mulher. São exemplos de violência física: tapas, socos, puxões de cabelo, chutes, tentativas de estrangulamento, entre outros. A violência sexual refere-se a qualquer conduta que obrigue a mulher a assistir, manter ou participar de relação sexual não desejada. Impedimento do uso de método contraceptivo, aborto ou prostituição forçados, bem como matrimônio obrigatório, também são formas de violência sexual.

A violência psicológica está relacionada a qualquer conduta nociva à saúde psicológica e à autodeterminação da mulher. Humilhação, práticas vexatórias, insultos, ameaças, perseguição, chantagem são alguns dos exemplos. A violência patrimonial refere-se a qualquer ação que configure quebra, venda, subtração ou destruição de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, dinheiro, entre outros. A violência moral abarca as condutas de caluniar, difamar, injuriar a mulher, culminando em prejuízos a sua dignidade e reputação (Brasil, 2012).

É importante destacar que a violência doméstica é caracterizada como aquela que é praticada dentro do espaço de convívio permanente com outras pessoas, tendo elas ou não laços consanguíneos. Estão incluídas aí as relações íntimas de afeto, hétero ou homoafetivas, em que o(a) agressor(a) convive ou conviveu com o(a) companheiro(a), independentemente de ter havido coabitação (Brasil, 2012).

Para os fins do presente estudo, optei por utilizar a expressão “violência doméstica contra a mulher”, ao invés de apenas “violência doméstica” (ou intrafamiliar) ou ainda “violência contra a mulher”. Isso porque “violência doméstica”, na América do Norte, designa exclusivamente a violência praticada pelo homem contra a mulher, ao passo que no Brasil não implica necessariamente que seja voltada à mulher (enquanto gênero feminino e papel social de esposa), mas se estende a outros membros do contexto das relações familiares (Bhonaet al., 2011); de forma semelhante, “violência contra a mulher” (ou de gênero) não se limita ao caráter passional, que é justamente a conotação que a violência assume nesta tese. Nesse sentido, vale ressaltar que a violência doméstica contra a mulher aqui será restrita às relações heterossexuais de vinculação íntimo-afetivas, sem laços consanguíneos.

Números da violência

O Mapa da Violência contra Mulheres (Waiselfisz, 2012, 2015) baseou-se nos dados do SIM – Sistema de Informações de Mortalidade, divulgados pelo Ministério da Saúde. Esses dados ilustram a gravidade do problema em território nacional: entre os anos de 1980 a 2013, 106.093 mulheres foram assassinadas no Brasil; o que representa um aumento no número de mortes de 252%.

De 2003 a 2013, foi constatado que, ao passo que o número de homicídios de mulheres brancas caiu nesse período (queda de 9,8%), o número de homicídios contra mulheres negras aumentou drasticamente: 54,2%.

As armas de fogo são o principal instrumento utilizado nos homicídios femininos, com 48,8%, seguido de objeto cortante e penetrante, com 25,3%; objeto contundente, 8%; estrangulamento e sufocação, 6,1% e outros com 11,8%. É importante salientar que, com exceção das armas de fogo, os demais meios de homicídios envolvem um contato direto com a vítima, por isso, são mais expressivos quando se trata de violência contra a mulher, que é um indicativo de violência passional. Em relação ao local onde a mulher foi morta, 27,1% dos homicídios ocorreram na residência onde a vítima morava, contra 10,1% na população masculina, o que aponta para o caráter “doméstico” da violência contra a mulher. Quando a violência não é letal, a residência continua sendo o local privilegiado para sua ocorrência, desta vez para ambos os sexos: ainda assim o número é significativamente superior para o sexo feminino: 71,9% contra 50,4% do sexo masculino.

O parceiro ou ex-parceiro foi o autor de 42,5% do total de agressões contra a mulher. Entretanto, na faixa dos 20 aos 49 anos, esse número sobe para 65%.

Sobre a taxa de homicídios femininos em 83 países do mundo, o Brasil ocupa o 5º lugar, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa, de acordo com os dados da OMS – Organização Mundial da Saúde.

2.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

A proposição inicial que norteia esta pesquisa é a de que cicatrizes decorrentes de violência doméstica estão associadas a experiências de vida dolorosas, tanto no sentido físico quanto psicológico; tais experiências são entendidas, nesse contexto, como eventos traumáticos (cf. Brison, 1999). A natureza desse tipo de cicatriz denuncia ao mundo um acontecimento pessoal doloroso e humilhante, do qual normalmente não se quer falar; desse modo, evita-se exibi-las de forma a não fomentar a curiosidade alheia e a rememoração da violência sofrida diante da indagação, nem sempre explícita, provenientes das relações eu-

outro (mundo). A cicatriz é, nesse sentido, a memória corporificada de uma agressão. Conviver com as cicatrizes da violência é, de certa forma, conviver com um passado permanente. E se a percepção temporal nesses casos for alterada (Brockmeier, 2015) um passado vivenciado de maneira estendida afetará também a vivência do presente e, naturalmente, a forma como a mulher conceberá a futuridade.

Nessa direção, convém salientar que o significado das cicatrizes nessa pesquisa não será compreendido, exclusivamente, à marca visível na pele, em si mesma, mas se estendendo, forçosamente, a demais eventos relacionados pelas entrevistadas em suas narrativas.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa investigar:

- a) Como o passado, gravado na pele em forma de cicatrizes, afeta a perspectiva de vida de mulheres que passaram por situação de violência doméstica, especialmente, no que diz respeito à forma como a mulher passa a conceber a futuridade.

Nesse objetivo, está implicado o interesse em pesquisar:

- b) As repercussões físicas e psicológicas que um corpo marcado por cicatrizes traz à mulher, sobretudo, o papel das relações eu-outro (mundo) sobre o processo de significação que se dá em torno das cicatrizes.

3 MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa e idiográfica, e se propôs a investigar como o passado, gravado na pele em forma de cicatrizes, afeta a perspectiva de vida de mulheres que passaram por situação de violência doméstica. Recebeu aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEP - IPUSP) em 8 de junho de 2015, conforme parecer 1.097.159 (ANEXO).

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO IDIOGRÁFICO

Os métodos idiográfico e nomotético têm sido amplamente difundidos, erroneamente, como metodologias opostas e mutuamente excludentes, distanciando-se da proposta original de seu criador, o filósofo alemão Wilhelm Windelband (Lamiell, 1998; Salvatore & Valsiner, 2010).

No século XIX, Windelband criticava a divisão entre as ciências do espírito e as ciências da natureza – uma diferenciação baseada no objeto de estudo – e os limites que tal dicotomia apresentava. Para ele, a Psicologia seria o desmentido dessa possibilidade, uma vez que a natureza dos fenômenos sobre os quais se dedica a investigar impede de se adequar exclusivamente a esta ou àquela categoria (Simão, 2011). Naquele contexto, a Psicologia se tratava de uma disciplina que, por um lado, fazia referência à percepção de fenômenos internos ao indivíduo no sentido de uma ciência da mente e, por outro, se baseava no método das ciências naturais, voltada ao mundo externo objetivo (Wu, 2010).

Em 1894, Windelband cunhou os termos nomotético e idiográfico, sendo o primeiro deles aplicado às ciências que buscam o conhecimento universal, constituindo-se em ciências da lei. Já as ciências idiográficas se caracterizam pela busca do conhecimento particular de entes individuais, denominadas também ciências de eventos (Wu, 2010). Windelband enfatiza que a distinção entre tais ciências se faz com base no recorte metodológico escolhido pelo pesquisador e não em relação ao conhecimento que ele busca ou produz; não são mutuamente excludentes, mas complementares (Simão, 2011).

Dessa forma, a classificação que Windelband dá às ciências é metodológica, na medida em que os mesmos sujeitos podem ser objetos de estudo de investigação nomotética ou idiográfica; nomotético e idiográfico são, portanto, adjetivos que qualificam a natureza do

conhecimento buscado pelo pesquisador e não do nível analítico possível ou qualidade do objeto (Lamiell, 1998; Simão, 2011).

Em relação a presente pesquisa, a investigação recai sobre cicatrizes de violência doméstica e seus sentidos; e sentido é idiográfico por natureza (Salvatore & Valsiner, 2008), o que justifica a escolha desta perspectiva metodológica. Estudos contemporâneos acerca da ciência idiográfica buscam a generalização do conhecimento a partir do fenômeno de interesse em sua singularidade; posteriormente, essa generalização será aplicada a casos individuais novos e sempre únicos. Em outras palavras, coloca-se em prática a ideia filosófica de que existe o geral no particular; e é do particular que podemos chegar a generalizações que não requerem o uso de amostras populacionais (Salvatore & Valsiner, 2008, 2010; Valsiner, 2012).

Nesse sentido, ao investigar como o fato de ter um corpo marcado por cicatrizes da violência doméstica afeta a perspectiva de vida de cada mulher que passou por esta situação, objetiva-se chegar a alguma generalização que esteja relacionada a assuntos que permeiam o problema de pesquisa, tais como: temporalidade, memória, processos de ruptura e transição nas trajetórias de vida, alteridade.

3.2 LOCAL

O local escolhido para a coleta de dados da pesquisa foi a Casa Eliane de Grammont⁹, instituição governamental vinculada à Secretaria de Participação e Parceria do Município de São Paulo, localizada na Zona Sul da capital. Presta atendimento à mulher que já passou ou ainda passa por situação de violência, dentro de uma proposta multidisciplinar que tem em vista a administração do cotidiano e a superação da situação de violência.

A opção pelo local se deu por se tratar de uma referência no atendimento integral às mulheres em casos de violência doméstica e sexual, sendo, inclusive, o primeiro serviço municipal do Brasil a oferecer este tipo de atendimento, completando 25 anos de existência no ano de 2015.

3.3 A ENTRADA NO CAMPO

Realizei a primeira visita à Casa Eliane de Grammont no dia 3 de março de 2015. Ao me dirigir à sala de espera, me deparei com um grande pôster: uma fotografia com um rosto

⁹ Eliane de Grammont foi uma cantora paulista, morta pelo ex-marido, o cantor Lindomar Castilho. Eliane se apresentava numa casa de shows em São Paulo quando foi atingida por cinco tiros, em março de 1981. Maiores detalhes sobre o caso, cf. Eluf, L. N. (2007). *A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres, de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed.

de mulher, em preto e branco. Se alguém me perguntasse naquele momento o que eu via na imagem, eu teria respondido: “Vida. Eu vejo muita vida nessa fotografia”. Mais uma vez eu me peguei seduzida pelo enigma da fotografia e pelos significados que ela pode suscitar, de forma semelhante à inquietação inicial que senti ao ver as fotografias que retratavam os corpos de mulheres marcados por cicatrizes, inquietação essa que resultou no desenvolvimento da presente pesquisa, como descrito na seção Introdução.

Ironicamente, a imagem cheia de vida era de uma mulher que havia sido morta há 34 anos, na ocasião da minha visita. Era a própria Eliane. O passado estava ali, cristalizado no presente em forma de retrato. Esta experiência “introdutória” com a realidade da violência doméstica me fez vivenciar um misto de diversas sensações e pensamentos, realmente uma experiência inquietante¹⁰, nos termos de Simão (2003, 2016); penso, hoje, que não poderia ter sido diferente, afinal, para além da minha posição de pesquisadora e psicóloga, sou mulher. Uma mulher que começava a encarar uma triste realidade que era conhecida apenas através dos diversos meios de comunicação e das alarmantes estatísticas. Sim, esta realidade existe e eu estava cada vez mais próxima de entrar naquele universo, no papel de pesquisadora. Iniciava, assim, o meu preparo para o futuro contato com mulheres que passaram por situação semelhante à de Eliane; entretanto, diferente dela, essas mulheres sobreviveram à violência e podiam narrar as próprias histórias.

Entre março e junho de 2015, frequentei a Casa, fazendo parte das reuniões de equipe de trabalho no intuito de conhecer melhor a rotina da instituição, os dados da violência doméstica contra a mulher, especialmente na cidade de São Paulo e o perfil das mulheres atendidas ali. Eram convidados também representantes da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, bem como representantes de outras instituições que trabalham no combate à violência contra a mulher. Nesse sentido, eu fui passando, aos poucos, por uma espécie de ambientação (tanto em relação à apreensão do conhecimento referente ao tema, quanto do ponto de vista psicológico) para que eu estivesse pronta a conduzir as entrevistas.

Era fim de julho quando realizei a primeira entrevista.

3.4 PARTICIPANTES

A seleção das participantes foi orientada em função do problema a ser investigado: cicatrizes que marcam o corpo de mulheres que passaram por situação de violência doméstica. Desta forma, foram convidadas a participar deste estudo mulheres que atendessem aos

¹⁰O conceito de *Experiência Inquietante* será explorado mais adiante, na página 41.

seguintes critérios de inclusão: 1) possuir cicatrizes em qualquer parte do corpo, por decorrência da violência doméstica; 2) não ter mais relacionamento íntimo-afetivo com o agressor; 3) estar vinculada aos serviços prestados pela Casa Eliane de Grammont, apesar de não sofrerem agressão na atualidade.

Pressupunha-se que a ocasião da entrevista seria uma situação emocionalmente dolorosa e delicada, por isso, optou-se para que o acesso às participantes fosse mediado pela Coordenadora e Psicóloga da Casa que conhecia minuciosamente os casos atendidos e, por esta razão, possuía um vínculo de confiança com essas mulheres, construído ao longo do tempo. Diante do aceite da mulher em participar da pesquisa, era agendada a entrevista.

O número de participantes, sob uma perspectiva idiográfica, dificilmente é estabelecido *a priori*, uma vez que a qualidade das informações obtidas em cada entrevista influencia diretamente nesta decisão (Duarte, 2002). Neste sentido, o critério balizador quanto ao número de pessoas a serem entrevistadas é identificado pela plausibilidade do conteúdo obtido nas entrevistas iniciais, suficiência informativa nas respostas dos participantes em face aos objetivos da pesquisa e, também, pela possibilidade potencial das informações de gerarem coerência na interpretação dos dados em virtude da questão de pesquisa e dos objetivos (Laskovski, 2012).

A apresentação e caracterização das participantes estão discriminadas na seção Resultados e Análises Interpretativas, mais adiante.

3.5 PROCEDIMENTO DE ACESSO ÀS NARRATIVAS

As entrevistas foram realizadas individualmente na Casa Eliane de Grammont, em uma das salas de atendimento às mulheres, no período compreendido entre julho e setembro de 2015.

Na ocasião da entrevista, cada participante foi informada acerca da justificativa, objetivos, procedimentos da pesquisa e dos possíveis riscos e benefícios esperados, através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A). Foi esclarecido também o caráter voluntário da participação, enfatizando a liberdade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Foi garantido o livre acesso às informações coletadas e quaisquer esclarecimentos solicitados, bem como o sigilo, a fim de preservar a identidade das participantes e assegurar a privacidade dos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, utilizados somente para fins científicos. O consentimento foi elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo participante da pesquisa e a

outra arquivada pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, posteriormente.

Optou-se pela entrevista narrativa como técnica de coleta de dados por se tratar de uma forma de entrevista não estruturada e de profundidade (Jovchelovitch & Bauer, 2002). Na acepção de tais autores, o tópico inicial a ser abordado com a pessoa entrevistada deve ser parte da sua experiência de vida, que tenha para ela significância pessoal, uma forma de garantir o interesse da pessoa em narrar a sua história, normalmente rica em detalhes.

Dessa forma, a pergunta que dava início a entrevista de pesquisa tinha por objetivo suscitar um relato narrativo acerca da história das cicatrizes. Ao longo do relato, outras questões foram formuladas pela pesquisadora, visando contemplar a temática em torno dos objetivos da pesquisa, quais sejam: a) significados pessoais e culturais construídos acerca da(s) própria(s) cicatriz(es); b) aspectos referentes à autoimagem e autoestima; c) o olhar do outro sobre a cicatriz; d) perspectivas de vida. O roteiro temático da entrevista narrativa encontra-se no APÊNDICE B.

Vale informar que não houve qualquer intercorrência durante as entrevistas. Entretanto, ciente de que a ocasião da entrevista poderia desencadear, *a posteriori*, a necessidade de encaminhamento a um serviço de atendimento psicológico, a pesquisadora se colocou à disposição de, como um profissional de referência em psicologia, fazer a mediação para outros serviços de saúde na cidade de São Paulo, ou alternativamente, via Casa Eliane de Grammont. Entretanto, nenhuma solicitação de encaminhamento para serviços psicológicos foi requerida pelas participantes durante o período em que foi desenvolvida a pesquisa.

3.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NARRATIVAS

A memória é uma ação. Essencialmente, a ação de contar uma história.
Pierre Janet

Ao longo das últimas décadas, a narrativa conquistou um novo lugar na Psicologia e em outras ciências humanas: de objeto de estudo passou ao *status* de uma nova abordagem teórica, um novo gênero da filosofia da ciência (Brockmeier & Harré, 2003). O interesse da psicologia sobre a narrativa difere do interesse de um teórico literário, no sentido em que a preocupação central não reside na forma como um texto é construído, mas como ele opera enquanto um instrumento mental da construção da realidade (Bruner, 1991).

Segundo Bruner (1997) a narrativa difere de outras formas de discurso e de outras maneiras de organizar a própria experiência, especialmente pela influência que tem sobre a imaginação humana. As principais propriedades da narrativa envolvem: uma sequencialidade

que lhe é inerente; indiferença factual, isto é, a narrativa pode ser “real” ou “imaginária”, sem com isso perder seu poder de história; o manejo peculiar de eventos que se afastem do canônico: a narrativa busca dar sentido ao que parece sem sentido, em dado contexto (cf. Bruner, 1997, pp. 46-50).

Conforme Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 91) “contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal”. Na mesma direção, Brockmeier (2015) aponta que diante de situações problemáticas, confusas, complexas, usamos a narrativa como forma de dar sentido às nossas experiências.

Narrar um evento da própria vida implica interpretar e reinterpretar determinadas experiências continuamente. Em outras palavras, a narrativa autobiográfica consiste em uma atividade reflexiva, uma vez que o narrador e o personagem principal da história são a mesma pessoa (Bruner, 2004/1987).

Brockmeier (2000) aponta quatro características úteis a uma definição descritiva de narrativa autobiográfica. A primeira delas refere-se ao fato de que uma narrativa autobiográfica normalmente apresenta um enredo que evolui com o tempo. O autor diz “normalmente” porque há exceções, do seu ponto de vista: embora toda narrativa implique uma estrutura diacrônica, isto não significa que a vida narrativa siga uma trama ordenada de maneira linear; o processo autobiográfico não segue um tempo cronológico, mas cria seu próprio tempo, o que ele chama de tempo narrativo.

A segunda característica da narrativa autobiográfica é que todos os eventos do enredo ou da história narrada giram em torno de um protagonista e seu *self*, incluídos aí seus pensamentos, sentimentos, memórias, intenções e ações. A terceira característica da narrativa autobiográfica diz respeito à impossibilidade do narrador descrever ou representar apenas um *self* no tempo narrativo. Isto quer dizer que ao mesmo tempo em que o *self* do narrador se posiciona a contar a história do protagonista, há pelo menos outro *self* que avalia a história e deixa claro a sua posição em relação a este protagonista. Portanto, o narrador é influenciado por um quadro moral e afetivo. Por fim, a quarta e última característica assinalada pelo autor refere-se à teleologia retrospectiva particular da narrativa autobiográfica. Uma história de vida começa no aqui-e-agora e reconstrói o passado como se ele fosse teleologicamente direcionado para “este” presente específico (cf. Brockmeier, 2000, pp. 59-61).

Narrativa autobiográfica e memória autobiográfica possuem relação íntima, de difícil distinção entre uma e outra; ambas envolvem linguagem verbal em diferentes graus e contribuem para a construção do sentido de *self* do indivíduo e de sua identidade pessoal

(Smorti & Fioretti, 2015). O processo autobiográfico, em sentido mais amplo, é também um processo cultural em que o lembrar e interpretar são aspectos interconectados (Brockmeier, 2015).

Memória autobiográfica refere-se a experiências passadas que ocorreram em tempo e lugar específico e que são recordadas como um episódio no qual a pessoa esteve pessoalmente envolvida (Brockmeier, 2015). A memória autobiográfica é seletiva; sua função primária não é reter acuradamente representações de todos os eventos de vida, mas produzir um registro acerca dos acontecimentos de maior relevância pessoal sob a perspectiva do sujeito (Conway & Pleydell-Pearce, 2000).

De acordo com Conway e Holmes (2004), memórias de eventos de vida marcantes para o *self* são altamente acessíveis e fluentes. As emoções exercem papel fundamental sobre a forma com que nos lembramos dos acontecimentos. Eventos registrados como pouco ou nada importantes são esquecidos facilmente porque não ativam um nível adequado e específico de atenção (Christianson, 1992). Por outro lado, eventos vivenciados com médio ou alto envolvimento emocional são registrados como importantes, logo, a probabilidade de serem lembrados é muito maior; no caso de eventos de vida valorados pela pessoa como negativos, esses são rememorados mais facilmente quando comparados aos eventos positivos (Smorti & Fioretti, 2015) porque normalmente envolve um problema ou questão que roga por uma explicação ou resolução (Fivush, Hazzard, Sales, Sarfati & Brown, 2003).

Levando em consideração que a presente pesquisa se volta à produção de sentidos em torno de cicatrizes que marcam os corpos de mulheres que passaram por situação de violência doméstica, a narrativa se mostrou um recurso útil para a análise de dados, já que se trata de uma das possibilidades metodológicas em psicologia para o estudo e interpretação das memórias autobiográficas. Vale ressaltar que a cicatriz tem sido entendida aqui como a memória física de uma agressão, gravada na pele. As agressões fazem parte do passado, entretanto, as cicatrizes permanecem na pele e para além dela, promovendo a recordação de momentos difíceis.

Brockmeier (2015) em seu livro “Beyond the Archive” propõe que os processos de significação autobiográficos giram em torno da narrativa, o mais complexo nível de organização da linguagem. Segundo o autor, a narrativa enquanto relato verbal de um acontecimento pessoal é tão importante quanto a experiência de narrar em si, na medida em que dá continuidade à experiência que está sendo narrada através da reflexão, reelaboração e articulação que o sujeito faz da experiência passada com o contexto atual.

Com base nessas considerações, presumiu-se que, da perspectiva das participantes desta pesquisa, a experiência de narrar eventos de vida relacionados às cicatrizes decorrentes da violência doméstica consistiria, entre outras coisas, em oportunidades para ressignificações acerca de uma espécie de experiência de vida que é muitas vezes velada por conta dos significados pessoais e culturais usualmente atribuídos às mulheres vítimas de violência, com base em ideias preconceituosas, geralmente de base sexista.

Estudos que investigam os efeitos da experiência narrativa sobre o narrador, quando este relata eventos de vida pessoais afetivamente dolorosos, demonstram que emoções de ordem negativa foram atenuadas, ao passo que emoções de ordem positiva aumentaram, em virtude da ressignificação de tais vivências (e.g., Fioretti & Smorti, 2016; Pontes, 2013). Na mesma direção, Brison (1999) referindo-se a memórias de acontecimentos de vida traumáticos, aponta que narrar este tipo de memória oportuniza aos sobreviventes desenvolver mais controle sobre os rastros que o trauma costuma deixar, ajudando-os a reconstruir o próprio eu. Contudo, isso não significa que narrar memórias de acontecimentos traumáticos seja sempre terapêutico; mas é possível afirmar que esse tipo de narrativa contribui significativamente para tal recuperação, fato aceito, contemporaneamente, como incontroverso no campo da psicologia do trauma (cf. Brison, 1999, p. 40).

3.7 REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO DECORRENTE DOS DIÁLOGOS OCORRIDOS NAS RELAÇÕES PESQUISADOR-PARTICIPANTE

Algumas abordagens teórico-metodológicas da Psicologia buscam a neutralidade do papel do pesquisador na interação verbal com o participante da pesquisa. Sob a luz do Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia (Simão, 2003; 2010), a neutralidade nas interações verbais entre pesquisador e participante não cabe. Para Simão (2007b, p. 279) a questão da neutralidade na pesquisa é substituída por outras questões, tais como: “Como desenvolver nossa pesquisa naquele campo simbólico tensional?” e “Como compreender o significado dos nossos resultados que emergiram daquele campo?”.

Olhar para a interação verbal com uma perspectiva dialógica implica em examinar o que está para além do diálogo, das intenções conscientes ou não dos interlocutores ao endereçarem a sua fala ao outro. Neste sentido, momentos de tensão são inerentes aos diálogos, devido à impossibilidade de compreensão absoluta entre os interlocutores, o que os coloca em uma relação de alteridade (cf. Simão, 2004a). As tensões intra e interpicológicas geradas no diálogo resultam em negociações simbólicas entre os interlocutores, que

interpretam as mensagens recebidas do outro, criando significados que podem reduzir ou mesmo solucionar tais tensões, graças ao processo bidirecional de transformação ativa das mensagens culturais (Valsiner, 1998, 2012).

Simão (2010, p. 118) com base em Marková (2003) aponta que:

O diálogo tem como caráter essencial o fato de que quem fala não sabe de antemão o que deve dizer para expressar suas ideias ao outro. Mais importante, quem fala não sabe de antemão como o outro vai entender sua mensagem e, por isso, aprende com a resposta do outro. Ou seja, quem fala entenderá o significado do seu próprio ato de fala a partir da resposta do outro.

Transpondo essas ideias às interações verbais ocorridas nas relações eu-outro (mundo), incluídas aí as relações pesquisador-participante, para além das tensões que fazem parte do diálogo, a situação de entrevista constitui-se numa ocasião na qual o pesquisador, já inquietado por uma questão de pesquisa, convida o participante a inquietar-se também. Isso porque ao questioná-lo acerca do tema do diálogo, de certa maneira o pesquisador cobra um posicionamento do participante, que por sua vez se coloca como alteridade para o pesquisador, favorecendo ressignificações a respeito da sua pesquisa (Simão, 2004b, 2007b). Nesse sentido, a entrevista de pesquisa se configura como oportunidade para que confrontações inesperadas venham a ocorrer, possibilitando a emergência de significados únicos e ambíguos (Musaeus & Brinkmann, 2011).

A experiência pessoal de ter entrevistado mulheres com os corpos marcados por cicatrizes em decorrência da violência doméstica me remeteu ao artigo de Simão (2007b) intitulado “Nós pesquisadores: pessoas inquietas inquietando outras”, na medida em que eu, por outro lado, também passei a me questionar: “como é que nós, os inquietos pesquisadores somos inquietados pelos participantes?”.

Primeiramente, tenho compreendido que o processo de fazer pesquisa é permeado por *experiências inquietantes* (Simão, 2003, 2007b, 2016) que são vivenciadas pelo pesquisador em diferentes momentos dessa trajetória, a começar pelas inquietações iniciais que o levaram a se debruçar sobre um determinado tema de pesquisa e não em outro; como aponta Saffioti (2015, p.45) “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele”. Isso nos coloca frente a um aspecto por vezes não levado em consideração: a subjetividade do pesquisador.

Sobre esse aspecto, Valsiner (2012) tem apontado para a importância da subjetividade do pesquisador que, ao experimentar os fenômenos intuitivamente, cria seus pressupostos de pesquisa, partindo de sua perspectiva pessoal. “Os cientistas não são autômatos racionais, mas seres humanos subjetivos, pessoalmente envolvidos, com preferências subjetivas e posições, a partir das quais consideram os assuntos de sua pesquisa” (p. 301).

Duarte (2002) compara a pesquisa a um relato acerca de uma longa viagem a um local já muitas vezes visitado. Neste sentido, não há nada definitivamente original; entretanto, o modo de olhar e refletir sobre o fenômeno estudado, esse sim, é bastante peculiar ao pesquisador, que parte da sua experiência, referencial e apropriação do conhecimento.

O pesquisador é, então, alguém que se inquietou diante de questões concernentes a um problema que o instiga a buscar maneiras de respondê-las. Essa inquietação refere-se à gênese da pesquisa e seu desenvolvimento inicial. Outras inquietações farão parte do processo, contudo, o foco dessa reflexão recai, especificamente, sobre as inquietações que ocorrem quando o pesquisador realiza seu trabalho de campo, ao interagir com o participante na situação de entrevista, quando abre oportunidades para que *experiências inquietantes* possam emergir através do diálogo, verbal ou não, tanto na direção do pesquisador para o participante, como do participante para o pesquisador (Simão, 2003, 2007b, 2016).

As *experiências inquietantes* decorrem da ruptura de expectativas pessoais e culturais da pessoa, o que provoca uma lacuna entre a realidade por ela percebida e as expectativas imaginadas (valor real e valor visado, Boesch, 1991). São experiências subjetivas que tocam a pessoa afetivamente e pré-reflexivamente, quando algo foge do esperado, de forma sutil ou não, situação em que a pessoa se depara com a ausência de uma articulação mais ou menos plausível de antinomias percebidas por ela, provocando sentimentos confusos, instáveis, instigantes, desconfortáveis, entre outros, e que podem ocorrer simultaneamente (Simão, 2016).

Na relação pesquisador-participante, quando o participante fala acerca do que lhe foi indagado, contando sua história, é o pesquisador, que tem o conhecimento dessa noção, quem interpreta se a experiência vivenciada pelo participante foi inquietante para o mesmo. Isso porque as experiências inquietantes não podem ser comunicadas em sua totalidade pela primeira pessoa, nem mesmo compreendidas em sua completude pela segunda (Simão, 2016).

Por outro lado, o pesquisador pode dar-se conta da inquietação por ele vivenciada na situação de entrevista diante do material que é trazido na interação pelo participante ou mesmo em momento posterior quando, por exemplo, faz a transcrição dos áudios – ocasião em que pode ser necessário ouvir repetidamente determinadas narrativas –, e também ao interpretar as entrevistas.

Todas as inquietações provenientes do outro (participante), entendidas como inquietantes sob a perspectiva do pesquisador, bem como as inquietações vivenciadas por ele (pesquisador) em momentos distintos da pesquisa, podem ser tomadas como instrumento que baliza a sua conduta à medida que: a) o auxilia a pensar sobre os aspectos importantes a

abordar na entrevista, de acordo com os objetivos da pesquisa (pré-estabelecidos); b) sinaliza quais questões não pensadas ou elaboradas por ele previamente merecem atenção, diante do que emerge na interação; c) norteia o modo como ele aborda os assuntos com o participante, especialmente aqueles que exigem sensibilidade, empatia, mas, principalmente, uma postura ética e respeitosa, o que implica em reconhecer as fronteiras (Boesch, 1991) nas relações eu-outro (mundo) – fronteiras interpsicológicas; d) reconhecer as próprias limitações e fronteiras (intrapsicológicas) como pesquisador, no sentido de revisar ou adaptar suas intervenções e, como pessoa, no sentido de preservar-se, do ponto de vista emocional e psicológico. Assim, as limitações indicam até onde o pesquisador consegue chegar; as fronteiras sugerem potencialidade, isto é, apontam para a possibilidade de alcançar algo ao atravessá-las.

Segundo Boesch (1991, p.113) uma fronteira “marca a separação entre duas áreas de comportamento que requerem adaptações específicas, a cada uma, na forma e direção da ação do indivíduo”. O conceito de fronteira remete à ideia de uma oposição binária entre o aqui (eu) e o lá (outro-mundo), delimita os campos simbólicos de ação menos conhecidos e menos transparentes ao sujeito, gerando por um lado incerteza e ansiedade e, por outro lado, curiosidade e inquietação. Nesse sentido, o que está lá, o que não sou eu, se apresenta como nebuloso; e se não é possível enxergar com clareza o que está para além da fronteira, a decisão em cruzá-la requer um comportamento cauteloso e flexível, no sentido de estar aberta a mudanças que serão exigidas da pessoa, no intuito de adaptar-se ao desconhecido.

Em entrevista mais recente, Boesch (2007c) aprimora essa noção, dizendo que a fronteira deve ser pensada essencialmente como um lugar onde normalmente se para; e parar é ocasião para decidir se a fronteira será ou não cruzada. “Por exemplo, uma fronteira entre duas pessoas é determinada pelas leis sociais da interação. Se eu as transgriro, isso destrói ou transforma toda a relação” (p.41).

É nesse sentido, o da interação entre pesquisador e participante, que tenho pensado a concepção de experiência inquietante, como uma espécie de bússola que orienta o pesquisador a mover-se rumo à fronteira existente entre o eu e não-eu; isto é, a fronteira está localizada entre o mundo do qual o pesquisador pertence e de que é conhecedor e ao mundo dos outros, o qual ele busca conhecer. E conhecer o território do outro implica refletir sobre transpor ou não a fronteira; se a decisão é pela travessia, deve-se pensar de que maneira e quando fazê-la, prezando pelo respeito às delimitações simbólicas que o outro nos apresenta.

Do ponto de vista dialógico, qualquer tema da interação verbal apresentará tensões, negociações e significações que fazem parte do processo de comunicação e de construção do conhecimento, pelo fato de nos colocarmos como alteridade uns aos outros. Entretanto, há

determinados tipos de temas que norteiam a interação verbal passíveis de gerar tensões ainda maiores nos interlocutores em relação às tensões já esperadas para esse tipo de ocasião. Temos entendido esse tipo de tema, a partir deste trabalho, como um “tema-tabu”.

O termo “tema-tabu” foi pensado para fazer alusão a um assunto que por si só já é adverso; o tema-tabu refere-se a fenômenos-tema que *a priori* despertam no pesquisador certa apreensão devido ao conteúdo que ele antecipa imaginariamente ouvir na entrevista. São temas extremamente delicados acerca da existência humana, normalmente geradores de tensões intra e interpessoais nas relações eu-outro (mundo), os quais costumam ser velados por receio de repreensão, censura e desaprovação social e que, normalmente, são sustentados por valores sociais e culturais. São exemplos desses temas: a morte (por suicídio); os variados tipos de violência (urbana, doméstica, sexual etc.); doenças (especialmente aquelas que são consideradas fatais, como o câncer; ou as que foram contraídas envolvendo práticas discriminatórias pela sociedade, como o HIV); tragédias diversas entre outros.

Nesse sentido, a cautela que o entrevistador deve ter ao indagar uma participante que sobreviveu a uma experiência de vida tão delicada como a violência doméstica deve ser redobrada e, como dito anteriormente, isso gera mais tensões que o previsto quando comparado a um tema de entrevista que fuja desses critérios; dessa forma, é natural que o entrevistador crie certas expectativas em relação à situação de entrevista. Há uma expectativa em acertar as perguntas, expectativa em obter as respostas às questões que o instigaram a desenvolver a pesquisa. Mas, para além das perguntas “certas” há um aspecto muito importante, que se trata da expectativa do pesquisador em ser um bom entrevistador.

Mas o que chamamos de “bom entrevistador”? Poderíamos listar uma série de habilidades desejadas ao entrevistador, que soaria óbvio a qualquer pesquisador com formação em psicologia e experiência clínica. Em outras palavras, para além do conhecimento teórico, da prática profissional, nunca saberemos *a priori* o que nos espera na interação que está prestes a acontecer. Dentro do possível e imaginável, estamos preparados do ponto de vista teórico, metodológico e prático.

Mas a grande preocupação do “bom entrevistador” é com a sua postura ética ao abordar na entrevista um assunto tão delicado que vai levar a pessoa a acontecimentos difíceis, nesse caso, as agressões brutais do ex-companheiro. Há expectativa em ser “forte”, emocionalmente falando, de ter autocontrole, sem deixar de estar sensível à dor do outro. O desafio é, então, conciliar as questões que cumprem os objetivos da pesquisa (aquelas já estabelecidas e as que se mostrarão necessárias) ao tempo e ao respeito da pessoa entrevistada.

Como se vê, são muitas as expectativas do pesquisador-entrevistador, o que naturalmente pode despertar certa ansiedade e a emergência da ambivalência, entendida como a tensão constante entre o que é e o que poderia ser, isto é, entre o momento imediato e o futuro que é impossível de ser inteiramente determinado no presente (Abbey, 2006). Mas é justamente a impossibilidade de prever e controlar totalmente o que pode vir a acontecer na interação que nos faz inquietos e nos mantêm atentos a estar livres de pré-julgamentos e preconceitos, visando o acolhimento da pessoa em situação de sofrimento psicológico. É a existência de incerteza que nos deixa mais vulneráveis ao erro.

Sobre a experiência de entrevistar as participantes da pesquisa, quando cada uma das mulheres atravessou a porta da sala onde ocorreria a nossa interação, de certa maneira, me foi permitido atravessar a fronteira existente na interação eu-outro (ou eu-ela). Cada mulher abriu a porta de sua vida para que eu entrasse e pudesse conhecer alguns cômodos, ou talvez a casa inteira. Uma vez que atravessasse a porta de entrada, a cautela estava presente em cada passo que eu dava, a cada movimento que eu fazia. Lá, no território do outro, caminhei de acordo com o ritmo que a dona da casa me conduzia. Ela era quem dizia se me era permitido ou não avançar, se era momento de esperar, parar, questionar ou calar. Nesse sentido, atravessar a fronteira na interação não se restringe apenas à disponibilidade da participante em deixar-se interpelar pelo pesquisador. As tensões intra e interpsicológicas não se esgotam ao transpor as fronteiras; elas indicam ao “estrangeiro” que ele é uma visita, que aquele território não é sua terra natal e, portanto, nunca lhe será conhecida por completo.

Nesse sentido, ocorre uma espécie de gerenciamento de todas as expectativas do pesquisador, da ansiedade inerente à situação e também de cautela. Não se trata de um *quiz* de perguntas e respostas. A ordem do que se pensava em perguntar é alterada de acordo com o ritmo e do material trazido pela participante. Algumas perguntas são respondidas, antes mesmo de serem questionadas. Outras questões são feitas improvisadamente.

No momento pós-entrevista, especialmente quando o pesquisador ouve o áudio, ele se dá conta de que poderia ter feito uma pergunta importante diante da narrativa da participante. É a sensação de que algo poderia ter sido feito de maneira diferente. Mas a entrevista com aquela participante acabou. Nesse sentido, cabe refletir acerca das limitações e também das possibilidades ocorridas no momento da intervenção, que fazem parte do conhecimento que vai sendo construído na medida em que as entrevistas vão acontecendo, sempre adaptando e modelando as futuras interações verbais entre pesquisador e participante.

Outro aspecto que se revelou importante ao longo das entrevistas está relacionado à minha pessoa enquanto pesquisadora: o fato de também ser mulher (e psicóloga) favoreceu o

estabelecimento de um vínculo empático com cada participante, possivelmente pela identificação quanto ao gênero e, naturalmente, pela ciência que tinham a respeito da minha formação (conforme detalhado nas entrevistas, adiante); contudo, por ser mulher (apesar de psicóloga), também fui afetada ao escutar histórias de agressões brutais envolvendo outra pessoa, mulher como eu. Se eu estivesse inserida em uma perspectiva teórico-metodológica que busca a neutralidade e a imparcialidade dos dados, o que senti e pensei a respeito de tudo que ouvi das participantes certamente teria me feito calar a esse respeito, visando negar a subjetividade do pesquisador.

Entretanto, orientada pela perspectiva do Construtivismo Semiótico-Cultural em Psicologia e, dessa forma, pautada pelas questões propostas por Simão (2007b), descritas no início deste tópico, as tensões e inquietações vivenciadas pelo pesquisador não são encobertas: são reconhecidas e, portanto, consideradas parte do processo de fazer pesquisa. O que me coube como pesquisadora foi o desafio de buscar compreender o significado dessas tensões, como e por que me afetavam enquanto “outro” (e se me afetam, podem afetar demais “outros” também) e o que isso diz e como contribui para o conhecimento que estava sendo construído. Esse processo é único e singular, no sentido de que seremos sempre surpreendidos pelas novidades que emergirão naquele ou em outros campos tensionais simbólicos, apesar da experiência e aprendizado adquiridos em cada uma das investigações científicas que nos propusermos realizar.

Em suma, de posse do conceito de *experiência inquietante* (Simão, 2003, 2016), eu parto do pressuposto que tais inquietações, em diferentes momentos da pesquisa, podem balizar os passos do pesquisador ao transpor ou não as fronteiras (Boesch, 1991) da interação verbal entre eu e o outro, especialmente quando nos deparamos com os “temas-tabu”.

4 RESULTADOS E ANÁLISES INTERPRETATIVAS

Quatro mulheres foram indicadas pela Casa Eliane, às quais compuseram o quadro de participantes do estudo, número que se mostrou suficiente frente aos objetivos da pesquisa e a qualidade dos dados. O Quadro 1 exibe a apresentação das participantes e o Quadro 2 a caracterização da história das cicatrizes:

Quadro 1 – Participantes e caracterização das cicatrizes

Nome¹	Idade²	Data da entrevista	Tempo decorrido desde o ataque
Aurora	53 anos	1ª 29/07/2015 2ª 14/09/2015	2 ou 3 anos
Celeste	32 anos	12/08/2015	6 anos
Rosa	34 anos	09/09/2015	2 anos
Vitória	56 anos	28/09/2015	10 anos

¹Nomes fictícios.²

Na ocasião da entrevista.

Quadro 2 – Caracterização da história das cicatrizes

Entrevistadas	Número de cicatrizes	Partes do corpo afetadas	Ferimentos ocasionados por
Aurora	01	Mão direita	Canivete
Celeste	09	Tronco e braços	Faca
Rosa	± 20	Diversas	Faca
Vitória	Diversas	Diversas	Diversos

Conforme demonstrado no Quadro 1, Aurora foi a primeira das participantes a ser entrevistada e, também, a única a conceder duas entrevistas. Após analisar criticamente a primeira entrevista com Aurora, inicialmente foram realizadas modificações que se mostraram pertinentes à condução das entrevistas com as demais participantes. Em momento posterior, identificou-se a necessidade de realizar mais uma entrevista com Aurora para elucidar dúvidas a respeito do seu relato narrativo, bem como investigar informações que não haviam sido suficientemente exploradas na entrevista. A seguir, a apresentação e a análise individual dos casos.

4.1 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS CASOS

aurora

*Clareza que precede, no
horizonte, o nascer do sol;
alvorada.*

Dicionário Michaelis

4.1.1 A história das cicatrizes de Aurora

Aurora tinha, na ocasião da entrevista, 53 anos. Natural de São Paulo, graduada em Odontologia. Não trabalha devido à lesão na mão direita por canivete, cometida pelo ex-marido. Assim começa a história da sua cicatriz. Aurora era solteira; estava na sala de espera de um ambulatório de um hospital quando conheceu Paulo. Conheceram-se numa terça-feira, no sábado seguinte estava morando com ele. Diz que foi paixão à primeira vista. Devido à forma como se uniu a ele, refere que a relação desde o início ficou “mal vista” pelos familiares dela. Paulo era alcoolista e usuário de drogas.

Aurora foi levando aos poucos suas coisas para a casa de Paulo. Em uma dessas ocasiões, foi tentar abrir uma caixa de papelão com uma tesoura. Então Paulo lhe disse para abrir a caixa com um canivete. Ela se recusou a fazê-lo. Ele insistiu entregando-lhe o canivete aberto. Quando Aurora pegou o canivete, Paulo o puxou. O resultado foi um corte na mão direita, o qual atingiu o tendão e, conseqüentemente, Aurora perdeu o movimento de dois de seus dedos.

(...) Eu fui levando pra casa, aos poucos, as minhas coisas. Uma vez eu levei uns caixotes com cama, mesa e banho. E eu fui abrir a caixa com tesoura. Aí ele falou “não, abre com o canivete”, eu falei “canivete não”, aí o canivete fechou na minha mão e... estourou e me cortou a mão.

Na época, Aurora fez um boletim de ocorrência. Paulo diz-se arrependido. Aurora então volta à delegacia e retira o boletim de ocorrência. Com o passar do tempo, outras agressões ocorreram. Em uma noite de insônia, Paulo jogou um produto químico nos cabelos de Aurora e tentou incendiá-la. A agressão derradeira ocorreu cerca de três anos atrás, em um episódio no qual Paulo estava totalmente alcoolizado. Ele a agrediu com um cinzeiro de pedras, bateu muitas vezes no rosto de Aurora. Ela ainda conseguiu oferecer-lhe um copo de uísque, no qual ela colocou calmante. Com o rosto sangrando, toda machucada, pegou sua bolsa e fugiu. Foi para o hospital, em seguida encaminhada para a Delegacia de Mulheres e outros serviços do gênero. Desde então, estão separados. Aurora fugiu para a casa de familiares e não mais retornou à casa onde residia com Paulo. Eles ainda tiveram contato por telefone, ocasião em que ele pedia para que ela voltasse. Diz que ficou tentada com a proposta, mas não foi por conta das medidas protetivas.

Ele me bateu com um cinzeiro de pedras no rosto, o que me deu muitas marcas... (...) tentou com a boca arrancar os meus dedinhos... e pegou um fio de nylon e queria me enforcar. Eu fiquei muito deformada. Cheguei aqui, nossa! Toda machucada, sangrando. O meu rosto inteiro sangrava. Aí o pessoal da Delegacia de Mulheres me encaminhou pra cá...[Casa Eliane] pra fazer as medidas protetivas.

Paulo foi condenado a pagar uma pensão à Aurora, por determinação da Justiça. Devido ao fato de Aurora exercer o ofício de dentista e ser destra, a seqüela da lesão a impossibilitou de desempenhar a profissão. Por ter de interromper as atividades laborais, menciona que sua autoestima foi afetada, pois não obterá retorno algum de todo o investimento feito na carreira. Se tivesse dinheiro e pudesse escolher um cirurgião “fera”, faria uma cirurgia de reconstituição da mão. Como não tem condições financeiras para pagar uma cirurgia, prefere deixar como está, pois tem receio que o quadro possa vir a ficar pior do que já é (no caso de uma reconstituição cirúrgica realizada no âmbito da saúde pública):

(...) A não ser que eu tivesse dinheiro, eu faria uma bela cirurgia – que eu não vou me arriscar dando a minha mão pra qualquer um mexer, porque é uma região muito delicada. Então, só se eu tivesse dinheiro pra pegar um cara muito fera pra fazer a reconstituição da mão. Por isso que eu não vou ver.

Oficialmente ainda é casada com ele. O divórcio está em andamento. Apesar de todo o sofrimento que Paulo lhe causou, não consegue sentir raiva dele, pois o considera uma pessoa doente. Aurora diz que sente muita “dor psicológica”, referindo-se ao fato de, por um lado, ainda amar Paulo e, por outro, envergonhar-se por ter esse sentimento. Atualmente continua vivendo com familiares, mas gostaria de encontrar um novo companheiro. “*Eu quero ser feliz urgentemente*”, diz.

Eu sinto muita dor psicologicamente falando. Eu sinto vergonha de ter morado com uma pessoa que poderia ser uma pessoa criminoso e ainda gostar dessa pessoa. Eu sinto vergonha.

4.1.1.2 Análise interpretativa das narrativas de Aurora

A narrativa de Aurora é marcada, em ambas as entrevistas que concedeu, pelo sentido ambíguo que o passado tem para ela: por um lado, o passado é vivenciado de maneira nostálgica, ao lamentar-se de uma época de vida feliz que terminou, contrariando o seu desejo; por outro lado, ela se refere a um passado doloroso que parece insistir em permanecer nos dias atuais, também a seu contragosto. A percepção de que o tempo não passa, é narrada por Aurora quando relata um questionamento que fez a uma das profissionais que a atendeu na Casa:

“Marina, faz quanto tempo que eu vim parar aqui?”, ela... “Uns três anos...”. Incrível isso né? Não passar.

Aurora menciona a dificuldade de esquecer o passado; e não esquecer, provavelmente, tem relação com a percepção que ela tem acerca do tempo, um tempo que não passa. E se o

tempo parece não passar para Aurora, sugere-nos que o passado permanece no aqui-e-agora, na forma de cicatrizes e de dolorosas lembranças:

Olha Flávia... Não tem aquele ditado que só o tempo cura as coisas? (...) Eu sinto como se fosse ontem... que aconteceu. Difícil. Difícil esquecer.

Aurora estava dizendo, indiretamente, que no seu caso, o tempo, contrariamente ao que afirma a cultura coletiva por meio de ditos populares ou provérbios, não a tinha curado das recordações acerca das agressões. Nessa direção, o tempo (isto é, a sua passagem) funciona como um remédio para os diversos males que assombram a humanidade; logo, essa regra deveria servir para ela também.

Provérbios são exemplos de *mitemas* (Boesch, 1991): correspondem a temas específicos relacionados a um mito ou história mítica. De origem coletiva, um *mito* é um sistema de explicação e justificação para o qual não há prova racional ou dedução. O mito abarca ideias inquestionáveis acerca da realidade; tem por função regular a ação social.

Nesse sentido, Aurora assimilou o mito em torno do poder de cura atribuído ao tempo, expresso com base no mitema “o tempo cura tudo”. Uma vez que mitos contêm regras e justificativas para comportamentos, eles ajudam a criar ordem também no mundo subjetivo-pessoal, facilitando a estruturação de ações (Boesch, 1991). Entretanto, Aurora percebe, de maneira inquietante (Simão, 2003, 2016) a divergência entre o esperado (o tempo passa) e o não-esperado (para ela, o tempo não passa). Desejosa de que aquela regra cultural se adéque a ela, confronta a pesquisadora, cobrando dela uma espécie de explicação para o que é, aparentemente, sem sentido. Mais que isso, ela parece buscar a confirmação que a regra ainda vai se aplicar a sua situação:

Um dia vai passar, não vai Flávia?(...) Eu quero que passe... Que o tempo voe... Pra eu esquecer.

Nesse sentido, a narrativa de Aurora parece corroborar o que Brockmeier (2015, p. 110) aponta a respeito da temporalidade em certas experiências traumáticas. Tais experiências podem alterar a forma como o tempo é percebido: são casos em que o passado é vivenciado no aqui-e-agora, como se fosse um passado que não passou. Ora, mas temporalidade é justamente isso: a experiência humana subjetiva do tempo, que não independe do sujeito que vive dentro do tempo objetivo (Simão, 2015b); a temporalidade abarca um relógio original, único a cada pessoa, no qual o sentido anti-horário pode existir; os movimentos dos ponteiros (ou mesmo a ausência de movimento) tem sentido e duração próprias.

Desse modo, não seria esperado esse tipo de movimento e direção acerca do fluxo do tempo por parte de Aurora? A questão é que temos expectativas pessoais e culturais sobre o

tempo, objetivo e subjetivo. E as expectativas de Aurora a respeito da própria temporalidade foram rompidas, porque a maneira como percebe a passagem do tempo é diferente do que ela gostaria de perceber; nos termos de Boesch, os valores visados não foram atingidos, indicando-nos que, para Aurora, o tempo (sua passagem), é sentido como uma barreira (Boesch, 1991), por tratar-se de um obstáculo ao seu desejo.

Possivelmente, o passado se faz tão presente na vida de Aurora por conta das repercussões de longo prazo que a violência trouxe para sua vida, a começar pelo impedimento de exercer o ofício de dentista. Esse fato, segundo ela, influenciou na sua autoestima:

...o fato de eu ter largado da profissão, me acho um lixo.

A cicatriz que Aurora tem na mão significa, entre outras coisas, o fim de uma carreira. Em termos de ruptura (Zittoun, 2007), a descontinuidade de um projeto de vida em que houve grande investimento financeiro, e, principalmente, afetivo, que repercute sobre o eu de forma depreciativa.

Significa o fim da minha carreira, significa que ele me amava, mas com a mesma intensidade que ele amava, ele me odiava. (...)

Com base na narrativa acima, Aurora percebe-se como alguém que sofreu uma perda dupla e simultânea – o término de relacionamento e o fim da carreira profissional ocorreram pelo mesmo motivo: as agressões. Ela demonstra dificuldade em compreender os sentimentos antagônicos que o ex-marido nutria por ela (amor e ódio) em sua alteridade, escapando-lhe a possibilidade de uma explicação plausível acerca das ações dele na relação (aspecto que se repetirá nas narrativas das demais participantes, a seguir).

Nesse sentido, o antagonismo parte da relação eu-outro entre Aurora e o ex-marido, de certa forma, dá origem às tensões e agressões que não se restringem à vida amorosa, mas extravasam para aspectos da vida pessoal de Aurora, que se traduz na interrupção de uma carreira, de um projeto de vida. Aurora, então, vivencia o fim de um período de sua vida, que se encerra em dois âmbitos, extremamente afetivos: vida amorosa e vida profissional.

Porque eu não vou mais poder trabalhar. Eu lutei muito pelos diplomas, especialização; investi em dinheiro e não vou mais poder usar nada disso.

Essa depreciação identitária vem acompanhada de um sentimento de culpa pela ruptura das próprias expectativas em relação a si mesma, isto é, ao posicionamento passivo adotado por ela no relacionamento íntimo, frente aos atos violentos praticados pelo ex-marido.

Sinto culpa porque eu não soube me resguardar, não soube me defender, não soube agir neste episódio.

Aurora narra o arrependimento de ter esperado o auxílio do marido em busca de ajuda médica, de qualquer tentativa de reparação física e psicológica, o que não aconteceu. E ela, por sua vez, percebendo que a espera por socorro seria em vão, também não procurou ajuda imediata, o que repercutiu negativamente sobre a sequela física que se estabeleceu na mão direita, impossibilitando-a de trabalhar como dentista.

... um absurdo o que aconteceu, ele não ter me levado imediatamente para o hospital, a história teria sido diferente se tivesse atendida no mesmo dia e... eu sinto muito... e sinto culpa.

Acerca da sua identidade profissional, é possível observar o par dialógico de noções *ser dentista-não ser dentista*, conforme a narrativa abaixo (eu sou x eu era). Por um lado, ela tem a formação necessária, exerceu por anos a função, o ofício era o seu sustento; nesse sentido ela aprendeu a “ser” dentista. Mas desde a agressão, ela não pode mais “estar” dentista, devido às limitações físicas que a impedem de atuar profissionalmente como antes.

A primeira coisa que me vem à cabeça quando alguém pergunta [sobre a cicatriz] é que eu não posso trabalhar. É que eu sou dentista... Era dentista e não posso mais trabalhar. Até porque eu perco a minha pensão se eu trabalhar.

Diante da impossibilidade de retornar à sua atividade profissional – ser dentista – Aurora vive da pensão que o ex-marido lhe paga, direito que lhe foi assegurado por lei, diante do dano físico que lhe foi causado. Esta pensão, que por um lado é um benefício para ela, uma vez que é a fonte do seu sustento atualmente, por outro lado, lhe limita quanto à possibilidade de exercer outra função formalmente remunerada. Relata também não poder relacionar-se amorosamente com alguém, oficialmente falando, pois um relacionamento também a faria perder o benefício.

Parece que o “benefício” adquirido como forma de reparar o “malefício” que é a sequela da lesão, tem exercido a função de balizas, que conforme Valsiner (1998) são “aparatos temporários de organização, construídos na ação e ideação, no diálogo entre pessoas, entre pessoas e expectativas contextuais, ou entre sentidos pessoais e significados coletivo-culturais” (pp. 3-4). Isso quer dizer que a pensão paga a Aurora tem orientado, mas também restringido as ações simbólicas de Aurora, diante do impasse conflituoso que vivencia entre o que ela quer e o que ela entende que pode fazer.

Eu tinha que ter uma pensão, porque eu não podia trabalhar. Como eu iria trabalhar? Não tinha jeito. Aí o juiz determinou que ele desse uma pensão.

Nesse sentido, para além do significado factual de receber a pensão (pensão = direito adquirido, dinheiro, sustento), a pensão também representa um elo entre Aurora e o ex-marido; talvez, uma espécie de compensação ou reparação pela violência que sofreu, que transcende o aspecto material, atingindo o âmbito afetivo. Parece que Aurora se vitimiza duplamente, por conta das duas perdas que sofreu: a amorosa e a profissional. E se ela perde a pensão por trabalhar, mesmo que informalmente, pode sugerir que o dano não foi tão grave assim, o que atenua a dupla culpa que ela atribui ao algoz. E isso, essa “atenuação de pena simbólica” ela não pode conceber.

*(...) Eu acho que ele me odeia e acho que ele me ama. (...) Porque eu baguncei a vida dele. Baguncei, né? A gente tava junto, tava bem; **de repente eu não sei o que aconteceu**, ele voltou a beber, me atacou, ele é judeu... Judeu cê sabe, né? Adora dinheiro. E mesmo eu recebendo bem menos do que eu recebia, é... três salários... num montante que fica alto, né? Pra quem recebe é pouco, mas pra quem paga é muito. Ele não queria pagar nada... Aí me ajuda. Tomara que venham os cinco salários de novo.*

A narrativa acima aponta novamente para o que escapa à compreensão de Aurora, dos motivos que levaram o ex-marido a agredi-la. A estranheza que ele enquanto outro lhe apresenta e que Aurora tenta superar coloca-a numa relação com a alteridade (Simão, 2007a). Essa alteridade se mostra também ao mencionar a origem judaica do ex-marido como justificativa pelo apreço que ele teria, segundo ela, por dinheiro; ela não (ao menos não se percebe assim, afinal, sua origem não é a mesma da do marido).

Aurora vivencia tensões relacionadas à diminuição do valor da pensão que recebe após o marido pleitear na justiça a quantidade de salários pagos a ela mensalmente. Ela supõe que, em termos de valor, o que é pouco para ela é muito para ele; dessa forma, de sua perspectiva, ter de pagar pensão é punição dupla para um judeu: primeiro, porque foi condenado pela lei a pagar pelos danos que causou a outrem. Segundo, porque um judeu não gosta de gastar dinheiro. Nesse sentido, apesar da insatisfação com o valor de pensão atual, Aurora percebe o seu direito assegurado por lei; e embora a pena paga pelo ex-marido esteja mais branda atualmente (no sentido de pagar menos pela pensão), Aurora continua punindo simbolicamente o ex-marido, que, aos seus olhos certamente é atingido, ao menos financeiramente falando.

Em nível pré-reflexivo, Aurora parece querer manter o elo com o passado através da pensão que o ex-marido lhe paga (implicado aí os significados que a pensão tem para ela). Apesar de narrar o desejo por novidade, parece não haver espaço de sua parte para novas possibilidades: aparentemente encontra-se presa ao passado, vivenciado no presente.

Eu quero encontrar uma companhia. Eu tô muito sozinha. Eu quero voltar a acreditar no ser humano. Eu quero ser feliz Flávia, urgentemente! Eu quero ser feliz. Não quero mais ter medo.

No que toca à futuridade, ser feliz implica em ter um companheiro amoroso e alguma ocupação:

*Um companheiro. Uma coisa pra fazer que eu ainda não sei o quê. Não pode ser remuneradamente, porque eu não posso trabalhar, senão eu perco a pensão. E também não posso casar, **olha só o meu castigo!** (...)*

Como exposto anteriormente, a pensão é um castigo, mas não para Aurora. É um castigo para o ex-marido, “o judeu”; para ela é um direito. Não relacionar-se novamente, não trabalhar informalmente é um castigo que ela mesma se impõe e que escolhe: ao vitimizar-se duplamente ela culpabiliza o ex-marido duplamente. Entretanto, permanecer em uma situação que não flui, que não anda, também é castigo, sendo ela então castigadora e, ao mesmo tempo, castigada.

Um aspecto que chama a atenção na narrativa de Aurora diz respeito à figura masculina. Aurora vê o outro, mais especificamente, o “outro-homem” como alguém que lhe causa reações e sentimentos diversos, entre eles medo, pena, amor. O desejo de Aurora em encontrar um novo companheiro pode ser compreendido pela forma como ela vê o seu agressor.

Vemos que, conforme aponta Boesch (1991), as antecipações referentes ao futuro estão relacionadas às experiências passadas e suas recordações. Apesar dos acontecimentos que permeiam a história da cicatriz, Aurora nutre amor pelo ex-marido e o vê como uma pessoa doente, uma posição bem diferente, do ponto de vista emocional, quando comparada às demais participantes deste estudo (a seguir). Nesse sentido, ao sentir pena dele, por suas condições de saúde mental, é como se isso tirasse um pouco do peso da responsabilidade do ex-marido sobre a cicatriz e os demais atos violentos que sofreu e, talvez, intensifique, como dito anteriormente, os sentimentos de culpa que ela sente. A visão ou expectativa que ela tem sobre o outro-homem não é pessimista, apesar do medo generalizado que passou a sentir de tudo e todos depois das agressões.

Medo de tudo... depois do que aconteceu comigo. Dele me espancar e tentar pegar um fio de nylon pra me enforçar...ehhhhh, eu fiquei com medo não só dele. Tô falando de tudo... de atravessar a rua, metrô, assim... eu fico bem longe da faixa amarela. Tenho medo de ser assaltada, tenho medo de esquecer coisas. Acho que tem sempre alguém me espiando. Fiquei com medo.

Nesse sentido, o medo não impede Aurora de ter expectativas em relação ao que deseja: ser feliz – incluídos aí um companheiro amoroso e uma atividade. Entretanto, ela não

age de forma prospectiva, por um lado sustentada e por outro aprisionada por um benefício – a pensão paga pelo ex-marido.

Em relação ao olhar do outro sobre a cicatriz, Aurora não relata grandes problemas, devido à localização ser de difícil acesso (parte interna da mão), além de se tratar de uma marca discreta. Declara permanecer com a mão fechada na maior parte do tempo. Poucas foram as pessoas que viram e a questionaram sobre a cicatriz. E, quando isso aconteceu, ela respondia que foi um acidente: “Ah eu falo assim ‘foi um acidente’... Um acidente”. Dessa forma, é o próprio olhar o seu maior desafiador, nem tanto da perspectiva estética, mas especialmente pelo que ela representa para a sua perspectiva de vida e futuro. Quando diz que a autoestima afetada está muito mais ligada ao fato da impossibilidade de retomar a carreira.

Incomoda. Incomoda em tudo, na mão direita tudo incomoda. Eu acho feio, tenho vergonha, não toco no assunto, tem que esconder...

Eu olho... e me dá um vazio. Eu sinto um vazio. Um vazio... (...)

Em suma, aspectos que se destacam no caso Aurora apontam para a forma como ela vivencia a temporalidade: a sensação de que o tempo (passado) não passa; logo, o porvir é algo distante de ser alcançado. O medo que sente do outro, semelhante ao tempo, também não passa. Aurora parece cristalizada na experiência que viveu e isso, certamente, interfere no que ela espera ou pensa acerca do seu futuro.

celeste

*Relativo ao ou próprio do céu.
Da divindade, ou a ela relativo.*

Dicionário Michaelis

4.1.2 A história das cicatrizes de Celeste

Divorciada, tinha 32 anos na ocasião da entrevista. Natural de São Paulo, possui o ensino médio completo e curso de auxiliar em enfermagem. Atualmente trabalha como cuidadora de idosos. Tem quatro filhos, frutos do casamento com o ex-marido. Não sabe relatar ao certo a idade dos filhos. Depois do acontecimento, que por pouco não lhe custou a vida, diz que sua memória é falha. Segundo Celeste, as cicatrizes são consequência de um pedido de divórcio. Casada há oito anos, desde que pediu o divórcio pela primeira vez, dois anos antes do ocorrido, passou a sofrer com as atitudes do até então marido. Ele sempre foi muito ciumento e, depois que expressou seu descontentamento em relação à união, o marido passou a ter atitudes que indicavam a Celeste um alerta de que algo ruim estava prestes a acontecer. Ele passou a dormir com uma faca debaixo do travesseiro. Pouco tempo depois, um revólver. Justificava a conduta dizendo que estava sendo ameaçado. Desde então, ela não sabia mais o que era dormir sossegada.

Nos últimos dois anos, a coisa foi ficando chata, foi ficando pior ainda do que já estava (...). Acho que quando ele me ouviu falar a palavra “divórcio” (...) ele resolveu comprar uma arma. No meio tempo enquanto ele estava sem arma, ele dormia com uma faca embaixo do travesseiro e dava uma desculpa esfarrapada. Eu não entendia nada, minha filha também não. “Não, é que eu tava ali no bar e o cara me ameaçou”, “O cara me ameaçou lá no bar, então eu tenho que dormir com essa faca debaixo”. Quem não dormia era eu! Aí eu ficava pensando: “será que foi o cara que ameaçou mesmo ou será que a pessoa vai me matar no meio da noite?”

(...) me lembro num final de semana que eu cheguei da escola e a minha filha tava com a testa machucada e com roxo pelo corpo inteiro. Porque o cara disse que estava bravo comigo, aproveitou que eu não estava em casa e foi bater numa criança de 8 anos. Ou melhor, foi espancar uma criança de 8 anos. “Vou deixar marca na pessoa” tipo, na verdade, eu acho que a pessoa tava me alertando, né? Ela tava dizendo “Olha eu tô fazendo isso com uma criança que é minha, que eu tanto quis, mas eu posso fazer com você”.

Ele nunca a havia agredido, nem a ameaçado diretamente. Quando passou a escrever declarações de amor no seu caderno, por todos os cantos da casa, Celeste pensou ser a hora certa de ir embora, fugir com as crianças durante a noite, enquanto ele trabalhava.

Vai ter que ser agora, porque senão ele vai matar as crianças e depois vai ser eu!

Entretanto, dois dias antes de Celeste concluir o seu plano, sofreu a tentativa de assassinato, situação que originou suas cicatrizes. Ela chegava em casa após o trabalho, já bem tarde, e de alguma maneira sentia-se protegida, porque neste horário o marido havia saído para trabalhar. Ao ultrapassar o portão de casa, assustou-se com seu barulho batendo, pois não estava ventando. Foi então que, apesar da escuridão, viu o marido com o uniforme do

trabalho e acompanhado de outro rapaz, conversando. Quando começou a ser golpeada, gritou por socorro e os vizinhos, assustados, acenderam as luzes. O comparsa do marido fugiu. Ela ainda conseguiu correr para a calçada. Antes de fugir, o marido a derrubou no asfalto. Lembra-se de que, no hospital, disse seu nome e disse ter sido o marido quem havia feito aquilo com ela. Foram nove facadas. Quando acordou, recorda-se que pensou estar tendo um pesadelo.

Acho que devo estar tendo um pesadelo, melhor voltar a dormir de novo e quando eu acordar, passou.

Seis anos após o ataque, na ocasião da entrevista, diz que todo dia esse acontecimento a perturba. Passou por algumas cirurgias reparadoras das cicatrizes, mas elas “continuam lá”. Para Celeste, as piores cicatrizes são as “de dentro”, referindo às sequelas emocionais da violência, pois estas não podem ser escondidas. Já as marcas físicas, sim, podem ser encobertas por roupas.

*(...) todo dia isso me perturba. Todo dia eu choro pela mesma coisa... porque você passa por uma, duas, três, quatro, sabe Deus quantas cirurgias e assim... **a cicatriz continua lá. Ela sempre tá lá. E o pior é que você, assim, você tenta lidar com a cicatriz, mas você não consegue lidar com a de dentro, porque a dor é horrível.***

A vida de Celeste mudou totalmente após o ocorrido. Por quatro anos não pôde trabalhar, dedicada somente à recuperação e tratamento físico e psicológico, que permanecem até hoje. Há dois anos tenta retomar a vida, o trabalho. É ela quem se sustenta e sustenta os filhos financeiramente, que passam a maior parte do tempo com a avó materna. Ela não recebe pensão; inclusive, foi ameaçada pelo ex-marido, que hoje está preso, caso entrasse com um pedido.

Sobre as sequelas dos ferimentos, tem os movimentos do braço esquerdo limitados e isso faz com que ela não possa pegar peso. Outra sequela importante diz respeito a sua memória. Afirma não conseguir mais fazer determinadas atividades, como calcular medicamentos. Esse fato, somado aos problemas com os movimentos do braço são restrições a sua atividade de trabalho, na área de enfermagem. Também sente dores nas cicatrizes, especialmente na virada do tempo. Mas como Celeste relata, o pior é o que é sentido, o que não tem explicação – as “cicatrizes de dentro”. Tudo o que lhe acontece na vida, está relacionado ao fato trágico. Diz que vive um terror diário, não dorme sem medicação, sofre com a instabilidade de humor, situação que influencia diretamente na relação com os filhos e no seu papel de mãe. Perdeu a confiança nas pessoas, especialmente na família.

Quando pensa na possibilidade de um novo relacionamento amoroso, é tomada pelo medo: medo de passar por algo semelhante novamente, medo de, ao contar sua história, ser vista como uma ameaça constante e, assim, rejeitada. Sua autoestima e autoimagem foram muito afetadas. Arruma-se, se maquia, tenta mostrar que por fora está bem – para disfarçar o que sente em seu interior. Apesar de seu esforço, sofre devido às restrições de roupas, principalmente no verão. Não deixa as cicatrizes à mostra, para evitar que perguntem a respeito.

Então você tem vergonha de colocar roupas, o sol que está e eu estou parecendo uma freira, eu diria. Porque eu tenho que cobrir as minhas cicatrizes.

4.1.2.1 Análise interpretativa das narrativas de Celeste

A gravidade das lesões de Celeste reflete, de certo modo, a gravidade que as cicatrizes representam para ela e para a sua perspectiva de vida. Nesse sentido, será útil para a análise partirmos do estudo de Romilly (2009) apresentado por Simão (2015c) acerca do tempo na tragédia grega.

Uma das formas com que a temporalidade emerge, na tragédia grega, diz respeito a eventos marcantes, de curta duração, que ocorrem subitamente, e que, entretanto, implantam repercussões de longo prazo na vida do protagonista. Esses eventos consistem em experiências perturbadoras, “sentidas pelo eu como abruptas” e, demandam do ator um senso de urgência para que suas ações sejam organizadas novamente (Simão, 2015c, p. 494).

Dessa forma, experiências que são sentidas pelos atores como inquietantes (Simão, 2004, 2016), especificamente aquelas que tiveram origem em eventos que ocorreram em curto espaço de tempo e de maneira inesperada, geram tensões que, provavelmente, acompanharão a trajetória de vida da pessoa por tempo indeterminado, exigindo dela contínuas ações simbólicas a fim de reorganizar as relações eu-outro (mundo) (Simão, 2015c).

Das quatro participantes do estudo, Celeste e Rosa (caso apresentado adiante) narraram que não haviam sofrido agressões dos companheiros previamente ao ataque quase fatal, o que não significa que signos relacionados à violência não foram emitidos, em forma de ameaças e ciúmes, por exemplo. Isso significa que para essas duas participantes, especificamente, o ataque quase fatal trata-se do primeiro e único ataque contra elas. Por isso, a reflexão acerca do tempo na tragédia grega nos auxilia na compreensão de tais casos, na medida em que o evento trágico, isto é, os ataques a facadas, ocorreram de forma súbita e tiveram curta duração (objetivamente falando), quando comparados ao tempo que as

consequências do ato ocuparão na vida de quem sofreu a violência. Naturalmente, se considerarmos a temporalidade, isto é, a forma como cada pessoa vivencia o tempo, o evento que estamos considerando de “curta” duração pode ter sido, para as participantes em questão, uma verdadeira eternidade.

A seguir, serão relatadas algumas das repercussões acerca de determinadas cicatrizes sobre a vida de Celeste. A seriedade das lesões e a localização trazem consequências específicas que merecem ser particularizadas. A começar pela grande cicatriz que carrega no braço esquerdo, fato de grande incômodo do ponto de vista estético. E, atinente a tal aspecto, há a questão do olhar do outro. Sua curiosidade (sentidos com enorme desconforto por Celeste) a faz pensar minuciosamente na roupa que vai vestir, de maneira que a cicatriz esteja inacessível ao olhar alheio, evitando assim a pergunta sobre o acontecimento que gerou a cicatriz, que naturalmente cobra de Celeste um posicionamento acerca do assunto.

Na impossibilidade de escondê-la, há uma resposta pronta e culturalmente aceita: a cicatriz (qualquer uma delas) é resultado de um acidente de carro, resposta elaborada previamente, na tentativa de evitar tensões intra e intersubjetivas desnecessárias, o que nem sempre é possível. “Aí você **tem que** inventar mentira...”. “Ter que” agir de determinada maneira, indica que Celeste faz distinções entre o que ela pode/quer e o que ela não pode/quer falar a respeito da causa das cicatrizes; o fato de posicionar-se contando *o que poderia ser* e não *o que realmente é* (valor real e valor visado, Boesch, 1991) é percebido por Celeste como uma mentira.

Sentir-se mentirosa, aparentemente, parece ir contra aos próprios valores pessoais e culturais em torno do entrejogo dos pares dialógicos das noções “verdade-mentira”/“coberto-encoberto”. Entretanto, o que Celeste chama de mentira, trata-se de uma forma que ela encontrou para proteger-se das sugestões socioculturais vindas das relações eu-outro (mundo), que ela antecipa, com base em experiências pessoais anteriores, entendendo serem geradoras de inquietações (Simão, 2003, 2016). Sobre a experiência de sentir-se mentirosa, ela narra:

...ela olha, ela disfarça... Mas aí ela torna a olhar de novo e a curiosidade, você percebe. A pessoa tem uma curiosidade pra saber. “Que tamanho tem essa cicatriz e por que?”. E mesmo você contando uma mentira tão convicta, é como se a pessoa estivesse assim “Aí tem outra coisa”, “Ela tá escondendo alguma coisa”.

Se você tá num provador provando uma roupa, a pessoa fala “posso...?”, “não, não, não, deixa que eu mesma pego”, ou você se esconde e... sabe? Você vai provar um vestido e fica com vergonha. E você pensa... a pessoa vai falar “eu te ajudo a fechar o vestido”, aí você inventa aquela bela mentira de sempre... da desculpa, né... das cicatrizes.

As narrativas abaixo indicam a experiência de Celeste ao contar “o que realmente aconteceu”, ao invés de responder que foi um acidente. Celeste sente-se rejeitada pelos outros quando eles têm acesso à versão real dos fatos, uma vez que, em seu entendimento, estar perto dela significa correr perigo:

Eu me sinto uma grande mentirosa e penso comigo “Se você soubesse o que realmente aconteceu...”. Só que assim... por que eu vou contar se a pessoa simplesmente... ela vai sentir dó e... ela vai fazer aquela pergunta que todo mundo faz: “Ele tá preso?”. *Aí depois que a pessoa te fizer essa pergunta, você já sabe qual vai ser o próximo passo. O próximo passo vai ser assim “Hoje não dá pra conversar com você; eu estou atrasada, eu tenho uma coisa pra fazer”. Aí se você ligar para a pessoa, aí a pessoa... ou ela não atende ou atende e fala “Agora não dá pra falar com você; eu te ligo, eu te retorno”. E ela nunca te retorna. Então como você já sabe toda... porque toda mulher que é agredida, por mais que ela tenha uma cara de pau sem tamanho, ela sabe que vai enfrentar muitas rejeições pela frente.*

É, é isso. Então, você acaba se sentindo um aidético, você se sente uma bomba. É as duas coisas que eu consigo ligar. Então é uma coisa assim: “chegou, a qualquer momento pode explodir”. “Mas a pessoa tá presa”. “E os amigos dela, será que estão?”

Mas a cicatriz do braço não se resume a dificuldades no âmbito estético e nas relações eu-outro; essa mesma cicatriz revela desafios importantes que atingem o âmbito profissional e, consequentemente, financeiro. Sua existência se dá em decorrência de uma facada que atingiu determinados nervos. Num primeiro momento, Celeste perdeu os movimentos deste braço. Então, houve a necessidade de fazer uma nova cirurgia, incisão em cima de incisão, para tentar reverter o quadro. Celeste então readquiriu alguns movimentos, mas relata ser incapaz de carregar peso. Também perdeu a sensibilidade. Dessa forma, Celeste relata que não pode retornar ao seu ofício anterior à agressão: trabalhar como auxiliar de enfermagem. Com a perda da força e sensibilidade em um dos braços, ela não consegue segurar um paciente, trocá-lo de posição, por exemplo.

Para além dos problemas relacionados ao braço, há também a questão da memória, uma espécie de cicatriz não material. Isso faz com que Celeste também não seja capaz de fazer cálculos de medicação, atividade necessária à sua prática profissional. Refere que perdeu muitas informações devido a três paradas cardíacas que sofreu. Psiquiatras a quem consultou, dizem que se trata de um bloqueio. Tomou medicação, mas diz não ter sentido melhora alguma.

*(...) Eu esqueci todas as fórmulas dos cálculos e tudo, eu tento, tento, tento aprender de novo, mas tá difícil. Então, eu trabalho na área, só que assim... a medicação que eu posso fazer é só via oral. **Eu não posso fazer uma medicação que precise de gotas, quantas gotas de soro vão ter que cair. Isso eu já não posso fazer. Eu não posso pegar peso, porque eu corro o risco de deixar o paciente cair.*** *Então eu fico agora como cuidadora. É o que eu tô*

fazendo. Então você não pode pegar peso porque você pode deixar o paciente cair; você não pode mexer com a parte de medicação porque você não lembra fórmulas pra calcular o quanto aquilo tem que ir.

Eu passei já no psiquiatra, eu já fiz exame. Eles falam que é um bloqueio. Bloqueio esse que eu já tomei remédio, fiz um monte de coisa e assim... nada. Continua na mesma.

Outra maneira em que o âmbito profissional de Celeste foi atingido, desta vez de forma mais indireta, diz respeito à qualificação da sua mão de obra, possível através da continuidade aos estudos. Visando esta meta, Celeste relata que quer retomar de onde parou, referindo-se aos estudos. “Eu quero pegar do ponto que eu parei e ir pra frente”, diz. Entretanto, dar continuidade a esta atividade não é tarefa simples. Mais uma vez, Celeste se depara com outra dificuldade que a impossibilita de exercer a profissão: a perda de informações, como ela se refere às alterações relacionadas à memória.

*Então... eu parei os meus estudos por causa disso, porque eu tive três paradas [cardíacas], então... nesse meio tempo de vai e volta, vai e volta, perdi algumas informações sobre... tanto da vida familiar quanto... **perdi tudo.***

*Eu esqueci pessoas, eu esqueci lugares e às vezes eu passo trinta vezes no mesmo lugar e sempre pra mim vai ser como se fosse a primeira vez que eu estou indo ali. Ou eu penso assim: “Ou eu me arrisco chegar num lugar” certo? Tentar pôr a cabeça pra funcionar ou eu sou obrigada a ficar perguntando, ou chamar alguém pra ir comigo. **Ontem eu fui para a ...[Região de SP] com a minha filha, eu entrei num prédio, depois eu não sabia mais de que lado eu tinha vindo. E ela disse “Não mãe, é pra lá”, sabe? Então, isso fica pra mim “Bela pessoa você é, né?” (...).***

Apesar de Celeste se referir à perda de informações numa dimensão factual, isto é, como as alterações de memória repercutem negativamente sobre a possível volta aos estudos e sobre a perda de informações a respeito da sua vida pessoal, na dimensão metafórica da experiência, sua narrativa sugere uma perda muito maior, uma perda total, que não se limita aos estudos e à vida familiar. Se factualmente ela se percebe sem saber a direção de onde veio ou para onde vai, simbolicamente, ela também parece não saber qual rumo a sua trajetória deve tomar: o sentido (da sua casa, da sua vida) é uma busca incessante, para além de todas as adversidades com as quais se depara.

Celeste tem tentado superar as dificuldades com estudos, estudando por conta própria. Mas ao se dar conta que não consegue evoluir do ponto em que se encontra, ela experimenta inquietações (Simão, 2003, 2016) uma vez que os valores visados (Boesch, 1991) por Celeste (o desejo de voltar a ser/estar como ela era antes de ter sofrido a agressão, no que se refere ao desempenho nos estudos) não foram atingidos. Em sua narrativa, Celeste se refere a uma situação imaginada: o retorno aos estudos em um ambiente compartilhado. Nesta ocasião, compara a sua performance com a dos “outros”, que evoluem, ao contrário dela, que se

estagna. Aqui é possível observar mais uma das antecipações que Celeste faz em relação ao futuro, geralmente de cunho pessimista, frequente em sua narrativa:

Se você falar pra mim: “Ah, quais são os seus projetos futuros?”. Bom, é o que eu faço todo dia. Eu leio, releio, leio, releio... Tô tentando trabalhar minha mente pra ver se eu desenvolvo pelo menos... pelo menos 50% do que eu sabia antes, pra pensar daí o que é que eu faço. Sabe? Então você tenta estudar, você começa a estudar. Uma coisa você entende; dez não. Aí todo mundo termina e você continua na mesma coisa. Todo mundo terminou e você continua na mesma coisa. Aí já é um motivo pra você desistir.

É importante notar que, apesar de todas as dificuldades e limitações com as quais Celeste se defronta no percurso que a leva em direção a sua meta (retomar as atividades “de onde parou”), ela age no sentido de cruzar as fronteiras simbólicas (Boesch, 1991) que a desafiam a ir além: ela encontra soluções, mesmo que momentâneas, para os impasses de retornar aos estudos e ao ofício anterior; em relação aos estudos, os faz sozinha, em sua casa.

Quanto ao trabalho, tornou-se cuidadora de idosos e, desta forma, assegura o seu sustento e o dos filhos e, especialmente, torna possível dar continuidade aos seus planos. Dessa forma, vemos que os estados futuros desejados por Celeste guiam-na, pois, segundo Simão (2010, p. 60) “são motivos para ações simbólicas. Agindo, o sujeito é, então, afetado por sentimentos em relação ao seu sucesso ou não em atingir o desejado. Nesse sentido, estados futuros desejados significam transformações na relação eu-mundo, incluídas aqui as relações eu-outro”.

Dando continuidade à proposta descrita no início deste tópico, em que relaciono determinadas cicatrizes às repercussões específicas de longo prazo, serão apresentadas a seguir outras tensões vivenciadas por Celeste, desta vez, referentes às demais cicatrizes que ela traz no corpo. Estão localizadas nas costas, barriga e abaixo dos seios. Comparadas à cicatriz do braço, são mais fáceis de esconder. Contudo, tais cicatrizes formaram queloide, o que fez com que Celeste procurasse por tratamentos que viabilizassem a melhora do aspecto estético. Para ela, o resultado foi satisfatório para a cicatriz da barriga, mas não para as cicatrizes dos seios. Essas cicatrizes são geradoras de tensão, especialmente quando Celeste pensa na possibilidade de um novo relacionamento íntimo, apesar de negar esse desejo.

Mas em relação à cicatriz mesmo, você tem que ficar escolhendo modelos de roupas pra vestir, isso é muito chato. Você se sente mal quando vai à praia. Você fica pensando... o homem me vê nua ou de calcinha e sutiã, o que ele vai dizer? (...)

(...) se um cara chegar perto dela e ver aquela cicatriz e saber por que foi, ele pode querer fazer a mesma coisa. A minha impressão é essa. O meu medo é esse. “Por que foi isso?”, “Ah, por causa disso”. Então ele vai falar assim... “Essa pessoa não é tão inteligente, então a gente pode montar em cima”.

As cicatrizes que carrega no corpo são para Celeste uma espécie de “atestado de falta de inteligência” que, de certa maneira, concede ao outro (nesse caso, um homem) o direito de agredi-la, uma vez que “merece” ser punida (novamente). Essa relação aparentemente condicional que é concebida por Celeste parece ser fruto do temor que sente caso venha a se relacionar amorosamente com alguém. É como se, o fato de ter sido agredida, justificasse a repetição da mesma experiência, o que na verdade é impossível, uma vez que, de uma perspectiva bergsoniana, a irreversibilidade do tempo garante a singularidade das experiências humanas (Mello, 2009). Entretanto, para Celeste, a sensação é que sim, pode ocorrer novamente e de maneira muito semelhante à sua experiência anterior, sugerindo que, subjetivamente falando, a repetição da experiência é possível, daí o receio de investir novamente em um relacionamento íntimo.

Nesse sentido, a possibilidade de relacionar-se amorosamente com alguém implica em deparar-se com o medo, a falta de confiança nas pessoas, conflitos, raiva e revolta; todos esses aspectos que se encontram na esfera do sentir são parte das marcas psicológicas que Celeste traz consigo, as quais ela nomeia “cicatrizes de dentro” e que marcam fortemente a sua narrativa, pois essas cicatrizes, segundo ela, não são possíveis de esconder ou disfarçar.

Então é isso que eu falo pra você, a cicatriz de fora você tenta dar um jeito; você pode tatuar uma coisa em cima, você pode pôr uma roupa, você tem como esconder isso. Mas agora, a cicatriz de dentro, não tem.

(...) mas a cicatriz de dentro, não tem como você esconder. E quando você vê uma pessoa bem vestida, ela tá bem vestida o corpo, porque provavelmente a alma daquela pessoa é um fracasso só. Então, a cicatriz de dentro é pior porque você não consegue explicar, você não tem explicação. Pelo sentimento que você sente e você não consegue uma explicação. Por que é que uma pessoa faz isso com você?

Então, as “cicatrizes de dentro” parecem se referir a um turbilhão de sentimentos que conflitam entre si, que se apresentam sem sentido para Celeste e afetam seus pensamentos, crenças, emoções, perspectivas e planos. Indica também, no âmbito da alteridade, a lacuna existente pela falta de resposta acerca de motivos que legitimassem a violência brutal por ela sofrida. Celeste parece sentir-se impotente frente à impossibilidade de compreensão do outro e de suas ações sobre ela. O que a sua experiência lhe diz sobre o outro, especialmente o “outro-homem” é que se trata de alguém em quem não se pode confiar. Logo, relacionar-se amorosamente com um homem é algo difícil de conceber:

Eu não acredito em ninguém. Eu não confio em ninguém.

(...) Mas aí eu penso: e se um dia eu arrumar um namorado e o cara souber disso, ele vai falar assim “E o cara tá onde?”, “Tá em tal...”, “Tchau!”. Então, eu já preparo o meu psicológico; já tô me preparando pra tudo. Já me preparo se um dia eu quiser alguém, à rejeição, porque a pessoa pode me rejeitar ou eu penso... “E se a pessoa quiser fazer a

mesma coisa?”. A cicatriz fica muito, muito, muito grande...e se você é uma pessoa que acaba pensando um pouco, que é o meu caso, então você pensa no que ainda nem te aconteceu.

As “cicatrices de dentro” fazem Celeste evocar o evento que quer esquecer. É como se tudo o que acontecesse ou o que pudesse vir a acontecer estivesse relacionado àquela experiência dolorosa, que parece transformar-se em uma espécie de referência que irá balizar os seus próximos passos. Segundo Brockmeier (2015) experiências traumáticas, catastróficas, podem ser temporalmente estendidas condizentemente com a posição de Romilly, citada anteriormente, acerca da temporalidade na tragédia grega: a repercussões de longo prazo permanecem na vida da pessoa, como a própria cicatriz, e essa permanência parece ressoar, de forma existencialmente negativa, sobre o presente e sobre as perspectivas de futuro, incluído aí o desejo velado de um novo relacionamento íntimo.

Do dia que aconteceu isso na minha vida, tudo de errado que vem me acontecendo. É tudo pela mesma situação. Por causa de uma pessoa, eu tô pagando uma infinidade de coisas que eu não deveria estar passando (...). Você fica triste por um monte de coisa que você vê... se você vê um casal se dando bem, você se pergunta: “até quando isso vai... estar bem?” entendeu? Até onde essa pessoa vai com esse amor dela? Então, tudo o que acontece daí pra frente, você liga a mesma situação. E isso assim... não tem exatamente o que, como você explicar. Então você fica com vergonha e depois você pensa “e se eu arrumar um namorado? ele vai ser de novo bonzinho, fofinho... e se ele faz a mesma coisa?”. Então você passa a julgar todos por causa de um. E todo mundo fala: “o tempo supera”. Não! Parece que supera tudo, parece que você esquece, mas no fim das contas você não esquece, porque dentro de você tem um terror.

De repente, você olha e fala: “Bonito aquele casal”, “Vou tentar fazer... vou tentar refazer tudo...”. Quando tá tudo na sua frente, você fala “Tô fora. Até onde esse amor vai durar?”

É por meio da ação, segundo William James (1897), que é possível reduzir a desconfortável incerteza decorrente da ambiguidade frente ao futuro. Para o autor, as múltiplas possibilidades do futuro são vivenciadas pelo sujeito como “zonas de insegurança” que geram a necessidade de agir em determinada direção. Ao agirmos, de alguma maneira estamos manejando a incerteza a respeito do futuro. Isto é, temos a sensação de não estarmos à mercê do destino, pois quando agimos, fazemos algo que de alguma forma nos propicia a sensação de estarmos no controle de uma situação que poderá ou não vir a tornar-se realidade. Nós vivenciamos a “presença permanente do sentido de futuridade” (James, 1897, p. 13). O futuro implica inúmeras possibilidades que estão por vir, enquanto que o presente é uma realidade experimentada, desejada ou não. Então, o aqui e agora “é o que é”; é certeza, restrição. Já o futuro é um campo do “tornar-se possível” (Boesch, 1991, p. 166).

Podemos considerar então que, a “zona de insegurança” vivenciada por Celeste, a respeito do seu futuro, é acrescida de tensões que dizem respeito a uma situação de desproteção e insegurança por ela já vivida. Não se trata de um medo ou incerteza qualquer a respeito do amanhã. Nesse momento, as recordações fatídicas do ataque – ou o que ficou delas, influencia as perspectivas de Celeste a respeito do futuro. A esse respeito, como afirma Boesch (1991), as recordações das experiências exercem uma função importante para a ação: elas têm o papel de sustentar ou auxiliar as preocupações que ocorrem no presente. Para o autor, então, as recordações:

(...) parecem preencher uma dupla função: por um lado, conduzir, regular ou fortalecer – ou, pelo contrário, inibir – a ação em uma dada situação; e, por outro lado, aumentar ou reforçar a continuidade e consistência do *self* da pessoa – e sua visão de mundo (Boesch, 1991, p. 166).

Nesse sentido, o que tenho considerado como uma perspectiva pessimista frequentemente expressa por Celeste, acerca do que ela espera do futuro, parece na verdade exercer a função de proteção e preservação do eu – nas dimensões física e psicológica, balizando (Valsiner, 1998) as suas ações. Voltemos ao exemplo do desejado retorno aos estudos em ambiente compartilhado. Celeste, ciente das suas limitações, antecipa uma desvantagem de desempenho quando se compara aos outros colegas. Como essa antecipação influencia a sua ação no presente? Ela continua a estudar, porém, sozinha. Outro exemplo: a possibilidade (e desejo) de se relacionar amorosamente com um homem. Celeste imagina que o homem, ao ver sua cicatriz, pode querer fazer a mesma coisa que o ex-marido lhe fez: novamente agredi-la. Mas, mesmo que isso não aconteça, que as suas cicatrizes não sejam empecilhos para a nova relação, contrariando as suas expectativas... E quando esse homem souber que, o ex-marido de Celeste, atualmente preso, estiver solto? Em sua perspectiva, ele a deixará e ela mais uma vez sentirá o peso de uma rejeição (porque ela narra um histórico pessoal de rejeições nas relações eu-mundo, especialmente com a figura materna).

Quando Celeste vê um casal namorando, se pergunta: “até onde esse amor vai durar?”. Ela generaliza aquele relacionamento que vê como se fosse o seu, o que teve com o ex-marido; logo, para Celeste, o desfecho será o mesmo. Parece que esperar pelo pior, de certa maneira, a inibe de agir conforme o que deseja (e que significa arriscar-se a confiar nas relações eu-outro, estando suscetível a vivenciar o rompimento de expectativas pessoais e culturais). Então, para não ter de enfrentar as possíveis decepções das relações eu-mundo, Celeste tem se mantido sozinha, ou acompanhada de si mesma e mais ninguém, pois assim se sente segura, uma vez que o outro é ameaçador. Permanecer sozinha pode ser visto, então, como uma maneira de propiciar consistência ao *self*.

Vejamos a seguir outras narrativas de Celeste que também dizem respeito ao futuro como zona de insegurança, às quais refletem sua preocupação com a própria integridade e preservação. A meta de Celeste visa evitar que algo ocorrido no passado venha a acontecer novamente, da mesma forma, pela mesma pessoa, indicando que a repetição da experiência de violência, para ela, é totalmente plausível:

O que eu tenho escutado muito é: “Quando ele vai sair?”, né? “E a partir do momento que ele tiver aquelas saidinhas? O que vai ser de você?” (...).

Eu pretendo fazer nos dois próximos anos é tentar mudar de bairro. Porque eu sei que ele vai sair e ele já sabe onde eu estou.

(...) Então, minha querida, agora é como macaco, sabe? Você não pode se estabilizar num lugar e quando a pessoa descobrir, você tem que correr pra outro.

Nesse sentido, os planos mais urgentes de Celeste têm como foco garantir a sua segurança. E isto implica em mudar de residência e bairro. Porque, como apontam as narrativas acima, o ex-marido já sabe onde ela mora atualmente. Apesar de ele estar preso, sente-se totalmente desprotegida. Teme que alguém (a mando dele) possa tentar algo contra ela, outra vez; ou mesmo o ex-marido, assim que o regime permitir as saídas temporárias. Voltamos, então, às ações simbólicas que Celeste já vem empreendendo, já descritas no início dessa análise, com vistas a retomar os estudos, trabalhar, melhorar as condições financeiras. Garantindo o mínimo de segurança própria, o essencial é que ela poderá dar continuidade a outros planos, referentes a outros âmbitos de sua vida que foram interrompidos e que poderão ser retomados.

rosa

Flor da roseira.
Mulher formosa.

4.1.3 A história das cicatrizes de Rosa

Rosa tinha 34 anos ao conceder-me a entrevista. Natural de Pernambuco, ensino fundamental incompleto. Trabalhava como auxiliar de limpeza; no momento está desempregada. Tem quatro filhos, dois da primeira união (15 e 14 anos) e dois da segunda (8 e 7 anos). A história de suas cicatrizes tem origem após a separação do ex-companheiro (da segunda união). Segundo Rosa, o ex-companheiro sempre foi muito ciumento, mas, da sua perspectiva, nunca ocorreu nenhum tipo de agressão durante os oito anos em que viveram juntos. Relata que jamais imaginou que o pai de dois de seus filhos seria capaz de planejar e atentar contra sua vida.

Assim... ele era ciumento. Quando nós brigávamos, já chegou dia de ele vir pra cima de mim, eu ir pra cima dele... mas nada de ele vir me bater. Não... era tipo, eu ir pra cima dele, ele segurava os meus braços, me dava empurrão. Mas de bater mesmo, nunca tinha acontecido isso. A gente discutia bastante, mas esse negócio dele vir me agredir, não. Às vezes, era mais eu que provocava ele pra ele vir pra cima de mim, né? Então, foi uma coisa assim que eu nunca esperei.

Dois meses após a separação, que teve como motivação o ciúme por parte do ex-companheiro, ele a atacou na casa em que ela morava com os filhos. Foram diversas facadas, cerca de vinte, por todo o corpo, inclusive a cabeça. A filha mais velha ouviu o choro da mãe e pediu ajuda aos vizinhos. Ele foi preso em flagrante. Ela, socorrida e levada ao hospital. Dois anos após o ataque, na ocasião da entrevista, Rosa fala acerca das repercussões que o acontecimento trouxe para sua vida.

Em relação ao aspecto financeiro, passa por dificuldades, uma vez que ela não pode mais contar com a renda do ex-companheiro no sustento dos filhos. Ela é a pessoa responsável pelo sustento da casa no momento, fazendo “bicos” de limpeza. Sua saúde também não é a mesma. Devido aos golpes, a visão do olho esquerdo foi danificada e hoje faz tratamento para glaucoma, uma das sequelas das lesões. Também teve paralisia facial e ainda sente muitas dores, especialmente no olho que foi atingido.

Sobre as cicatrizes que marcam seu rosto e corpo, refere que de um ano pra cá já está aprendendo a lidar com elas, inclusive já se olha no espelho, coisa que não fazia no início. Rosa narra a reação que teve ao ver a sua imagem refletida, pela primeira vez, após as agressões e as intervenções cirúrgicas às quais teve que se submeter:

Quando eu vi assim, parecia que não era eu. (...) Aí eu olhei assim e ela [a psicóloga do hospital] falou: “O que você acha?”. Daí eu fiquei sem reação. Aí eu comecei a chorar. (...) “Será que eu sonhei ou eu me vi mesmo daquele jeito?”. O meu rosto tava bem torto, deformado e eu tava com curativo. Esse lado todo tava de curativo, minha cabeça... aí eu peguei e falei pra mim: se eu não morrer, eu não quero nunca mais ficar na frente de um

espelho. Aí com o tempo, eu evitava passar em lugar que tinha espelho, eu não queria me ver não.

Por conta das cicatrizes, Rosa deixou de usar as roupas que tanto gostava, especialmente no calor, no intuito de escondê-las, especialmente as que estão nas costas e nas pernas.

Porque o pessoal olha muito, sabe?

Segundo Rosa, as pessoas ficam “curiando”, isto é, ao verem as cicatrizes questionam o motivo de existirem. Ela responde que foi um acidente, de modo a encurtar e encerrar o assunto. Para evitar as perguntas, a solução, por ora, é cobrir o corpo.

No entanto, as marcas deixadas em sua cabeça e rosto estão à vista, bem como a sequela de uma paralisia facial. O recurso que tem utilizado para tentar encobri-las tem sido jogar o cabelo por cima das marcas. Mas sempre que alguém olha pra ela, tem a sensação de que na verdade a pessoa está olhando para as marcas do rosto, o que a deixa muito desanimada.

... quando eu vejo que alguém olha, aí já me dá aquele desânimo, sabe?

Com a autoestima afetada e impossibilitada de realizar coisas simples, mas prazerosas, como usar roupas curtas e mostrar o corpo, Rosa tem a intenção de cobrir as cicatrizes com tatuagens e, dessa forma, tentar fazer as mesmas coisas que fazia antes de ser agredida, numa tentativa de diminuir um pouco o enorme prejuízo que a violência lhe deixou.

4.1.3.1 Análise interpretativa das narrativas de Rosa

A futuridade para Rosa consiste em resolver uma questão com ela mesma, de seu eu com seu corpo. Sua meta mais imediata é cobrir as cicatrizes com tatuagens. Segundo Boesch (1991, p. 322) tatuagens ou cicatrizes decorativas são marcas corporais às quais o indivíduo normalmente exhibe com orgulho; ambas são signos que denotam força e resistência à dor, afinal, consistem em procedimentos invasivos à pele. Tais marcas variam de cultura para cultura e podem indicar a adesão de um indivíduo a um determinado grupo social.

Entretanto, para as participantes deste estudo, as cicatrizes que marcam seus corpos não são decorativas como aquelas mencionadas por Boesch, mas provenientes de outro contexto: o da violência doméstica. Desse modo, tais cicatrizes não adquirem valoração

positiva; não foram escolhidas, tampouco são vistas pelas mulheres com orgulho. As mulheres não desejam exibi-las, pelo contrário, quando possível, ocultam-nas.

No caso de Rosa, o desejo por tatuar as cicatrizes não se restringe a esconder marcas de um acontecimento doloroso, através de desenhos. A possibilidade de ter o corpo tatuado implica em liberdade de escolha: ela poderá decidir o que será gravado permanentemente em sua pele, no intuito de tentar vivenciar de forma harmoniosa a relação eu-corpo (Boesch, 1991), diferentemente das cicatrizes que residem em seu corpo sem terem sido convidadas, marcas que revelam os desejos e ações de outrem, gravadas sobre sua pele, sem sua permissão.

Segundo Berger (2009, p. 80), “tatuar-se é submeter-se a uma dor positiva, que traz em si um sentido, pois proclama sentimentos e adesões”. Nesse sentido, Rosa não tatuará a pele ilesa; o procedimento estético e doloroso será realizado sobre um local que já foi lesionado e também gerador de dor. Mas, nesse caso, dor sobre dor, pode nos sugerir, simbolicamente, que a “dor de sentido positiva” triunfará sobre a “dor de sentido negativo”.

Rosa vê nas tatuagens uma forma de despistar a curiosidade das pessoas: ao invés do outro ser instigado pelas cicatrizes e suas causas, poderá sê-lo pelas tatuagens e seus significados. Dessa forma, diante da nova conotação pessoal e cultural que a marca corporal adquire, valorada positivamente por Rosa, ela poderá sentir-se incluída, simbolicamente, nas relações eu-outro (mundo). Além disso, Rosa poderá ressignificar positivamente a relação eu-corpo e, conseqüentemente, a relação que estabeleceu com o espelho desde que foi agredida.

Cobrir as cicatrizes com tatuagens, então, trata-se de uma tentativa de aproximar a nova imagem corporal por ela idealizada – um corpo que “pode” estar à mostra –, à imagem do seu corpo atual, normalmente encoberto por roupas para ocultar as marcas da agressão, que vai na contramão do esteticamente belo, culturalmente falando. Nesse sentido, Rosa almeja diminuir a divergência entre os valores reais e visados (Boesch, 1991) a respeito da autoimagem.

Mostrar as costas eu não mostro, eu não uso roupa que mostra as costas, os braços. Parece que o pessoal olha muito, sabe? Chama mais a atenção e a tatuagem vai cobrir um pouco. Aí eu acho... que nem... voltar a usar minhas roupas de antigamente, de mostrar as costas... Eu gostava de usar roupa curta... Agora eu não uso mais nada disso. Aí eu acho que vai cobrir, eu vou me sentir melhor assim. Eu tenho vontade de ir para a praia, às vezes tá calor, pôr uma blusa diferente, como eu gostava de usar, com as costas... Agora todo mundo fica “curiando”, olhando...

O ato aparentemente simples de vestir-se como lhe agrada, muitas vezes automático por aqueles que têm um corpo considerado “normal”, deixa de sê-lo quando este mesmo corpo foge à regra do que é pessoal e culturalmente estabelecido como corpo ideal ou

desejado. Nesse sentido, o corpo, ou melhor, a pessoa que está fora da “curva” passa a refletir, minuciosamente, a respeito do que ela pode ou não vestir, o que vem a tornar este ato totalmente calculado e, logo, vivenciado por ela como barreira (Boesch, 1991). A esse respeito, Le Breton (2006), aponta que a apresentação física de uma pessoa (incluindo aí as vestimentas, atributos físicos como altura, peso, qualidades estéticas etc.) parece valer socialmente pela sua apresentação moral, no qual há um sistema implícito de classificação que se baseia em uma espécie de código moral que exclui (ou não) o sujeito.

*Eu sempre andei de salto, de blusa; eu vim engordar um pouco agora, né? Porque eu sempre tive o corpo magrinho, gostava de andar arrumada. **Roupa, não tinha escolha, o que viesse pra mim...eu mostrava as costas, bermudinha curta, essas coisas eu sempre usei, nunca liguei não. Agora não. Agora assim... de rendinha assim eu uso... Às vezes, as meninas falam assim “Não tá mostrando”, mas pra mim o pessoal já tá olhando. Se perguntam o que é que foi aquilo... aí eu prefiro não usar.***

Dessa forma, diferente de antes, não é qualquer roupa que Rosa se dispõe a usar. Não é mais qualquer peça ela julga lhe cair bem. Ela precisa pensar se aquela roupa vai cobrir as cicatrizes e, assim, preservá-la do questionamento alheio. Ela também precisa levar em consideração se esta mesma roupa, que a protege do outro, pode deixá-la minimamente confortável em um dia quente, quando grande parte das pessoas se veste de maneira descontraída, com partes do corpo à mostra - aliás, mostrar o corpo é algo que lhe é muito agradável.

No grupo sociocultural em que Rosa está inserida, deixar o corpo à mostra é algo aparentemente valorizado; uma vez que ela passa a vestir-se de forma mais comedida, gera estranheza aos olhos do outro, como aos seus. Provavelmente, Rosa, ao comparar-se com outras pessoas do seu grupo de pertença, sente-se dele apartada quando o quesito é o vestuário. Segundo Boesch (1991), o tipo de roupa que a pessoa costuma vestir adquire tanto um simbolismo individual quanto social; roupas parecem indicar a integração de um indivíduo dentro de um determinado grupo. Além disso, roupas apresentam funções diferentes de acordo com a cultura; demonstram e comunicam algo a respeito daqueles que a vestem; mas também adquirem a função de esconder o corpo e protegê-lo do frio, bem como dos olhos alheios.

Apesar das dificuldades implicadas na ação de vestir-se, as roupas consistem em uma espécie de solução que Rosa dá, momentaneamente, às cicatrizes. É possível escondê-las, apesar do ônus que isso lhe custa.

Entretanto, o mesmo não acontece com as marcas deixadas na cabeça e no rosto de Rosa. Devido à localização, são mais difíceis de disfarçar, o que afeta ainda mais a sua

autoestima. Para essas marcas, não há tatuagem que solucione o problema. Apenas a torcida para que seu cabelo, outrora grande, cresça novamente e, assim, possa ser posicionado sobre o lado da face que foi afetado. Dessa maneira, Rosa terá de esperar o tempo passar.

Sobre a passagem do tempo, as ações de “esperar” e “esforçar-se” compõem o que Boesch chama de duração. “Esperar aponta para uma das qualidades do tempo: aquela que é uma barreira, um obstáculo aos nossos desejos; por outro lado, também pode ser uma proteção temporária, como quando um estudante diz: ‘Ainda falta um mês para os exames’” (Boesch, 1991, p. 160). No caso de Rosa, em relação ao crescimento do cabelo, o tempo tende a tornar-se uma limitação ao seu potencial de ação. As narrativas abaixo indicam um diálogo ocorrido entre Rosa e “outro”; nessa ocasião, as marcas estavam descobertas, acessíveis ao olhar alheio. Diante do questionamento, Rosa, igualmente a Aurora e Celeste, encontra no “acidente” uma forma de se preservar, emocionalmente, do julgamento dos outros:

Essa semana mesmo, uma menina... eu tava com o cabelo que não tava aqui... porque eu puxo muito pra cá assim, né?(...) Aí a moça falou assim “Nossa, o que foi isso na sua cabeça?”. Aí eu falei “Foi um acidente”. Aí ela falou “Nossa, que estranho...”. E eu “Por que?!”. Aí ela falou “Então foi feio o acidente de carro, né?”. Eu disse “Foi”. Aí eu corto o assunto. Eu nem dou explicação, não deixo eles ficarem perguntando muito.

Daqui a pouco já tá grande de novo [o cabelo].

Em relação às tatuagens, Rosa não pode contar com o passar do tempo. Ela precisa agir na direção de alcançar a sua meta. Por não dispor de condições financeiras para pagar o procedimento, tem se esforçado na busca de informações acerca de um projeto que custeias as tatuagens para mulheres que passaram por situação de violência e que não têm condições financeiras para realizá-las. Essa alternativa traduz-se em possibilidade para realizar o seu desejo:

(...) eu até tava procurando um site (...) um lugar que faz tatuagens para mulher que é vítima (...). Que eles dão tatuagem pra pôr em cima. Eu falo pra minha filha que se eu tivesse dinheiro, eu faria nas costas e no braço, que vem até aqui (aponta para o braço).

(...) Aí falaram desse site (...) Aí eu até entrei, consegui pegar algumas imagens, mas não abria pra ir para o endereço, nem telefone, né? Pra eu ver como é que é. Eu vou fazer.

Segundo Boesch (1991), esforçar-se, ao contrário de esperar, é ativo e implica na intenção de atingir um objetivo; a experiência de buscar a concretização da meta também propicia ao sujeito lidar com a impaciência que pode surgir por conta da distância existente entre o presente e a ocasião em que o objetivo for alcançado. Rosa, inclusive, já planeja os desenhos que quer gravar em sua pele: flores ou fada. A esse respeito, Boesch aponta que as

imagens que a pessoa visualiza acerca da sua meta, consistem na própria qualidade simbólica da meta, que motiva a ação almejada.

Dá pra pegar mais ou menos de onde eu tenho as cicatrizes, você sobe e puxa para os braços, um ramallete assim. E na perna também. A da perna eu pensei ou numa flor ou numa fada...

Sobre o desenho de flores, Rosa justifica: trabalhou muito tempo em floricultura; gosta de flores e da sua beleza. Isso nos toca a refletir que, para além de encobrir as cicatrizes, Rosa preza pelo belo. De certa maneira, é uma forma de deixar extravasar a vaidade que sempre teve, mas que após as cicatrizes, passou a ser mais contida.

Nesse sentido, a perspectiva que Rosa tem do futuro consiste em novamente criar uma relação de harmonia eu-corpo, a partir do momento em que tiver as tatuagens cobrindo as cicatrizes. Mesmo antes de realizar sua meta, Rosa se antecipa à sua concretização, criando novos planos e expectativas, possíveis de serem atingidos apenas após as tatuagens. O plano principal é deixar o corpo à mostra. A narrativa de Rosa é guiada pelo desejo de, ao menos em parte, retornar ao que ela era antes das cicatrizes. Na verdade, nunca será um retorno, mas um esforço para isso, devido à irreversibilidade do tempo.

Como dito anteriormente, as tatuagens consistem, para Rosa, na viabilização de ter novamente o poder nas mãos, mais especificamente, o poder da escolha. Ela poderá usar a roupa que quiser, tendo como guia, unicamente, a sua vontade. Hoje, essa mesma escolha é orientada muito mais pelo olhar do outro e pelo que ela imagina que o outro vá julgar e dizer a respeito das suas cicatrizes. Isto é, vestir-se segundo o seu desejo é uma meta de ordem subjetivo-afetiva, investida de “valor de adequação para a coerência da relação eu-mundo”, a qual motiva a agir na direção desejada (Boesch, 1991, p. 55).

Não vejo a hora de colocar minhas bermudas! Eu tenho um vestido lá (...) frente única, longo. Eu nunca tinha usado ele. Aí minha irmã disse “Dá pra mim”. Eu disse “Não, um dia eu ainda faço minha tatuagem nas costas e uso ele”. Eu usei ele uma vez, mas com um casaquinho por cima. Eu ainda vou desfilar meu vestido com as costas livres de tudo. Aí eu penso de fazer e poder usar de novo as minhas coisas, mostrar as costas, mostrar as pernas.

Deixar o corpo à mostra prevê uma expectativa pessoal relacionada a tal ação: despreocupar-se com o questionamento alheio sobre a causa das cicatrizes. Preocupar-se se aquele traje é adequado para uma ocasião especial; se aquela roupa irá protegê-la do frio, caso haja uma mudança brusca de tempo; se aquela peça que está na vitrine lhe cairá bem; se as cores do seu vestido combinarão com os acessórios.

Embora nessas ocasiões também esteja implicado o olhar do outro, trata-se de uma preocupação de outra ordem, possivelmente até desejada por Rosa. Porque a atual preocupação de Rosa no que se refere à escolha de uma roupa é esconder as cicatrizes. E para quê? Para que outras pessoas não perguntem a ela a origem das mesmas. É possível inferir que aqui reside o cerne da tensão que inquieta Rosa. Ao ser questionada sobre o acontecimento que originou as cicatrizes, ela remonta ao fato de que, foi o pai de seus filhos quem lhe fez isso. Isto é, para além do aspecto estético, há uma questão afetiva importante ao encobrir as cicatrizes.

Porque um ano atrás eu não conseguia conversar com ninguém, eu tinha vergonha dos outros olharem... assim... não é vergonha... por ele [o marido] ter feito assim, sabe... porque... o porquê que ele fez... Ele [outro] nem sabe o que foi e já critica.

Na passagem acima, Rosa narra um diálogo imaginado por ela nas relações eu-outro (mundo) no qual o conteúdo é de julgamento e crítica. E o sentimento consequente, vergonha. Ao escutar sua narrativa, não pareceu muito claro, naquele momento, do que exatamente Rosa sentia vergonha; se era do acontecimento ou das cicatrizes propriamente ditas. O mais óbvio, talvez, seria pensar no aspecto estético da cicatriz e que toca diretamente à autoimagem. No intuito de clarificar esta dúvida, perguntou-se se a vergonha relatada por ela se devia à história, isto é, à história da cicatriz, que acaba sendo a sua história de vida. Rosa responde:

*Eu não sei te explicar... de você pensar assim... você morava com ele e ele acabar fazendo isso? Então, é que eu não sei explicar esse ponto assim, como é que eu falo? **Mas é uma vergonha de saber que foi ele que fez, porque se fosse um acidente, não, porque é uma coisa que acontece, né? Mas não, ele planejou, ele que fez isso, então... é um pouco vergonha.***

A narrativa de Rosa, ao tocar neste ponto específico, é marcada pela dificuldade de usar a linguagem verbal para explicar os seus sentimentos e emoções, dificuldade essa própria à natureza complexa dos fenômenos afetivos (Valsiner, 2012). Rosa não compreende os motivos que a levaram a passar por esse evento doloroso. Em termos de alteridade, aquilo que lhe escapa, que foge ao seu entendimento é sentido por Rosa como inquietante (Simão, 2003, 2016) a ponto de desejar encontrar-se com o ex-companheiro para ouvir dele uma explicação que pudesse fazer algum sentido para ela, fato visto com estranheza e certo espanto por alguns dos profissionais com quem interagiu:

E eu no começo, eu tava com uns pensamentos meio confusos. Uma hora eu queria ir ver ele; visitar ele. Eu queria porque queria. Enquanto eu não visse ele, eu não sossegava.

(...) era mais conversar o porquê que ele fez isso. Eu sempre ficava me perguntando o porquê. Eu queria ouvir uma explicação dele, por que ele planejou isso, por que ele teve coragem de fazer. Aí quando foi uma vez, eu falei com a irmã dele e a irmã dele arrumou o telefone do advogado dele. O advogado falou "Você pode ver ele!". Aí eu fui lá. Aí o rapaz

falou: “Imagina, você é a vítima, como eu vou por você frente a frente com ele, se foi ele quem fez isso?” Aí eu fui relaxando um pouco, aí quando foi na audiência agora eu perguntei pra ele.

Na ocasião da audiência:

(...) a moça veio perguntar pra mim se eu queria [falar com o ex-companheiro]. Eu disse “Quero”. “Você tem certeza?”, Eu falei “Tenho!”. (...) Aí o promotor falou assim: “Você tá frente a frente com ele, você quer conversar com ele?”. Aí eu olhei pra cara dele e perguntei... Não, ele já chegou assim “Fia, me desculpa” e veio me abraçar. Aí o policial fez ele sentar. Aí eu perguntei pra ele. “Eu só queria te perguntar, André, se eu fui uma mulher tão ruim pra você. Se eu merecia essas facadas que você me deu?”. Aí ele começou a chorar e não respondeu não.

Rosa foi questionada sobre como se sentiu após ter finalmente feito a pergunta que tanto a afligia, uma vez que aquela questão se mostrava demasiadamente importante para ela. Ela respondeu:

Não tive a resposta, né? Mas assim... Acho que agora deu... Não fico me perguntando tanto, com tanta frequência. No julgamento ele falou umas coisas; (...) Inventou um monte de coisa. Aí sabe quando aquilo vai dando uma raiva? Ele nem pra assumir o que aconteceu mesmo.

A narrativa acima sugere o quão era importante para Rosa confrontar e indagar o ex-companheiro, independentemente de qual fosse a resposta dele obtida. Até porque dificilmente haveria uma resposta aceitável que justificasse a barbárie que cometeu contra ela. A ausência de resposta do marido acerca dos motivos que o levaram a cometer o crime foi uma resposta significativa para Rosa. Aparentemente ela buscava romper com expectativas pessoais que foram construídas ao longo do relacionamento, uma vez que, pelo caráter repentino com que o ataque ocorreu (e pela gravidade), ela não podia reconhecer no ex-companheiro (idealizado) o criminoso que tentou exterminá-la.

A interação comunicativa ocorrida entre ambos na ocasião da audiência oportunizou que Rosa tivesse acesso a uma parte desconhecida de um homem que ela pensava conhecer muito bem, e isso parece ter exercido um grande efeito sobre as tensões que ela vivenciava acerca da alteridade do ex-companheiro.

As tatuagens não poderão encobrir a violência pela qual passou, contudo, cobrirão as marcas físicas que restaram de um relacionamento amoroso, de uma fase de sua vida que na maior parte do tempo foi vivenciada com alegria e que, por pouco, não teve um desfecho trágico. Não é possível voltar no tempo e mudar o rumo da sua história. As tatuagens, então, abrem possibilidades para escrever, digo, desenhar uma nova história por cima do que restou da história anterior, fisicamente e emocionalmente falando.

Uma vez tatuada, usando roupas curtas que lhe permitam exhibir o corpo, e já não mais preocupada com o questionamento acerca das cicatrizes, abrem-se oportunidades para a reconstrução da autoimagem e autoestima, às quais foram feridas assim como o seu corpo. Se antes o espelho lhe propiciava orgulho do que via, agora ele passou a ser evitado da mesma forma que a sua imagem atual, especialmente logo após o ataque.

Com o passar do tempo, cerca de dois anos, essas sequelas foram perdendo força. Os ferimentos cicatrizaram, o cabelo está crescendo e a possibilidade de encobrir as marcas do rosto crescem também. Aumenta a segurança de Rosa de conversar novamente com as pessoas, traço marcante em seu modo de ser antes do ataque. Com a sociabilidade melhorada, mostrar-se ao mundo não será mais um problema. Fazer passeios, ir à praia. O que hoje ainda é sentido como uma barreira (Boesch, 1991) passa a ser vislumbrado como possível no futuro, pela ressignificação que a experiência de tatuar-se pode lhe propiciar.

vitória

*Ação ou efeito de vencer um inimigo ou
um opositor (...).*

*Sucesso em qualquer área de atuação.
Triunfo moral ou espiritual de qualquer
natureza.*

4.1.4 A história das cicatrizes de Vitória

Vitória, 56 anos na ocasião da entrevista, nordestina¹¹. Possui ensino médio completo. Atualmente trabalha como atendente de telemarketing. Tem um casal de filhos com o ex-marido, de 27 e 19 anos, respectivamente. A história das cicatrizes de Vitória teve início em 1994, quando completava 10 anos de convivência com o marido. Durante este período (1984-1994) relata que ela levava uma vida normal, muito boa. Era muito querida pela família dele.

Era o melhor marido do mundo, entendeu? Eu era a princesa dele. Eu era uma mulher muito admirada, por ele mesmo.

Era uma vida normal, muito boa, sabe? Uma família normal. A família dele era a minha família. Parecia que gostavam mais de mim do que dele. Normal! Normal! Começou em 94. De 94 pra 2002, eu não podia conversar nem com o pai dele, ele tinha ciúme até do pai.

Em 1994 o marido começou a mudar. Passou a sentir muito ciúme de Vitória. Ela não consegue, até hoje, compreender o motivo de tamanha mudança. Ela relaciona tal modificação de comportamento após o marido passar a levar uma vizinha, senhora já idosa, numa igreja evangélica. Ele, então, passou a frequentar tal igreja e convidava Vitória para ir com eles. Vitória não aceitava o convite por ser católica, inclusive, o marido era católico também. Porém, nunca se opôs às idas do marido à igreja evangélica, até porque entendia que ele estava fazendo uma boa ação para aquela senhora.

Em determinada ocasião, sua concunhada pediu a Vitória que fizesse um bolo de aniversário para o filho, o qual era afilhado de Vitória e do marido. Vitória assim o fez. Estava na casa da concunhada, na cozinha, fazendo o glacê do bolo. O cunhado de Vitória, irmão do marido, entrou na cozinha e ficaram conversando. Vitória se recorda que, durante a conversa, falou algo que terminava com “bem”, não se recorda ao certo: “também”, “tão bem” ou coisa semelhante. Fica assustada só de lembrar a cena. O marido pulou em cima do irmão aos socos. Dizia que Vitória chamava o cunhado de “bem” (referindo-se ao tratamento carinhoso existente entre alguns casais) e que o irmão estava “dando em cima dela”. Pegou o bolo e o jogou no chão. Saiu arrastando Vitória e o filho para casa. Ao chegar em casa, Vitória apanhou pela primeira vez. Muito. Daquele momento em diante, perdeu o sentimento que tinha pelo marido. Não o queria mais como homem. Então, apanhava novamente. Passou a ser violentada por ele; ele a amarrava para ter relações sexuais com Vitória.

¹¹Por solicitação da participante, não será informada a sua naturalidade.

Porque eu perdi o amor, eu não achava que era obrigada a ter relação com ele sem ter amor, já que ele me batia. Daí não parou mais.

Os oito anos que se seguiram foram repletos das mais brutais agressões, as quais deixaram muitas cicatrizes no corpo de Vitória. Inúmeras.

As cicatrizes que traz nas mãos são marcas da tentativa de defender-se do marido, que tentava furar seus olhos com tesoura ou chave de fenda. Também sofreu diversas perfurações na barriga com faca e chave de fenda; entretanto, esses ferimentos, segundo Vitória, foram mais fáceis de cicatrizar.

Vitória precisou fazer um enxerto em uma das pálpebras, por conta das agressões. Um dos seus dentes é torto por conta de um murro que o marido lhe deferiu na boca. Tem uma cicatriz na orelha, causada pela tentativa de o marido atingir o seu pescoço com uma foice. Tem marcas de queimadura de cigarro no rosto e por todo o corpo.

Devido aos inúmeros chutes que tomava, ao lado de sua vagina, formou-se uma espécie de caroço, que de tempos em tempos incha e fica muito dolorido. Além disso, teve costelas fraturadas e um impacto na cabeça muito grande. A sequele disso: problema gravíssimo na coluna vertebral. Segundo Vitória, não pode realizar uma cirurgia, pois corre o risco de ficar paraplégica. Tem limitações em alguns movimentos simples. Precisa da ajuda da filha para fechar o sutiã e para colocar um calçado.

Vitória teve câncer na tireoide e necessitou realizar uma cirurgia no pescoço. Ao chegar em casa, o marido arrancou o dreno e queria “arrancar” a cirurgia (sic). Voltou para o hospital e teve de operar novamente. Ainda assim, ficou com um problema de deglutição, consequência que o médico, naquela ocasião, queria corrigir.

Mas para Vitória, as piores cicatrizes são as que ela carrega nas pernas. Elas foram perfuradas diversas vezes, por faca e chave de fenda. As lesões ficavam expostas e como não ia ao médico (ficava trancada em um quarto), muitas delas apodreciam. Ela sofre imensamente com dores nas pernas, especialmente com a mudança de tempo, porque os ferimentos atingiram as veias. Por isso, não consegue ficar muito tempo de pé e fazer muitas das atividades rotineiras de uma dona de casa.

A tortura pela qual Vitória passou teve seu fim no início do ano de 2002, quando conseguiu fugir de casa com os filhos, com a ajuda de uma amiga e assistente social da prefeitura de São Paulo, na época. A viatura da polícia chegou; ela entrou com os dois filhos e desapareceram, não voltaram mais. Alguns políticos influentes da cidade de São Paulo souberam de sua história e arranjaram-lhe um apartamento para viver com os filhos, onde reside até hoje. Mas, antes disso, teve de viver com os filhos em um abrigo para mulheres,

onde presenciaram coisas terríveis, histórias de muito sofrimento de outras famílias também vítimas da violência.

Vitória relata que o fato de ser sozinha no mundo, isto é, não poder contar com a ajuda de familiares, foi um dos fatores que a fez suportar as agressões por tanto tempo. Quando chegou a São Paulo, ainda menina, dormiu por vários dias na Praça da Sé. Viu todo tipo de coisa acontecer ali. Não podia pensar na possibilidade de os filhos passarem por situação semelhante. Suportou o quanto pode. Além disso, durante os anos em que foi espancada, Vitória contabilizou o total de 18 boletins de ocorrência. Ela os fazia e escondia as cópias. O motivo era que, de acordo com Vitória, boa parte da família do marido pertencia a Polícia Federal. Os boletins que fazia, todos desapareciam. Por isso, guardava as cópias consigo. Muitas vezes, só de citar o sobrenome do marido, se recusavam a fazê-lo. Então ela suplicava:

Eu falava “Me ajuda, pelo amor de Deus, um boletim de ocorrência para eu guardar”.

Após a fuga, Vitória trabalhou de tudo para sustentar a si mesma e a família. Fez muita faxina pesada; diversas vezes levou o filho consigo e trabalhavam juntos. Esse tipo de serviço contribuiu, de maneira bastante negativa, para a piora do quadro da sua coluna. Apesar de tanta luta, chegaram a passar fome.

Sobre as marcas da violência, essas não atingiram apenas Vitória. Os filhos também. Até hoje vivem com medo de reencontrar o pai ou algum de seus familiares. Apesar de adultos, os dois filhos dormem no mesmo quarto com a mãe, não abrem a porta quando tocam a campainha. Vitória se sente culpada por tudo o que aconteceu com os filhos; o filho mais velho foi o que mais presenciou as agressões. A filha caçula sofreu de diversos distúrbios psicológicos durante infância e adolescência.

Embora tenha passado por muitas dificuldades, Vitória encontrou muitas pessoas boas em seu caminho, que a ajudaram. Os dois filhos conseguiram bolsa de estudos. O mais velho já é graduado e tem um bom emprego. A filha mais nova faz faculdade. Sabe que os filhos não vão mais precisar dela. E aí entra o grande conflito pelo qual vem passando e sofrendo: sente falta de alguém. “Meu corpo está vivo!”, diz. De um lado, desejo, vontade de ser amada; por outro lado, medo. Medo de despir-se diante de um homem e ele lhe perguntar o porquê das cicatrizes. Não quer que sintam pena dela ou que a questionem a respeito do evento. Por esse motivo, afasta qualquer pessoa que demonstre interesse amoroso por ela, especialmente quando se lembra das cicatrizes.

Sobre a possibilidade de fazer uma reparação cirúrgica das cicatrizes, diz ter se enchido de esperança quando soube do programa que realizava cirurgias plásticas gratuitas para mulheres que foram vítimas de violência doméstica. Na ocasião passou a fazer planos. Poderia ir à praia novamente, pensou. Entretanto, ao ser avaliada pelo médico, o mesmo lhe disse que seu caso não havia mais solução. Porque as cicatrizes maiores eram muito profundas e o aspecto estético poderia ficar ainda pior com as cicatrizes da cirurgia. Saber que não há o que fazer a respeito da reparação das cicatrizes é algo que lhe causa muito sofrimento porque esse fato interfere de modo importante nos seus planos para o futuro.

4.1.4.1 Análise interpretativa das narrativas de Vitória

Em sua narrativa, Vitória não apresenta queixa acerca do olhar do outro sobre suas cicatrizes. Por um simples motivo: grande parte delas está localizada nas pernas; assim, no intuito de escondê-las, só veste calças compridas. São poucas as pessoas que tiveram acesso às cicatrizes de Vitória: os filhos, a perícia, uma jornalista e eu, enquanto pesquisadora. Nesse sentido, a ação de Vitória tem a meta de evitar qualquer desconforto que possa vir a sentir diante do olhar do outro. Sobre as cicatrizes ela diz:

Escondo. Escondo. Escondo, não me troco perto de ninguém, entendeu? Escondo sim. Escondo porque eu tenho vergonha.

No entanto, há um desconforto peculiar sentido por Vitória quando ela imagina alguém olhando para as suas cicatrizes; esse alguém não se trata de um “outro” qualquer, mas sim do “outro-homem”. Para ela, é inevitável o questionamento alheio no momento em que suas cicatrizes, porventura, viessem a ser exibidas, bem como as frequentes dores que sente, ambas em decorrência das agressões e que não passariam despercebidas por alguém que tivesse com ela um contato mais íntimo:

(...) Ninguém vai ver umas cicatrizes dessas e ficar sem perguntar (...).

Aí eu vou arrumar uma pessoa, aí vira e mexe eu tô desse jeito [se referindo às dores]. Não. “Por que você tá assim?”. E eu ter que contar minha vida, a minha história? “Por que essa cicatriz?” Cé entendeu?

No trecho acima, Vitória narra as dores que sente; apesar de se referir à dor física, está implícita nesta fala a dor psicológica, ao imaginar ter de relatar a sua história, dar explicações a outrem acerca do seu passado. No trecho a seguir, ela passa a mencionar também a “cicatriz

de dentro”, que está inerentemente ligada às “cicatrices de fora”. Ambas as cicatrizes estão produzindo dor; a cicatriz de dentro é algo difícil de explicar, “é a pior coisa” – fala indicativa do quão complexo são os fenômenos afetivos que permeiam a “cicatriz de dentro” e que, por esta razão, muitas vezes, não são possíveis de serem descritos, nem por quem os sente (Valsiner, 2012).

Segundo Valsiner, tanto a linguagem comum quanto às linguagens mais elaboradas, falham na tentativa de explicar algo que é do campo do sentir, o que tem sido um problema para a psicologia. A complexidade própria aos processos afetivos humanos ultrapassa os esforços de descrição e explanação que sejam lineares. Nesse sentido, a “inacessibilidade verbal aos fenômenos afetivos é parte da centralidade psicológica do afeto no funcionamento humano” (p.255). Já as cicatrizes das pernas e as dores consequentes das agressões têm uma explicação plausível, sob a perspectiva de Vitória, que não pretende compartilhar com ninguém, especialmente com um homem. Olhar a cicatriz no aqui e agora a remete à figura do homem, que, por sua vez, a remete a um agressor:

O que é aquilo e o que vai acontecer? Eu vou contar? Eu não vou... Porque naquele momento... Porque quando eu olho a minha cicatriz eu lembro de homem... foi um homem que fez isso, cê tá me entendendo? Eu não sei se eu tô sabendo te explicar. Mas é muito ruim, é a pior coisa. Aqui dentro, aqui dentro tem uma cicatriz horrível, que não vai curar. Mas essas aqui... Acabaram com a minha saúde também [voz embargada], influencia na minha saúde! Como eu vou dizer? Eu tô com tanta dor nas pernas! Olha como tá o meu joelho hoje! É da velhice? Não, não é! Cê tá me entendendo?

Nessa direção, compreende-se que, para as “cicatrices de fora”, Vitória tem uma explicação, apesar de não querer compartilhá-la em suas relações eu-mundo; já as “cicatrices de dentro” não podem ser compartilhadas, nem que desejasse, porque ela mesma não tem essa explicação para fornecer, inclusive para ela mesma. Ela relata que vem passando por constantes tensões que vem ganhado força há cerca de dois anos, quando os filhos passaram a alertá-la quanto à necessidade de ela ter alguém para se relacionar afetivamente.

Mas agora... já tem uns dois anos que os meus filhos ‘tão’ falando pra mim: “Mãe, olha, a gente vai ter a vida da gente, você tem que ter alguém, mãe! Pra você ser feliz! Você é nova, você é bonita!”. “Vocês estão querendo se ver livre de mim”, eu pensei. “Não mãe, é porque você tem o direito de ser feliz”. Mas, de verdade? Eu não tô preparada. E eu... Me dá assim... Não quero me iludir, porque eu vou ter uma decepção maior. Entendeu?

Nesse sentido, Vitória tem pensado e sentido a futuridade de forma angustiante. Para Vitória há duas perspectivas conflitantes: uma delas eu chamei de *futuro do pretérito* – para fazer alusão a uma perspectiva idealizada, da ordem do fantástico, em que tudo pode acontecer; isto é, imaginariamente há a possibilidade, aos olhos de Vitória, do seu desejo ser realizado: a reparação ou “cura” das cicatrizes. É, inclusive, uma forma de vivenciar a

realidade, de maneira inquietante (Simão, 2003, 2016), mas de forma positiva, no sentido de excitante. A outra perspectiva, *futuro do presente*, diz respeito ao âmbito do factível, ainda que imaginário. Diz respeito à solução encontrada por Vitória para viver o futuro de uma forma que ela considera possível diante da realidade em que se encontra, uma estratégia de circundamento¹², nos termos de Josephs e Valsiner (1998).

Pensando nos termos de Janet, esse conflito de perspectivas traduz-se na ideia que o autor tem de tensão, que indica, por um lado, a dificuldade da pessoa em integrar o desejável – que é a meta afetivamente eleita – com a razão. Apesar do termo “tensão” não nos remeter a algo positivo, em Janet, ela é essencial para a ação do sujeito, visto que a ação resulta na solução para a divergência afetividade x racionalidade. Isto é, uma vez que o sujeito elege a ação, ele já está integrando ambas as dimensões, diminuindo a tensão por ele experimentada e redirecionando-o a novas ações ou direções (cf. Simão, 2010, p. 57).

Apontarei então trechos das narrativas de Vitória que elucidam o que estou chamando de *futuro do pretérito* (Situação A) e, em seguida, o *futuro do presente* (Situação B). Vejamos:

Situação A:

Às vezes eu penso... Ah, se existisse milagre! Se Deus fizesse um milagre na minha vida... (...) Milagre... O milagre da minha vida se eu dormisse e acordasse e não tivesse mais essas cicatrizes no meu corpo, entendeu?

No trecho acima, Vitória imagina um desfecho milagroso para as cicatrizes e, conseqüentemente, para ela. “Se eu dormisse e acordasse e [então] não tivesse essas cicatrizes...”. Se as cicatrizes desaparecessem do seu corpo, como que por intervenção divina, Vitória poderia dar outro rumo aos seus planos. Poderia.

As narrativas seguintes indicam o mesmo desejo de reparação das cicatrizes, mas não em forma de milagre, e sim de uma intervenção concreta e, ao mesmo tempo, o seu descontentamento diante do posicionamento médico frente ao seu problema:

(...) Eu fico imaginando se podia ter uma cirurgia, aí eu fico alimentando esperança e não tem!

Como eu te falei... Algum tempinho atrás, eu me animei, eu cheguei a me animar, mesmo, de arranjar alguém. Mas quando eu lembro das cicatrizes... Aí eu afasto qualquer pessoa que se interesse por mim. E aí, eu não quero mais.

¹²Do inglês “Circumvention Strategies”. Regulam a relação entre significados complexos, constituindo o cerne dos processos de significação. As estratégias de circundamento não são elementos da mente ou modos de enfrentamento ativados em situações estressantes; são, acima de tudo, o que as pessoas fazem, constantemente, para obter êxito nas atividades cotidianas (cf. Josephs & Valsiner, 1998, p. 79).

Em forma de “Se... então”, as narrativas acima sinalizam algo como: “Se houvesse uma cirurgia que reparasse as cicatrizes, então eu arranjaria alguém”. Ela fala do ânimo de poder arrumar um companheiro, mas quando se lembra das cicatrizes, não quer mais. Na verdade, quer. Ela continua desejando. Mas é como se as cicatrizes ditassem o que ela pode ou não fazer; são balizadoras das suas ações. E no caso de arrumar um companheiro, ela não pode. O significado das cicatrizes de Vitória constitui-se em barreiras (Boesch, 1991) em relação às suas metas afetivas: ao mesmo tempo em que as cicatrizes a limitam, elas também a protegem do que ela espera das relações eu-outro (mundo).

A consulta médica com o cirurgião plástico foi para Vitória mais um evento decepcionante, dentre tantos. A meta de mudar o rumo da sua vida em determinada direção resultou no rompimento de expectativas pessoais em torno das possibilidades que ela viu ruir:

(...) *ele [o médico] disse que não tinha mais jeito! Tô te falando, acabou comigo! (...) Porque ele disse que umas [lesões], as maiores, foram muito profundas. E pela minha idade, entendeu? Poderia ficar com cicatrizes piores da cirurgia.*

(...) *eu tinha esperança. Não vou mentir. Nossa! Foram duas semanas de espera, de muita felicidade. “Minha filha, mamãe rumo à praia!” E outra, como eu te falei: eu quero ter alguém! Mas eu não vou ter alguém (...).*

A perspectiva de escrever um novo destino em sua vida, destino esse que incluiria a possibilidade de relacionar-se com um homem novamente, de ir à praia, de mostrar-se como mulher em toda sua vaidade, é substituída por outra perspectiva – não motivada pelo que Vitória quer, mas pelo que ela entende que pode ou o que lhe resta fazer. Essa realidade que Vitória passa a enfrentar é o que tenho tratado como futuro do presente, descrito na Situação B.

Situação B:

Com a possibilidade de relacionar-se com alguém totalmente fora de cogitação, uma vez que as cicatrizes permanecem no seu corpo, Vitória passa a planejar o seu futuro de outras formas. Ela sente que o seu dever de mãe foi cumprido; cuidou dos filhos, eles tornaram-se adultos. Estão encaminhados a serem independentes e seguirem cada um o seu rumo. E nesse rumo, Vitória não quer ser um peso, um empecilho. Em sua concepção, eles não precisarão mais dela. A sua perspectiva de futuro, então, encontra outro caminho, caminho esse que é um desvio do desejo que continua a sentir:

(...) *Olha, eu tenho um plano assim, dos meus filhos... da minha filha se formar, os dois morarem juntos, que aí eles não vão mais precisar de mim mesmo. Trabalharei, entendeu? (...) eu tenho intenção de... ir para um canto, sozinha, me isolar. Sozinha. E se eu pudesse, conversando com eles, eu queria ir assim, pra um lugar, me dedicar à comunidade ou até mesmo trabalhar com mulheres que já passaram por isso. Porque eu queria me doar*

*pra isso, para eu não pensar como eu fico, em homem, em ter alguém. Porque eu sinto falta sim. Principalmente quando eu vejo um cara novo, bonito se interessar por mim, me admirar. Você tá me entendendo? Parece mentira! (...) Porque eu não tenho coragem, entendeu? **Pra que eu vou viver se eu não posso ser feliz?***

O futuro “real” para Vitória, então, consiste em doar-se ao outro: uma doação fraternal a um outro generalizado, já que ela se sente impossibilitada de doar-se ao “outro-homem”. Dessa forma, o desejo permanece, mas a resolução que ela encontra para o seu problema é modificada; percebe-se então uma estratégia de circundamento (Josephs e Valsiner, 1998) em ação, uma vez que Vitória contorna o significado que “doar-se” exerce para ela, protegendo-a, simbolicamente, da incerteza própria do porvir.

Vitória percebe-se em um período de transição no qual ela antevê um futuro em que ela não será mais essencial e, dessa forma, prevê a necessidade de ser essencial novamente, ser importante para o outro (conforme indica a sua narrativa, adiante). Fazendo uma relação à teoria da ação social de James, o futuro causa desconforto justamente por conta do seu caráter ambíguo e imprevisível. Então, “...a decisão sobre metas faz com que a pessoa entre, antecipadamente, em relação com o futuro, diminuindo assim a ambiguidade e o desconforto trazidos pela incerteza do devir” (Simão, 2010, p. 58).

*(...) Mas a única coisa mesmo que acaba comigo, não vou mentir para você. **Eu acho que eu já cumpri a minha missão com os meus filhos, que eles já estão formados, já sabem se cuidar. É... eu falei pra eles esses dias... “Ai, a mamãe tá com vontade de sumir”, sabe? Entendeu? Porque agora eu sinto falta de alguém. Agora eu tô sentindo falta de alguém... pra conversar, sabe? Pra me fazer um carinho, você entendeu? Mas eu não posso!**[choro] Entende? (...)*

4.2 SÍNTESE DA ANÁLISE INTERPRETATIVA SOBRE AS NARRATIVAS DAS PARTICIPANTES

No intuito de orientar apropriadamente a síntese das análises sobre as narrativas das participantes e a discussão (mais adiante), vale relembrar as proposições iniciais da pesquisa e os objetivos. A violência doméstica está sendo considerada um evento traumático que marca a vida da mulher; uma dessas marcas é a cicatriz, a qual não se restringe à marca física gravada na pele: abarca outros eventos a ela relacionados, indicados pelas entrevistadas. Nesse sentido, vamos aos objetivos da pesquisa: a) investigar como o passado, gravado na pele em forma de cicatrizes, afeta a perspectiva de vida de mulheres que passaram por situação de violência doméstica, especialmente, no que diz respeito à forma como a mulher passa a conceber a futuridade; b) compreender as repercussões físicas e psicológicas que um corpo marcado por cicatrizes traz à mulher, sobretudo, o papel das relações eu-outro (mundo) sobre o processo de significação que se dá em torno das cicatrizes.

4.2.1 Cicatrizes e temporalidade

A partir das narrativas das participantes foi possível constatar que a forma como essas mulheres vivenciam a temporalidade é totalmente afetada pela experiência da violência, que não se finda com o último golpe que lhes foi deferido, uma vez que passaram a conviver, diariamente, com as repercussões físicas e psicológicas deixadas pelas agressões – e a cicatriz, de especial interesse para o estudo, é uma delas.

O tempo não passa

Observou-se que as participantes que estavam mais voltadas à futuridade, não fizeram referências explícitas acerca do “peso” do passado sobre os dias atuais; apenas Aurora e Celeste relataram como percebem o tempo, desde a ocasião da agressão até o presente momento. Se, por um lado, a temporalidade envolve simultaneidade entre o tempo presente e a passagem do tempo – sentimos o aqui e agora e sentimos que o tempo passa (conforme Simão (2015c) aponta desde Merleau-Ponty), por outro lado, a questão da temporalidade que aqui se coloca é a de que “sentimos que o tempo *não* passa”, fazendo alusão às narrativas das participantes, que indicam justamente essa impressão, a de um passado intensamente presente, que parece ofuscar a visão prospectiva das participantes.

Eventos de vida traumáticos, especialmente aqueles que foram causados intencionalmente por outra pessoa (a violência doméstica, por exemplo) instauram repercussões específicas de curto e longo prazo na vida do sobrevivente. As respostas que se seguem imediatamente ao trauma incluem terror, perda de controle e intenso medo de aniquilação. As repercussões de longo prazo incluem sequelas físicas variadas (de acordo com as peculiaridades da agressão) e que, frequentemente, tendem a ser permanentes; abarcam também respostas fisiológicas de hipervigilância, respostas de sobressalto exageradas e distúrbios do sono. Já as respostas mais voltadas ao âmbito psicológico, ainda que involuntárias, incluem incapacidade de concentração, falta de interesse em atividades antes significativas para a pessoa, senso de futuro encurtado e, naturalmente, o convívio indesejado com as memórias traumáticas (Brisson, 1999).

Grande parte das repercussões de longo prazo citadas acima são vivenciadas pelas quatro entrevistadas. Especialmente as respostas de ordem fisiológica, foram narradas tanto por Aurora quanto por Celeste. Aurora relata sentir medo generalizado de tudo e todos: de atravessar a rua, de ser assaltada, de pegar o metrô – aparentemente, medos que não estão

relacionados com a experiência de violência. Entretanto, ela narra a sensação de estar sendo sempre espiada.

Celeste também acredita que pode estar sendo seguida, por isso, planeja diferentes rotas para o trabalho, no intuito de evitar sofrer um novo ataque (a mando do ex-marido que está preso). O que o medo de Aurora e Celeste nos aponta diz respeito ao medo do outro, que se origina da falta de confiança nas relações eu-mundo, evidentemente abalada após a violência. Com a preocupação extremamente voltada para o presente, agindo simbolicamente em prol de assegurar a própria integridade, não resta muito tempo e disponibilidade para se pensar o futuro.

Independentemente de quais sejam as repercussões de longo prazo vivenciadas por cada uma das entrevistadas em sua singularidade, seja de ordem física ou psicológica – ou ambas, o ponto que têm em comum é o fato de serem sentidas pelas mulheres como infortúnios com os quais passam a conviver no período pós-violência, causada pela ruptura do curso de vida normal que tinham até então.

Nesse sentido, vale retomar, mesmo que resumidamente, a análise acerca do tempo na tragédia grega (descrito no caso Celeste) pela semelhança que apresenta com a temporalidade na “tragédia da violência doméstica”. Em síntese, o evento trágico envolve um acontecimento súbito, de curta duração, mas suficiente para desestabilizar o ator de tal maneira, que ele experimentará repercussões de longa duração, o que demandará dele um sentido de reorganização urgente das relações eu-mundo (Simão, 2015c). Isso nos sugere que, quanto maior forem as tensões vivenciadas no presente em virtude da desorganização nas relações eu-mundo deixadas pelo evento trágico (isto é, a violência) em seu caráter abrupto e quanto maior a dificuldade sentida pela mulher para agir simbolicamente no sentido de tal reorganização, mais longa parece ser a duração do passado no aqui-e-agora.

Sobre a curta duração característica do evento trágico, ao contrário do longo tempo que tomará as suas repercussões na vida da pessoa, vale ressaltar que a duração da violência nem sempre foi curta (no sentido de ser um ataque único e quase fatal – como o foi para Rosa e Celeste); Aurora e Vitória conviviam com as agressões há tempos. Desse modo, curta ou não, a duração do evento trágico (mesmo “curta” sendo uma medida subjetiva, podendo ser uma verdadeira eternidade para a vítima), as repercussões próprias à gravidade das agressões sofridas são invariavelmente de longa duração, se não pela vida inteira.

Mas a violência doméstica, conforme as experiências narradas pelas entrevistadas, seria considerada um evento repentino ao invés de uma tragédia anunciada, uma vez que signos relacionados à violência teriam sido emitidos pelos interlocutores na relação conjugal?

O que os dados da pesquisa apontam é que, da perspectiva da mulher, sim; a primeira agressão, especialmente, é *percebida* pelo eu como abrupta, um acontecimento inusitado, na medida em que envolve a ruptura de expectativas pessoais e culturais em torno de um tipo de relação que é, normalmente, idealizada; afinal, uma relação íntimo-afetiva, composta por pessoas que não possuem laços consanguíneos (logo, subentende-se que tais pessoas estão unidas e se relacionam por “livre e espontânea vontade”) não é esperado, tampouco planejado sofrer agressões da pessoa com quem se tem ou teve um relacionamento amoroso.

Outro aspecto que parece contribuir para que o passado seja simbolicamente estendido diz respeito ao elo que a mulher continua mantendo com o agressor, ainda que indiretamente: esse elo são os filhos, frutos da união conjugal. Nesse sentido, os filhos não fazem parte das repercussões de longo prazo, mas de um vínculo para a vida inteira. Para além das cicatrizes enquanto signos que revelam a passagem do agressor na vida da mulher, os filhos são, de certa maneira, a extensão do agressor.

Das quatro entrevistadas, três delas têm filhos com os agressores, a exceção é Aurora. Apenas Vitória conseguiu cortar qualquer vínculo e contato com os familiares paternos dos filhos, devido ao fato de ter fugido com eles, sem deixar pistas. Entretanto, os filhos de Rosa e Celeste mantêm contato com a família paterna, embora à contragosto das mães. Contudo, Celeste é a única das entrevistadas que relata sentimentos ambíguos em relação aos filhos; após a violência, vivencia a maternidade oscilando entre o desejo de proximidade (quando vê os filhos como unicamente seus) e o desejo de distanciamento (quando vê o pai nos filhos; nessa ocasião ela os percebe como filhos do agressor e não seus).

Perspectivas de futuro

*Se é uma vantagem, por exemplo, poder-se ser o que se deseja,
maior ainda é sê-lo, ou seja, a passagem do possível ao real é um
progresso, uma ascensão.*

Soren Kierkegaard

A frase de Kierkegaard vem ao encontro de um ponto de interesse para a presente análise. O futuro, enquanto “área do possível”, conforme Boesch (1991), também compreende o “não possível”. Mas o que qualifica o desejo como algo que é possível ou não de se realizar, muitas vezes, diz respeito à percepção que a pessoa tem a respeito da própria capacidade em alcançá-lo. Nesse sentido, considera-se que o futuro é a dimensão do tempo que está por vir, objetivamente falando; a futuridade, por sua vez, refere-se à maneira pessoal, subjetiva e única que cada pessoa concebe o seu futuro, incluída nessa dimensão temporal as

possibilidades e limites que o sujeito considera ter, dado o campo cultural sistêmico em que ele está inserido e toma por referência.

O que se espera do futuro tem grande influência sobre a ação no aqui-e-agora. Nesse sentido, a ação simbólica no presente inclui expectativas acerca do futuro e essas expectativas contêm elementos da experiência passada. De acordo com Valsiner (2012), passado e futuro são inseparáveis; o presente, então, representa uma fronteira dinâmica que se move continuamente em direção ao futuro não conhecido, como uma “figura” que vai se destacando sob um “fundo” (entenda-se fundo como o passado já conhecido) que vai desaparecendo seletivamente. “Como uma linha infinitesimal entre o passado e o futuro, o presente é o local de nascimento do próximo instante presente” (Valsiner, 2012, p. 112).

Desse modo, a divisão das dimensões de tempo em passado-presente-futuro tem fins didáticos, uma vez que o tempo não pode ser cortado em pedaços, nem pausado; ele é contínuo e, por isso, irreversível. No entanto, na nossa vida cotidiana precisamos perceber uma separação entre essas dimensões, para que possamos nos organizar em relação ao tempo e aos nossos planos e ações. Se o passado deixou um gosto amargo nas lembranças, torcemos que o tempo voe, para que nos esqueçamos daquela experiência e possamos vir a sentir novos sabores. Se o passado nos guarda doces recordações, gostaríamos de parar o tempo para que pudéssemos vivenciar aquele momento novamente.

Na mesma direção, Wagner (2010, p. 126) considera que, assim como o espaço, “o tempo jamais poderia ser percebido sem as distinções que lhe impomos”. A esse respeito, o autor prossegue em sua colocação:

(...) *Nós* criamos o ano, acadêmico e fiscal, e o dia, feriado ou útil, em termos de eventos e situações que os tornam significativos e proveitosos, e fazemos isso *prevendo-os*, e vendo então como os eventos e situações se impõem às nossas expectativas. Calendários, agendas, horários, rotinas e expectativas sazonais são todos dispositivos “de previsão” para precipitar o tempo (...). Eles são um meio para preparar expectativas que, ao serem cumpridas ou não, se tornam “a passagem do tempo”, “o tempo” [meteorológico], “bons momentos”, “um ano ruim” (...) [grifos originais].

Simão (2010, p. 60) aponta que, sob a perspectiva boeschiana, afetividade e emoção têm papel fundamental na formação de metas para a ação. Nesse sentido, “estados futuros desejados são motivos para ações simbólicas”. Isto é, ao agir na direção do seu alvo, o sujeito é afetado por sentimentos relacionados ao êxito (ou não) referentes ao resultado. Os estados futuros desejados, então, transformam o *self* do sujeito em ação, e, conseqüentemente, as suas relações eu-outro (mundo).

Na tabela abaixo, constam os estados futuros imaginados narrados por cada participante. Vale salientar que os estados futuros aqui apresentados foram identificados nas

respostas dadas à indagação feita pela pesquisadora a respeito das perspectivas que as participantes tinham acerca do futuro. Optou-se por desdobrar os estados futuros imaginados em *almejados* e *realizáveis*; *almejados*, para representar o futuro desejado (mas não necessariamente *percebido* como possível de ser alcançado) e *realizáveis*, para aquilo que é *percebido* como possível de concretizar. Vejamos:

Quadro 3 – Estados futuros imaginados

Entrevistadas	Almejados	Realizáveis
Aurora	Ser feliz: encontrar um novo companheiro e uma ocupação.	Ter um companheiro e ocupação formais implica perder a pensão paga pelo ex-marido
Celeste	Dar continuidade aos estudos, garantir uma nova moradia segura.	Estudar por conta própria, trabalhar como cuidadora.
Rosa	Tatuar as cicatrizes e poder usar roupas curtas, mostrar o corpo.	Buscar por um projeto que custeie tatuagens para cobrir as cicatrizes.
Vitória	Ser feliz como mulher, ter um companheiro.	Doar-se ao próximo de forma a tentar esquecer o desejo de se doar a um novo relacionamento afetivo.

Foi compreendido a partir da análise das narrativas das entrevistadas que os estados futuros *almejados* podem tanto divergir como convergir dos estados futuros *realizáveis*. Nota-se que participantes na mesma faixa etária anseiam por coisas semelhantes. Com base na tabela acima, Aurora e Vitória, 53 e 56 anos, respectivamente, desejam algo em comum: ser feliz. E diante do que implica “ser feliz” para elas – ter um companheiro amoroso –, elas percebem como um desejo que não é possível realizar, ao menos momentaneamente.

A decisão de manter o recebimento de uma pensão (Aurora) e a impossibilidade de atenuar as cicatrizes (Vitória) são percebidas por elas como barreiras (Boesch, 1991): por um lado, as distanciam dos seus sonhos, preenchidos por expectativas pessoais e culturais em torno de um relacionamento íntimo-afetivo; por outro lado, funcionam como proteção às relações simbólicas eu-outro (mundo). São nessas relações que a figura do outro está inserida,

especificamente, o “outro-homem”, percebida de forma ambígua, geradora de desejo e ao mesmo tempo de temor.

Já Celeste e Rosa, com 32 e 34 anos, respectivamente, mais jovens que Aurora e Vitória em média 20 anos, tem aspirações que vão em outra direção. Ambas as entrevistadas têm quatro filhos cada, entre crianças e adolescentes; todos dependem das mães em todos os sentidos, uma vez que, ambos os pais estão presos e não contribuem financeiramente para o sustento deles. Celeste quer ter segurança física e material, essencial para dar continuidade à sua vida, em diversos aspectos. Rosa quer cobrir as cicatrizes com tatuagens, para também dar continuidade à sua vida, fazendo coisas aparentemente simples, mas que lhe propiciavam bem-estar, relacionadas à vaidade de mulher e que, por conta das cicatrizes, não pode fazer mais.

Dessa forma, Celeste e Rosa percebem o futuro como fronteira (Boesch, 1991): apesar das limitações e dificuldades deixadas pela violência, ambas agem na direção de alcançar a meta por elas elegidas, apesar das tensões implicadas no posicionamento de defrontar-se com aspectos desconhecidos e menos previsíveis ao eu; entretanto, assumir esse risco é abrir-se a novas possibilidades e conquistas.

A faixa etária parece ser um determinante sobre a forma como as mulheres concebem a futuridade. Vitória e Aurora são mulheres mais maduras e solitárias, tendem a ver o futuro de forma mais sombria. Apesar de Vitória ainda viver com os filhos adultos, ela tem se deparado com as tensões que já antecipa: o que fazer com tamanha dedicação e afetividade após cada um seguir sua trajetória? Imaginando-se solitária, sem poder dar vazão aos sentimentos antes direcionados aos filhos, na convivência com eles, fica mais evidente a necessidade de ter uma companhia, de poder dedicar-se afetivamente a alguém e ter reciprocidade. Aurora não tem filhos e a solidão não é tensão futura; ela é experimentada no aqui-e-agora, desde a separação do ex-marido.

Aurora e Vitória desejam relacionar-se novamente com alguém e isso implica defrontar-se com a falta de confiança sobre as relações eu-outro (mundo), que foi fortemente prejudicada. Com as mais jovens isso também é verdade. Entretanto, o desejo de Celeste por um novo relacionamento amoroso é velado; Rosa não menciona nada nesse sentido. Contudo, Celeste e Rosa têm outras prioridades agora, como a criação dos filhos e a necessidade de segurança material; e essas ações são menos perturbadoras ao eu porque não envolvem tornar-se íntimo de alguém, especialmente de um homem.

Compreendeu-se, a partir das narrativas das participantes, que os estados futuros imaginados, percebidos como barreiras (Boesch, 1991), limitam o potencial de ação das

mulheres no presente, como se elas se percebessem “engessadas” diante das possibilidades. Elas parecem relutar em arriscar-se diante do desconhecido, ao agir em uma dada direção. Por outro lado, perceber os estados futuros imaginados como fronteiras (Boesch, 1991) indica a flexibilidade das mulheres na construção dos próprios *selves*, na medida em que realizam ajustamentos em relação às ações e comportamentos que tinham antes do ataque em determinada direção, visando dar continuidade à rotina e aos planos interrompidos.

Isso implica em defrontar-se com situações que são inusitadas à mulher, muitas vezes geradoras de tensões, insegurança e receio, mas que não a paralisam, pelo contrário: avançam na direção da concretização da meta. Pensando nos termos da duração boeschiana (cf. Boesch, 1991, pp. 160-163), que compreende dois tipos de ações: esperar (considerada uma ação passiva pelo autor) e esforçar-se, parece que podemos fazer um paralelo às barreiras e fronteiras, respectivamente.

Mas quais seriam os fatores que podem contribuir para que o passado, em forma de cicatrizes, influencie na maneira como a mulher concebe a futuridade, em termos de barreiras e fronteiras? Vejamos, então, o que foi extraído das narrativas acerca desses fatores:

O primeiro deles refere-se às *particularidades do ataque e lesões*. As sequelas da violência diferem de caso para caso, e estão relacionadas, naturalmente, à brutalidade do ataque e à gravidade das lesões. Deve-se considerar ainda o tipo de arma utilizada; a quantidade de golpes deferidos no corpo da mulher; a localização das lesões e os diferentes tipos de consequências; a percepção de premeditação do ataque pelo algoz. A combinação de todos esses aspectos, em suas diferentes nuances, afetará a perspectiva da mulher de maneira singular, porque quanto maiores as limitações que a mulher experimenta, maiores serão as dificuldades com as quais ela vai se deparar, o que nos leva ao segundo aspecto: *como o eu percebe-se diante da repetição das limitações e dificuldades em decorrência da violência*. Independentemente de qual seja a dificuldade em questão, o fato de perceber-se, novamente, em prejuízo em decorrência da violência sofrida, trata-se de revisitar constantemente a origem daquela dificuldade.

Tomemos como exemplo as sequelas físicas da agressão e o que elas representam sobre o exercício de uma atividade profissional. A situação financeira dessas mulheres, muitas vezes, depende das condições físicas que elas apresentam após a recuperação do ataque; são essas condições que balizarão o tipo de atividade remunerada que elas poderão exercer daquele momento em diante. Nesse sentido, é provável que a mulher esbarre em dificuldades ou limitações relacionadas à violência. Por exemplo, ao perceber que a sua força física não é mais a mesma, ela vivencia uma restrição do campo de possibilidades profissionais. E

perceber-se nessa situação leva-a àquela experiência de vida valorada negativamente. Possivelmente, ela vivenciará limitações dessa natureza repetidas vezes. E o deparar-se constante em dificuldades não existentes antes das lesões por violência poderá ser um fator gerador de sentimentos relacionados à incapacidade, que afetará, não somente seu autoconceito e autoestima, mas também o que ela espera do futuro.

Como o eu percebe a possibilidade (ou não) de reparação das cicatrizes. Essa reparação não se restringe ao aspecto físico da cicatriz ou de qualquer outra sequela, mas também à reparação psicológica que essas marcas impõem à mulher. Possibilidade que, por si só, tem um sentido prospectivo. E a falta dela, traduz-se em um impeditivo de realizar metas. Se não se percebe uma solução para o problema, não há por que agir em determinada direção; e se não há motivos para olhar para frente, parece natural que o olhar se volte, mais uma vez, ao passado. Entretanto, se a cicatriz é percebida como um “prejuízo”, mas com possibilidade de reparação, provavelmente, a mulher agirá prospectivamente, de forma a modificar sua situação atual, elegendo metas e agindo simbolicamente na direção de alcançá-las.

4.2.2 Cicatrizes permeando as relações eu-outro (mundo)

Os dados indicam que, após a violência que sofreram, as mulheres passaram a ver a figura do outro (qualquer outro ou outra) de maneira diferente da que viam antes das agressões. Devemos levar em consideração que foi um “outro” quem as agrediu. Mas esse “outro” é específico e merece atenção; é o “outro-homem”.

Depois de passar por situação de violência doméstica, é natural que a mulher tenha a confiança abalada sobre as relações eu-outro (mundo). Afinal, a agressão por ela sofrida foi planejada por alguém com quem ela teve um relacionamento íntimo-afetivo; alguém que um dia foi outro, como outro qualquer, mas que passou a ser o seu parceiro amoroso.

A partir das narrativas das participantes, constatou-se que algo temido, e que tende a ser evitado a todo custo, refere-se ao questionamento alheio acerca das cicatrizes. Perceber-se sendo foco de investigação, verbal ou não-verbal, acerca de um evento o qual luta-se para esquecer, é vivenciado com bastante inquietação (Simão, 2003, 2016), o que pode desestabilizar mais ainda as suas relações eu-outro (mundo).

Desse modo, compreendeu-se que o outro, da perspectiva dessas mulheres, é aquele que pergunta algo que elas não se sentem em condições de responder (até porque elas não têm uma resposta plausível para o ocorrido, inclusive para si mesmas). No âmbito da temporalidade, a figura do outro coloca a mulher num movimento constante de vai e vem

entre passado-presente-futuro, em que é constante também a reconstrução dos eventos em torno da violência em suas razões e possibilidades atribuídas.

O outro, então, passou a ser visto pelas participantes desta pesquisa como curioso; aquele que não se contém e pergunta, por exemplo: “Nossa, o que foi isso na sua cabeça?” (narrativa citada anteriormente, no caso Rosa). O menos indiscreto questiona com o olhar, que é desviado assim que a mulher percebe o interesse. Le Breton (2009) cita as análises clássicas de Sartre que mostram o quanto o olhar reifica o outro: “(...) diminuído, o indivíduo é tolhido de uma parte de seu ser, encravado irremissivelmente enquanto os olhos não largam sua presa. Ele perde momentaneamente a soberania de sua existência, reconhecendo sua impotência em escapar ao julgamento, à investigação do outro (...)” (Le Breton, 2009, p. 216).

Mas as tensões intra e intersubjetivas sentidas pela mulher não param no questionamento. Se o outro faz uma pergunta, ele espera uma resposta. E que resposta dar ao ser confrontada acerca do evento que gerou as cicatrizes? A análise das narrativas revelou que as entrevistadas criaram uma resposta unânime, julgada por elas como socialmente aceita para a causa das cicatrizes: são oriundas de um acidente, geralmente, acidente de carro. Nesse sentido, percebe-se que há significados culturalmente distintos para ambas as experiências: sofrer um acidente de carro e passar por situação de violência doméstica.

Um acidente de carro. Normalmente, algo que não se considera intencional; geralmente, imprevisível. Ao sair de casa, não imaginamos sofrer um acidente dessa natureza; sabemos sim que é possível sua ocorrência, pois faz parte dos eventos do porvir, que não podemos controlar, ao menos não totalmente. Nesse sentido, nós confiamos que nada de errado vai nos acontecer, porque seria angustiante demais viver em constante ambivalência (Abbey, 2006), diante da incerteza do futuro.

Naturalmente, há situações em que um acidente pode ser evitado, mas muitas vezes não agimos nessa direção por uma percepção demasiadamente otimista, que pode nos deixar em situação de vulnerabilidade, semelhante ao que ocorre nas experiências de pico (citado na seção Introdução). O fato é que, quando sofrido por alguém, o acidente parece não comprometer a moral da vítima, diferente do caso de quem o causou; este é passível de julgamento, podendo sair dele culpado ou inocente. Naturalmente, o papel de vítima de acidente, não significa ausência de responsabilidade, mas um aspecto importante a se considerar é que, normalmente, *não se escolhe sofrer um acidente*. Ainda assim, *possíveis considerações ou críticas* a respeito são da ordem da falta de atenção, do descuido, da negligência; isto é, *referem-se ao comportamento do sujeito que se acidentou e não a pessoa dele*.

Os grifos no parágrafo acima, se referem, a meu ver, à base da divergência entre sofrer um acidente e sofrer violência doméstica. Muitas vezes, a mulher vítima de violência não é eximida pela agressão aos olhos da sociedade. Há um julgamento sobre a sua moral, pois a violência doméstica é vista como algo que pode ser evitado, uma vez que as mulheres, muitas vezes, ainda são julgadas como passivas frente às agressões do homem, por isso, consideradas culpadas pela violência que sofreram.

Vivemos em uma sociedade (como muitas outras) baseada numa ideologia sexista dominante que culpa a vítima (mulher) por uma postura que ela não desempenhou, ao invés de culpabilizar o agressor. Então, assumir que passou por violência doméstica, é sentido pela mulher como uma experiência vexatória, humilhante, vergonhosa. Não apenas para os outros, mas para ela mesma. É grande a vergonha por perceber-se ingênua na ocasião e por ter acreditado no parceiro; pelas atitudes que tomou ou pelas quais deixou de tomar. Nesse sentido, calar a verdade é preservar-se do julgamento do outro, já que ela não pode escapar do próprio julgamento.

Diante desses sentimentos, a mulher passa a se isolar do mundo, uma vez que esse mundo, constituído por outras pessoas, não é seguro, tampouco confiável. O isolamento, o medo da crítica e a vergonha fazem com que o discurso dessa mulher seja tolhido. Uma situação que não é fácil de ser elaborada psicologicamente, uma vez que essa história acaba sendo muitas vezes silenciada.

Mas e o “outro-homem”? A narrativa de Vitória traz à reflexão um aspecto de suma importância atinente às relações eu-outro (mundo): a maneira como a mulher passa a enxergar, especificamente, a figura masculina, após vivenciar as agressões. “Porque quando eu olho a minha cicatriz eu lembro de homem... foi um homem que fez isso”.

“O médico e o monstro” é a forma com que Aurora se refere ao ex-marido. Essa narrativa indica a dificuldade que a mulher sente em integrar, na mesma pessoa, duas naturezas tão distintas. Observou-se que as mulheres que ainda nutriam, na ocasião da agressão, uma imagem valorada positivamente em relação ao ex-parceiro, foram as mesmas mulheres que demonstraram maior dificuldade em dar algum sentido à experiência de violência. Parece não ter havido tempo suficiente para que a mulher pudesse desconstruir a imagem que ela tinha do ex-parceiro.

É como se a mulher experimentasse um sentimento de incredulidade em relação à capacidade e coragem do homem em cometer tamanha brutalidade contra ela, até que ela se dá conta que sim, ele foi capaz de planejar e executar tamanha barbárie. O mesmo homem

com quem ela casou, com quem teve filhos; o homem que além de alianças, também tatuou o nome da parceira em sua pele (Aurora).

Na verdade, nenhuma das participantes consegue uma explicação plausível a respeito do motivo que culminou na agressão, que é também sentida como uma traição. Diante de inúmeros questionamentos sem respostas, a mulher vivencia diversas inquietações (Simão, 2003, 2016), além da necessidade de integrar em sua base cognitivo-afetiva polaridades que coabitam um ser: foge a compreensão aceitar que uma mesma pessoa possa amar e matar.

Tendo a experiência mostrado o quão ambíguo é um homem – pelo menos aquele com quem a mulher se relacionou; como envolver-se amorosamente com alguém novamente? Chaudhary (2014) aponta que a decepção compromete seriamente a confiança que temos nas pessoas e instituições. A desconfiança nas relações é causada, essencialmente, segundo a autora, pelo medo de ser enganada outra vez.

Nesse sentido, a desconfiança nas relações eu-outro (mundo), especialmente quando se trata de uma relação afetiva com o “outro-homem”, torna sombrias as expectativas da mulher acerca de uma nova chance de amar e se permitir ser amada por alguém. Como ter uma vida sexual ativa se, ao despir-se, a mulher terá de explicar o porquê daquelas cicatrizes marcando o seu corpo? Nessa ocasião, não mais será possível escapar da tal pergunta que ela evita a todo custo. Expor o corpo para um homem é, de certa maneira, expor-se a ser eventualmente agredida por alguém percebido como amável, como revela Celeste em narrativa anterior.

É tão desconcertante imaginar-se dialogando com o “outro-homem”, em uma ocasião na qual a mulher, ao contar sua história, observa uma reação nada positiva a seus olhos, que ela opta por não se relacionar mais. Nesse sentido, crítica, rejeição e até mesmo agressão são presumidas e esperadas, ainda que a mulher considere a possibilidade de que isso não venha a acontecer, tamanho o medo de passar, novamente, por experiência semelhante à que vivenciou com o ex-companheiro e agressor.

A dúvida dessas mulheres gira em torno do que esperar do “outro-homem” quando este souber das agressões que elas sofreram; na verdade, elas parecem mais inclinadas a ter certeza quanto à vivência de um desfecho negativo na relação com o homem imaginado. Conforme aponta Salgado (2014) nos diálogos reais ou imaginários, há um processo dialógico intra e interpessoal que se mescla e que influencia o quanto a pessoa confia (ou não) em outras pessoas ou nela mesma. Isso caracteriza duas posições opostas com tendências afetivas divergentes que têm como consequência debates internos que influenciam na maneira como a pessoa age com o outro e como a resposta desse outro retroage na expectativa que essa pessoa tem do quanto confiar (ou desconfiar) dos outros (idem), nesse caso, dos homens.

Quanto à desconfiança que a mulher sente em relação ao “outro-homem”, os dados extraídos das narrativas apontam para a generalização da figura masculina: todo homem passa a ser julgado com base no homem agressor.

Mas a desconfiança no “outro-homem” não se reduz aos relacionamentos afetivos. Se estende a outros tipos de relações eu-mundo. As narrativas indicam que as expectativas das entrevistadas não são as melhores quando têm de interagir com um homem. “Se fosse um homem, eu estaria travada. Provavelmente já tinha terminado tudo aqui”. Esta narrativa é de Celeste, referindo-se a mim, enquanto pesquisadora e mulher.

Subentende-se que, se ao invés de mulher, fosse um homem o pesquisador, a entrevista teria sido mais breve do que realmente foi. Esse tipo de situação também acontece com o médico e com o policial. Celeste, por exemplo, reconhece a assimetria na interação entre ela (paciente) e o “doutor”; ela sabe qual o papel esperado para cada uma das partes. Ela “deveria” contar a verdade para o médico a respeito das suas cicatrizes, mas ela não o faz. O fato de o médico ser homem limita a comunicação. Não há sequer uma tentativa de desmistificar o que ela espera desse “outro-homem”. Melhor não arriscar. Mais uma vez o acidente surge como solução à gênese das cicatrizes que, para o médico, denuncia a ocultação de um acontecimento, segundo Celeste.

Mas essa desconfiança generalizada em relação ao “outro-homem” nem sempre se confirma. Pelo contrário: as mulheres narraram experiências de cunho negativo e vexatório quando interagiram com mulheres policiais; o mesmo não aconteceu com os policiais homens. Não se espera que uma mulher, independentemente de qual seja sua hierarquia dentro da instituição policial, realize atendimentos com descaso às mulheres que passaram por situação de violência. Mais uma experiência inquietante (Simão, 2003, 2016) vivenciada por essas mulheres: recorrer a um serviço especializado que deveria funcionar de determinada maneira, mas que a realidade mostra ser bem diferente (valor visado e valor real, Boesch, 1991). “Tem policiais homens que às vezes te levam mais a sério do que aquelas que deveriam estar te ajudando” (Celeste).

5 DISCUSSÃO

Mulheres que foram brutalmente agredidas por seus parceiros íntimos (ou ex-parceiros) carregam sobre o corpo marcas que excedem a dimensão física. A maneira como elas passam a vivenciar a temporalidade nas relações eu-outro (mundo) adquire características bastante peculiares, especialmente no que se refere às expectativas sobre o futuro. Uma dessas peculiaridades refere-se à repetição da experiência, que, nesse trabalho, deve ser entendida em dois aspectos: no primeiro deles, repetição refere-se a um âmbito mais subjetivo da experiência, inclusive do não-narrável; mais especificamente, *repetição é tida como percepção pré-reflexiva de vivência do mesmo*. Já o segundo aspecto, refere-se ao que chamarei de *narrativas retocadas*: narrativas nas quais a repetição do assunto é produtiva, favorecendo a ressignificação do evento violento e suas repercussões pela mulher. Na sequência, o foco da discussão se dará sobre a relação de alteridade e a experiência de violência doméstica.

5.1 TEMPORALIDADE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SINGULARIDADE OU REPETIÇÃO DA EXPERIÊNCIA?

Medo de repetição da experiência

Sobreviver a um acontecimento de vida tão singular implica, em termos de ruptura (Zittoun, 2007), vivenciar momentos de incerteza e inquietação diante de mudanças significativas no curso de vida que interrompem atividades cotidianas, planos e sonhos, desconstruindo expectativas outrora criadas a respeito de si mesma e do mundo.

Sofrer uma tentativa de assassinato não é um fato usual para a maior parte das pessoas, apesar de estarmos à mercê das vicissitudes da vida. Embora saibamos que se trata de um tipo de evento contingente ao mundo social e, portanto, pode nos ocorrer, agimos como se essa possibilidade atingisse apenas aos outros, nunca a nós mesmos. A explicação de Luhmann (1998, p. 97) para esse tipo de posicionamento subjetivo frente a eventos inesperados e perturbadores é que “você negligencia isso porque é uma possibilidade muito rara, mas também porque você não sabe o que fazer [caso aconteça]”.

Mas aconteceu. Para uma minoria acontece. A violência, antes tão distante, do outro lado da tela do televisor ou estampada nas capas dos jornais agora não mais se restringe ao outro. É uma realidade do eu. Aquele posicionamento anterior, diante daqueles eventos negligenciados se transforma no que considero um *posicionamento de hipervigilância*: um estado de alerta, ativado prontamente frente às ocasiões percebidas como ameaçadoras ao eu,

reais ou imaginárias, a fim de proteger-se de qualquer perigo iminente. Antes de tornar-se protagonista de uma cena de terror, no palco da vida, o sentimento de confiança pairava no ar: sorte, proteção de outras pessoas ou instituições, proteção divina. Aparentemente, algo falhou. E, se falhou uma vez, pode falhar novamente.

O *posicionamento subjetivo de hipervigilância* é notável nas narrativas de mulheres que sobreviveram a um ataque violento, através de ações simbólicas que são incorporadas à nova realidade e, portanto, passam a ser corriqueiras: por exemplo, elas pensam e repensam acerca do trajeto que irão percorrer de casa até o destino desejado e vice-versa; analisam qual o bairro ideal para se residir distante dos olhos de alguém conhecido ou tido como ameaçador (especialmente após a soltura do agressor, atualmente¹³ preso); escondem a própria história de vida e identidade, da mesma forma que as cicatrizes são encobertas, calando indícios de um acontecimento que não deve (idealmente) ser trazido à tona; avaliam, inclusive, o relacionamento amoroso de outras pessoas, buscando confirmar a desconfiança que sentem nas relações eu-outro (mundo) (Celeste, por exemplo).

Todas essas ações visam garantir um mínimo de segurança, implicando preocupação constante com a própria integridade física e mental, como também dos filhos (quando for o caso). Nesse sentido, a mulher se antecipa às possíveis adversidades que coloquem a sua vida novamente em risco, como se ela estivesse, na maior parte do tempo, à mercê da iminência do caos. Ela cria significados no aqui-e-agora que proporcionam ao eu a sensação de proteção subjetiva, na medida em que, do ponto de vista objetivo, isso nem sempre é possível; afinal, é o que diz a experiência de cada uma dessas mulheres.

De resultado, assume-se que o anseio por segurança e certa persecutoriedade desenvolvido por essas mulheres tem sua gênese no medo de repetição da experiência. Sabemos, racionalmente, que situação alguma pode ser vivenciada novamente. Racionalmente. Porque, do ponto de vista subjetivo, frequentemente nos posicionamos como se a repetição *ipsis litteris* dos acontecimentos de vida fosse possível, semelhante ao sentido ordinário da palavra.

Repetir, no dicionário de língua portuguesa, refere-se a tornar a fazer algo; a acontecer novamente¹⁴. Então, aparentemente, a noção de *repetir* remete-nos à possibilidade de reviver uma experiência, como se um mesmo fenômeno ocorresse de forma igual, ou pelo menos muito semelhante por duas ou mais vezes. Parece implícita a ideia de mesmice, de ausência de novidade.

¹³ Na ocasião da entrevista.

¹⁴ Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª ed., 1989.

A noção bergsoniana de irreversibilidade do tempo nos toca a pensar acerca da singularidade das experiências humanas. Diz respeito à impossibilidade de inverter a direção do tempo e da impossibilidade de repetição de um acontecimento passado. Nesse sentido, cada acontecimento é único, apesar das semelhanças superficiais da experiência (Abbey, 2015; Mello, 2009). O vivenciado, no tempo, não volta jamais. Em contrapartida, a memória move-se num constante ir e vir, em qualquer direção (Mello, 2009).

A impossibilidade de repetição da experiência é fato, em tempo irreversível. Contudo, isso não deslegitima o medo que cada mulher sente de passar por experiência semelhante; tampouco desvalida a plausibilidade de uma nova ocorrência em sua imaginação, indicando-nos o limite do aspecto objetivo da irreversibilidade do tempo e colocando-nos na dimensão da temporalidade.

Desse modo, apesar de estarmos cientes de que não se vive duas vezes uma mesma experiência, para a pessoa que viveu um acontecimento dessa natureza e em toda a sua magnitude – sobreviver a um ataque brutal de violência doméstica –, a repetição da vivência é percebida como possível, até mesmo muito provável de acontecer. Logo, é possível afirmar, com base nas narrativas das participantes do estudo que, para além das marcas físicas, o medo de repetição da experiência é marca bastante comum entre elas e orienta, em grande parte, a maneira como agem no aqui-e-agora e a forma como concebem a futuridade.

O medo de repetição, então, não se reduz ao medo de ser brutalmente atacada, vai além: implica na ausência de confiança nas relações eu-outro (mundo), que incide, principalmente, sobre a possibilidade futura de relacionamentos amorosos. Possivelmente, porque esse tipo de vínculo é construído: envolve a escolha dos parceiros e escolha implica em responsabilidade, muitas vezes confundida e/ou sentida como culpa. O sentimento de culpa marca a narrativa das participantes do estudo, como a de outras mulheres que passaram pela mesma situação, apesar de serem as vítimas diretas (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012; Guimarães, 2009; Leitão, 2014; Narvaz & Koller, 2006).

O que quero dizer é que, em muitos casos, a mulher acaba internalizando e transformando em cultura pessoal sugestões de ordem sexista advindas da cultura coletiva de que ela, de alguma maneira, “escolheu” passar por esse tipo de situação, criticando-a por atitudes que ela tomou (ou deixou de tomar, indicando uma postura de passividade) acerca do relacionamento e dos episódios de violência. Dessa forma, ela é julgada e culpada pelas agressões, o que atenua, simbolicamente, o peso do ato violento praticado pelo homem.

Segundo Saffioti (1999), entrevistas com mulheres que passaram por situação de violência doméstica indicam que a mulher não sofre as agressões passivamente; de uma forma

ou de outra, ela sempre reage. Quando o faz por meio de violência é de forma reativa, no intuito de defender-se.

Nesse sentido, a mulher se percebe como alguém que não escolhe bem, com base em sua experiência negativa sobre relacionamentos íntimos. Ela sente medo de repetir uma má decisão no âmbito das relações amorosas, dado que o preço pago por ela até hoje em função de uma escolha do passado é muito alto. Apesar da existência do desejo de ser feliz novamente com um novo companheiro, de dar uma nova chance à sua vida amorosa, ela sabe que é um investimento que exigirá dela uma moeda que lhe é muito cara chamada confiança, de que ela não dispõe no momento. Investir em um novo relacionamento é muito arriscado, ainda mais para quem se percebe como alguém que já perdeu muito ou perdeu tudo: melhor não investir.

Sobre a confiança que foi rompida, Cornejo (2014) aponta que questionar a sinceridade, veracidade ou capacidade de algo ou alguém ocorre somente após o sentimento original de confiança ter se quebrado. A partir dessa quebra, a pessoa passa a avaliar racionalmente se há motivo para manter ou não a confiança no outro ou naquela situação. Para o autor, o refletir sobre, representa o fim da confiança e não o seu início. A respeito disso, da reflexão como sinal do fim da confiança, é possível acrescentar, com base nas narrativas das participantes, que o que chamei de posicionamento subjetivo de hipervigilância é reflexo do pensar demasiado a respeito de um tema de preocupação essencial que é a preservação e a manutenção da própria vida, incluindo a busca pela consistência do *self*.

O medo de repetição da experiência, para as mulheres que passaram por violência grave, de ordem conjugal, antecipa desfechos imaginários, geralmente de cunho negativo, com base nas experiências passadas, inibindo as ações simbólicas dessas mulheres na direção de constituírem novos e variados tipos de relação; afinal a figura do outro é a de alguém em quem não se pode confiar ou com quem contar.

Nesse sentido, a possibilidade de um novo relacionamento amoroso é permeada por tensões entre dois processos: *Fernweh* (“estrada para longe”) e *Heimweh* (“estrada para casa”), nos termos de Boesch (1991). Isso significa que, ao deparar-se com as fronteiras simbólicas existentes entre o eu e o outro, a mulher pode decidir atravessá-las ou não. Atravessar as fronteiras implica aventurar-se diante do desconhecido, mais especificamente, do “outro-homem” desconhecido, o que envolve novidade e riscos. É um processo de *Fernweh* porque desaloja a mulher da comodidade e segurança, por um lado, mas, por outro, promove a abertura a novas possibilidades, a novas chances, a novos amores, apesar dos riscos inerentes às relações eu-outro (mundo) aos quais todos nós estamos sujeitos.

Em contrapartida, não atravessar as fronteiras, isto é, manter-se só, provê sentimentos de segurança diante da percepção de um mundo perigoso, assustador. Recuar para a casa (*Heimweh*), portanto, é uma maneira de evitar experiências que colocam em risco o senso de estabilidade de autossistema, especialmente os valores pessoais. Vale ressaltar que, conforme aponta Madureira (2012), tomar a orientação *Heimweh* normalmente indica fronteiras simbólicas existentes nas relações eu-outro, que tendem a ser rígidas. Dessa forma, uma barreira simbólica (Bosch, 1991) é erguida pela mulher como proteção, uma vez que os outros – no caso desse estudo, os homens –, são percebidos como inimigos que colocam em risco a sua integridade física e psicológica.

Conclui-se que, apesar da solidão em que vivem, o medo de repetição da experiência de violência (e da decepção a ela inerente) para as participantes do estudo parece ter a função subjetiva de protegê-las das relações simbólicas eu-outro (mundo) e da percepção de perigo que elas representam para o eu, constituindo-se um processo de *Heimweh*, nos termos de Boesch.

E a cicatriz continua lá...

Repetição enquanto percepção pré-reflexiva de vivência do mesmo excede o medo de repetição (explicado anteriormente) e abarca outras tensões que se tornam parte do cotidiano das mulheres que passaram por situação de violência doméstica, tensões essas geradoras de enfado, revolta, aborrecimento, tristeza, entre tantos outros sentimentos – todos de cunho negativo, de desprazer. A percepção de repetição da experiência pessoal não se resume ou se limita à repetição do evento original, ao ataque violento. Diz respeito a perceber-se agindo (requisitada por outrem ou não) nas mais diversas direções, porém, partindo de uma *mesma* gênese, isto é, do mesmo acontecimento.

Para elucidar esse pensamento, tomemos como exemplo o caso de uma das participantes desse estudo (Celeste) ao se submeter à primeira cirurgia plástica reparadora das cicatrizes. Uma cirurgia não bastou para corrigir ou atenuar as cicatrizes. Ela, então, faz duas, três, quatro, enfim, quantas forem possíveis e necessárias no intuito de reduzir o dano que as lesões deixaram; o que não garante que o resultado seja aquele imaginado e idealizado por ela. O fato é que a cicatriz não desaparecerá.

Efetivamente, cada cirurgia é única. Mas, subjetivamente falando, a mulher diz a si mesma: “de novo”. De novo, passando por essa situação (a cirurgia) mesmo que aquela cicatriz específica esteja sendo reparada pela primeira vez.

Porém, “de novo” não se reduz a um procedimento cirúrgico realizado mais de uma vez, mas abarca qualquer tratamento estético no intuito de melhorar o aspecto da cicatriz: o comparecimento a serviços especializados no atendimento à mulher que passou por violência (voluntária ou involuntariamente); o narrar ao outro, quando indagada, a respeito da causa daquela cicatriz; as dores que permanecem no corpo (e além dele), apesar de, aparentemente, os danos físicos terem sido resolvidos; a renúncia à roupa decotada e ao passeio à praia no final de semana. Todas essas tensões tem um *mesmo* motivo: a violência praticada pelo ex-companheiro.

Celeste foi a única das participantes que passou por repetidos procedimentos cirúrgicos a fim de atenuar as cicatrizes. Sua narrativa indica claramente a sensação de estar fazendo a mesma coisa, embora esteja agindo sempre de maneira diversa, na direção de melhorar o aspecto estético da cicatriz. Mas, independentemente do que faça, como ela mesma diz “*a cicatriz continua lá*”.

Naturalmente expectativas pessoais e culturais estão aí envolvidas, inclusive da ordem do irreal que é o desaparecimento da cicatriz. Nesse sentido, por mais que o aspecto visual da “nova” cicatriz seja o melhor possível, persiste o incômodo: *a cicatriz continua lá*. E ela não precisa olhar-se no espelho para saber disso. Entretanto, apesar de não haver, explicitamente, narrativas das outras participantes acerca de perceberem-se “de novo” fazendo algo (relacionado à violência sofrida), a repetição está na narrativa, mesmo que de forma implícita.

Repetidamente vestir apenas calças compridas para não mostrar as cicatrizes das pernas, repetidamente despistar um possível pretendente amoroso, porque no contato mais íntimo, ele verá as cicatrizes e a questionará a respeito – ela quer evitar contar “de novo” a história (Vitória). Repetir a vigilância na compra de uma roupa, repetir a ação de jogar o cabelo sobre a cicatriz, diariamente usar maquiagem que a disfarce, perceber-se repetindo atitudes com vistas a garantir a própria segurança. Haja o que houver, *a cicatriz continua lá*. É um signo, um lembrete, gravado na pele da mulher pelo seu ex-companheiro, como indícios que sugerem o rastro deixado por ele naquele corpo, naquela vida, como se dissesse: “Passei por aqui, me faço presente no outro a partir da marca que produzi nesse objeto que é de minha propriedade”.

Sobre gravar no corpo marcas permanentes, Clastres (1988) aponta que em sociedades primitivas também se gravavam nos corpos de seus integrantes as normas sociais. A tortura corporal, por exemplo, servia como ritual de iniciação e também como forma de os iniciados manterem na pele e na memória os ensinamentos sociais do grupo do qual faziam parte. Nesse sentido, a marca corporal funcionava como um signo de pertencimento àquele determinado

grupo. A marca diz: “É um dos nossos e não te esquecerás disto”. Sobre o ritual de iniciação, Clastres afirma:

Na exata medida em que a iniciação é, inegavelmente, uma comprovação da coragem pessoal, esta se exprime – se é que podemos dizê-lo – no silêncio oposto ao do sofrimento. Entretanto, depois da iniciação, **já esquecido todo o sofrimento, ainda subsiste algo, um saldo irrevogável, os sulcos deixados no corpo pela operação executada com a faca ou a pedra, as cicatrizes das feridas recebidas.** Um homem iniciado é um homem marcado. O objetivo da iniciação, em seu momento de tortura, é marcar o corpo; no ritual iniciatório, a sociedade imprime sua marca no corpo dos jovens. **Ora, uma cicatriz, uma marca, são indeléveis (...) A marca é um obstáculo ao esquecimento, o próprio corpo traz impressos em si os sulcos da lembrança – o corpo é uma memória** (Clastres, 1988, p. 128, grifos meus).

Evidentemente, o sofrimento que a tortura representa para os iniciados (como mencionado acima) tem sentido muito diferente quando comparado ao sofrimento das mulheres quando foram agredidas. Em comum, a dor. Entretanto, diferente das mulheres, a dor dos iniciados é dor esperada; não tem sentido de uma punição pura, as marcas deixadas no corpo são signos de pertença a um grupo que, por um lado, indicam o limite da liberdade de escolha do indivíduo, uma vez que é impossível rejeitar ou negar a sua adesão cultural àquele grupo social (Boesch, 1991). Por outro lado, podem ser exibidas com orgulho no grupo social do qual faz parte: por se tratar de um signo de coragem e de pertença, da dignidade de pertencer àquele grupo, o sofrimento como forma de mostrar resistência a dor é mais fácil de esquecer na medida em que é valorado positivamente pelo seu significado pessoal e cultural.

O que as mulheres agredidas têm em comum com os iniciados, além da dor da tortura, são as marcas indeléveis pelo corpo, porém, com propósito diferente: tornar inesquecível a desobediência da mulher ao seu “homem” de pertença. Se, como exposto anteriormente, a marca nos iniciados diz: “É um dos nossos e não te esquecerás disto”, no caso das mulheres com cicatrizes de violência doméstica, a marca diz: “Você é minha e não te esquecerás disso”.

Quando uma mulher diz *a cicatriz continua lá*, ela nos indica um estado de permanência do objeto, em sua dimensão factual. O tempo passa, evidentemente; não é possível parar seu fluxo, ao menos, não objetivamente. As cirurgias também passam, assim como os eventos que vivenciamos. Mas, quando nos referimos à constante percepção de vivência do mesmo, exemplificada anteriormente pelas ações cotidianas que são tomadas pelas mulheres no sentido de atenuar ou esconder as cicatrizes, somos levados a outro aspecto da temporalidade: a percepção subjetiva de que o tempo não passa da mesma forma com que a cicatriz fica.

A cultura coletiva afirma que o tempo supera tudo (discutido no caso Aurora). Mas não é o que algumas participantes narram a partir das suas vivências de temporalidade

(Aurora e Vitória); para elas, o tempo parou. Quanto mais o passado é vivenciado como se fosse o presente, através da percepção de vivência do mesmo, mais difícil é, para essas mulheres, criarem expectativas e metas acerca da futuridade. Em termos de temporalidade, é como se o peso do passado no presente desacelerasse e, até mesmo, freasse a chegada do futuro, o que naturalmente implica numa espécie de engessamento das expectativas e metas acerca da futuridade.

Narrativas retocadas

Narrar um evento da própria vida não se trata de mera verbalização reprodutiva, ditos de forma tal qual ocorreu. Implica em interpretar e reinterpretar determinadas experiências continuamente; em outras palavras, narrar consiste em uma atividade reflexiva, uma vez que o narrador e o personagem principal da história são a mesma pessoa (Bruner, 2004).

A noção de repetição pode ser útil do ponto de vista teórico-metodológico para a análise de narrativas de mulheres que passaram por situação de violência doméstica, considerando que tal evento traumático é recorrente na memória e discurso dessas mulheres. Quando a repetição ocorre na narrativa, trata-se de uma experiência refletida pela linguagem. Entretanto, para falar de repetição na narrativa, usarei a conotação que a palavra adquire no âmbito das artes cênicas¹⁵, divergente do significado habitualmente utilizado (descrito anteriormente). Vejamos:

Repetição no trabalho profissional das artes cênicas é associada com diversos estágios construtivos de criação artística bem como a manutenção do produto artístico. Leituras, ensaios, exercícios de preparação vocal e corporal, temporadas de apresentação são ilustrativos o suficiente para permitir uma compreensão da relação intrínseca entre teatro e repetição. Além disso, no contexto artístico (teatral), a repetição vai além do mero ato de *fazer mais uma vez* e torna-se uma parte da natureza existencial da prática de atuação (...) (Sampaio e Simão, 2015, p. 383, grifos originais).

Diferentemente do uso ordinário da palavra, no âmbito das artes cênicas, o ato de repetir é permeado pela novidade, pela abertura ao processo de criação e pela transformação – não apenas do produto final (i.e, a apresentação) – mas, principalmente do próprio ator. Nesse sentido, o ator é um sujeito criativo que, defronte à repetição, confrontará o mesmo (e a si mesmo) diversas vezes; e são nessas ocasiões que ele deve constantemente revisitar e analisar o conhecido, reorganizando o seu potencial para ações simbólicas, de modo que o processo

¹⁵Sampaio e Simão (2015), em um estudo teórico de fronteira entre a psicologia e as artes cênicas, refletem acerca de como o homem vivencia o tempo e a temporalidade, tendo como foco de análise a repetição – categoria temporal primordial das artes cênicas.

criativo se mantenha. Na repetição, o sujeito busca construir uma história considerando um passado que se move em direção ao futuro (Sampaio e Simão, 2015).

Mas como a noção de repetir, na perspectiva das artes cênicas, se aproxima de *repetir* em um contexto diverso, em que o fenômeno da violência doméstica é o enredo da vida de uma mulher?

Pensemos quantas vezes essas mulheres, participantes do estudo, devem ter falado (voluntariamente ou não) sobre a violência que sofreram. Certamente “re-tocaram” um assunto muito frequente para elas, seja via recordações, seja via relatos (relatos aos quais a recordação é inerente). “Re-tocar” aqui está como tocar de novo nesse assunto, (re)contar novamente tal acontecimento. Ouvir o outro re-tocar no assunto, fazer a mesma pergunta, mesmo que cada outro a indague apenas uma vez, para a mulher que passou por um evento dessa magnitude, equivale a re-tocar o problema, re-tocar a ferida, re-tocar as cicatrizes.

Entretanto, pensando na novidade e na abertura para a criação que a noção de repetir (em artes cênicas) proporciona, substitui-se o “re-tocar” por “retocar”; *retocar*¹⁶ é sinônimo de restaurar, reparar. Ou seja, está implicada nesses verbos a ideia de novidade. Ao retocar algo, nos referimos ao já existente somando a ele alguma transformação; o original se modifica, porque algo novo ali foi acrescentado, renovado.

Então, de forma análoga ao que significa *repetir* em artes cênicas, as narrativas retocadas também partem de algo já criado, existente, passam por um processo de modificações devido à possibilidade da novidade, da criatividade. E talvez não apenas possibilidade, mas sim o novo como necessidade. Tanto as apresentações artísticas como as narrativas, então, partem de uma origem, de uma base, que pressupõem a transformação do produto e também a transformação do *self* daquele que modifica o original – o ator, o narrador.

Tomemos como exemplo a experiência narrativa das participantes à pesquisadora. Tratam-se de narrativas “re-tocadas” ou retocadas? Consideremos o *setting* no qual a entrevista ocorreu. As narrativas foram direcionadas, como dito anteriormente, a uma pesquisadora (também psicóloga), que tinha o intuito de proporcionar à cada entrevistada uma escuta especializada e humanizada; a entrevistada, por sua vez, tinha diante dela alguém que se colocava como uma alteridade interessada não apenas em sua narrativa, mas também pela pessoa (e seu bem-estar) que compartilha sua experiência com outra (mas não qualquer

¹⁶*Retocar*. 1. Dar retoques em. 2. *Restaurar* (1). *Restaurar*. 1. Por em bom estado, consertando; recuperar, reparar, restabelecer, retocar, reformar. (...). Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª ed., 1989.

“outra”) que não lhe é familiar. Naturalmente, todo esse *setting* por si só já transforma o retocar em retocar – o assunto que era originalmente o foco da entrevista.

Desse modo, as narrativas retocadas aqui em questão dispõem de balizadores intra e intersubjetivos que orientam o sentido que tomarão as narrativas. Balizadores que partem da entrevistadora que estrutura, em menor ou maior grau, a direção em que a entrevista deve chegar para os propósitos acadêmico-científicos; mas, além disso, há os balizadores afetivo-cognitivos pessoais que também orientam a narrativa da entrevistada, sinalizando demandas que necessitam vir à tona de alguma maneira e que encontram na indagação narrativa a oportunidade de serem narradas.

Essas demandas pessoais consistem em novidades para a pesquisa, uma vez que, enquanto pesquisadores da psicologia semiótico-construtivista, não nos atemos apenas à resposta do que foi perguntado, mas, e talvez principalmente, às colocações do entrevistado referentes ao que não foi questionado, que ele julgou ser relevante relatar (inclusive o que se mostrou como impossível de narrar). Uma pergunta *x* abre possibilidades para *y* respostas, respostas essas que nem sempre correspondem ao que foi indagado, mas que acrescem valiosamente ao processo de análise das narrativas e melhor compreensão do fenômeno estudado.

Em suma, narrativas retocadas são aquelas que oportunizam restaurar os processos cognitivo-afetivos referentes ao perceber, pensar e sentir acerca de determinados eventos de vida, mediante a possibilidade contínua de criação sobre o que se constitui a base desses eventos e que levam, naturalmente, à resignificação das experiências por meio do ato de narrar.

Para a mulher que vivenciou uma experiência de vida tão dolorosa afetiva e fisicamente falando – sobreviver à violência doméstica –, retocar as narrativas abre possibilidades para a superação pessoal da experiência de violência à medida que produz novos sentidos de vida pela linguagem refletida que é a experiência narrativa.

Para o pesquisador, a análise das narrativas é enriquecida pela compreensão de que a novidade que emerge delas pode se tratar de algo nunca pensado, questionado, visto ou ouvido. A novidade pode estar entremeada num assunto que nos parece já conhecido ou mesmo se mostrar, à primeira vista, como algo sem sentido.

5.2 ALTERIDADE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A atribuição de papéis sociais a homens e mulheres indica mais que uma distinção entre as categorias do sexo; denota a desigualdade de posições que ocupam na sociedade

brasileira (Saffioti, 1987); o país ocupa a 85ª posição em desenvolvimento humano e desigualdade de gênero, segundo a Organização das Nações Unidas¹⁷ (ONU). Apesar do fenômeno não se restringir ao Brasil, é sob a perspectiva de mulheres brasileiras, vítimas de violência doméstica, que se dá a discussão aqui desenvolvida.

Os seres humanos nascem machos ou fêmeas; o gênero, então, é o sexo atribuído à criança, ao nascer, com base nos órgãos sexuais externos do bebê. Entretanto, tornar-se homem ou mulher depende da educação que recebem. Nesse sentido, a identidade social acerca do gênero é socialmente construída (Saffioti, 1987; Strey, 2012) remontando à posição defendida por Simone de Beauvoir (1949, p. 11) ao se opor à ideia de destino biológico, psíquico, econômico à fêmea humana: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Com base na psicologia cultural, o significado de ser homem ou mulher é uma questão que toca à complexidade das relações entre a cultura coletiva e pessoal. Isso significa que o mundo pessoal-cultural é construído sob canalização do mundo sociocultural, à maneira do processo de internalização e externalização em Vygotsky (Simão, 2010; Valsiner, 1998). Nesse sentido, regras culturais baseadas em normas de gênero (diferenças de gênero reais ou estereotipadas) canalizam comportamentos e posicionamentos socialmente desejáveis para ambos os sexos (Strey, 2012).

Segundo Saffioti (1987) a sociedade determinou que *destino de mulher é ser infeliz*. A autora dá dois exemplos de expressões populares bastante conhecidas a respeito do que é esperado acerca do papel social da mulher: “ser mãe é padecer no paraíso” e “mulher gosta de apanhar”; ambas indicam a alta dose de masoquismo - gosto pelo sofrimento -, embutido na educação feminina. Dessa forma, a mulher é socializada para encarnar o papel de vítima, sendo a resignação um dos ingredientes básicos da sua educação.

Na qualidade de vítima, de sofredora, de quem aceita, sem reclamar, *seu destino de mulher*, merece aplausos por parte da sociedade. Se, contudo, decide infringir a norma e desfrutar do prazer junto a um amante, merece, de acordo com a cartilha da ideologia dominante, ser assassinada pelo marido. Este considera, e o faz legitimamente do ponto de vista da sociedade, ter tido sua própria honra manchada pelo comportamento da mulher. Muitas vezes, a mulher sequer chegou a consumir o chamado “mau passo”. A partir de uma mera suspeita de que sua esposa se interessa por outro homem, o marido julga-se no direito de ceifar-lhe a vida (Saffioti, 1987, p. 35, grifos originais).

A citação acima, de um texto publicado 30 anos atrás, nos aponta o quão atual ele é, infelizmente. Prova disso, são os dados dessa pesquisa, que nos demonstra o preço pago por mulheres que não aceitaram “*seu destino de mulher*” por pouco não perderam a vida, entretanto, “ganham” cicatrizes sobre seus corpos (e para além deles). Isso toca-nos a

¹⁷Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/brasil/visao-geral>. Acesso em 24 de junho de 2017.

refletir acerca dessas mulheres como alteridades insubordinadas, que se rebelaram, cada uma a seu modo, diante das regras e imposições de outrem, após terem passado por um processo de domesticação de suas identidades e vontades. Se fizermos uma analogia à domesticação de um animal, entendemos que, outrora indomado, era selvagem e livre, até ser capturado por alguém de raça diferente da sua, a raça humana, que em sua “superioridade” sente-se no direito de subjugar-lo a seu bel prazer. A partir do momento que o animal é domado e passa a ser propriedade de alguém, muitas vezes tem sua pele marcada no intuito de identificar o seu dono.

No caso das mulheres participantes da pesquisa, um dia elas foram livres até conhecer alguém com quem decidiram relacionar-se afetivamente, exceto Celeste, que tem um histórico de contrariedade em relação ao casamento, imposto pela mãe. O que chama a atenção nesse caso, especificamente, é que a domesticação das vontades de Celeste ocorre desde a mãe, outra mulher, que passa seu papel de domadora ao marido que escolheu para a filha. Apesar da rebeldia de Celeste em relação ao casamento e ao marido, como as demais participantes, teve sua alteridade domesticada aos poucos, de maneira muito sutil, tão sutil que ao dar-se conta desse processo, era tarde demais; a essas alturas, Celeste e as outras mulheres perceberam-se sem voz, sem autonomia, sem liberdade. Tornaram-se prisioneiras de seus maridos em suas próprias casas, sugerindo-nos que a domesticação da mulher muitas vezes se dá, para ela, em nível pré-reflexivo. Na mesma direção, Saffioti (1999) aponta que os limites entre quebra de integridade e a obrigação de suportar o destino de gênero para as mulheres, isto é, a sujeição aos homens, pais ou maridos, normalmente são muito tênues.

O que o homem “domador” deseja é uma mulher previsível; afinal, a mulher é tida como objeto e objeto não pensa, não deseja, não sente. Para Saffioti (1987), o macho exerce a função de caçador, que deve perseguir o objeto de seu desejo da mesma forma que persegue o animal que deseja matar. Para o poderoso macho o que importa é o próprio desejo, não o da mulher – basta-lhe que ela consinta ser usada enquanto objeto.

Nas histórias de violência doméstica contra a mulher, qualquer sinal de insubordinação ou discordância torna-se motivo para punição nas mais variadas formas de agressão. Negar-se a praticar relações sexuais com o agressor muitas vezes resulta em novas agressões (Vitória, por exemplo), inclusive estupro. O próprio término do relacionamento, com iniciativa por parte da mulher e sua recusa em reconsiderar a reconciliação foram o estopim para agressores que tentaram pôr fim à vida das ex-companheiras (Rosa e Celeste).

Entretanto, constam relatos nos quais, da perspectiva da mulher, não houve motivo aparente para as agressões; apesar da sujeição da mulher ao homem, ela ainda assim apanha

(Aurora). De forma semelhante aos animais, como mencionado anteriormente, que tiveram o corpo marcado por aqueles que se consideram os seus donos. Evidentemente, nenhum desses motivos, reais ou imaginários, dão direito a um homem agredir uma mulher. Não há nada que legitime comportamentos abusivos violentos em uma relação conjugal (Fonseca et. al., 2012; Narvaz & Koller, 2006). Mas o que se percebe é uma intolerância do homem ao que ele entende ser um risco: ao seu papel social de “macho” dominante, de perder o controle que tem (ou pensa ter) sobre a mulher, da mulher interessar-se por outro homem ou mesmo de que ela deixe de se interessar por ele. Quando sua aparente segurança é afetada, a mulher passa a ser vista como uma inimiga e corre o risco de ser aniquilada.

Nesse sentido, o processo de domesticação da mulher na relação afetiva, sob a perspectiva do homem, tem o intuito original de “desalterizá-la”; aliás, é justamente por saber que a mulher, enquanto alteridade, lhe deixa escapar algo, que o homem age simbolicamente na direção de não deixar escapar mais, podendo-lhe tudo o que ele considera, na mulher, uma ameaça à sua soberania.

A inacessibilidade a uma parte do ser, inerente à alteridade, é comum às interações eu-outro; o que o homem agressor não aceita e com que não lida bem é quando se trata da alteridade da “sua” mulher. Nada nela pode ser oculto, nebuloso; ela deve ser transparente, sem segredos. A mulher, então, não pode ser tida como fronteira (Boesch, 1991) na relação com esse tipo de homem, na medida em que ser “fronteira” implica defrontar-se com riscos e surpresas, que advertem o homem sobre a impossibilidade de ter total controle sobre o outro, nesse caso, outra.

Podemos questionar que tipo de alteridade é essa do homem agressor. Afinal, há características próprias a essa espécie de alteridade, a de quem não tolera outra alteridade (não qualquer outra, mas a da mulher que ele considera sua posse)? Como a mulher percebe a alteridade de quem lhe agrediu e como passa a perceber a alteridade masculina, de forma geral?

Trago emprestado de Nigro (2016, p. 99) o que ele definiu como alteridades canibais: “conjunto de forças pervasivas que se mantém vivas na metaforma de um sistema cultural de sequestro de identidades, controle de corpos, afetos e ações, imposição de pensamento, formação de mentalidades submissas, domesticação espiritual, manipulação de subjetividades, regulação e neutralização ontológica (...)”.

Apesar de a noção de alteridades canibais em Nigro¹⁸ não se referir diretamente ao contexto da violência doméstica contra a mulher (mas também o abarque), utilizarei a noção para me referir à alteridade do homem agressor, uma vez que este homem “canibal” também devora, simbolicamente, membros da própria espécie. Nesse sentido, esse tipo de alteridade é faminta por outra – a da “sua” mulher, – e age no sentido de consumir tudo o que é próprio e singular a outrem: no caso, a história da mulher, sua identidade, sua subjetividade, seu corpo, seu eu; seu objetivo parece ser de que a mulher, em dado momento, passe a agir de forma a não mais conseguir diferenciar o seu eu do não-eu. Isto é, o homem pretende demolir a fronteira simbólica na relação eu-outro, transformando a mulher e sua subjetividade num território de livre acesso, no qual ele, e somente ele, pode transitar, sem reservas, sem obstáculos aos seus propósitos, de acordo com sua ideologia de macho dominante.

Com base no referencial teórico da Psicologia Cultural, Madureira (2012) estudou a construção de identidade de gênero, recorrendo ao conceito de fronteiras simbólicas como ferramenta útil na análise de fenômenos tais como a construção de identidades sociais e as dinâmicas e tensões relacionadas a esse processo, estereótipos, preconceitos, práticas discriminatórias, só para citar alguns exemplos. A autora se valeu da forma como Valsiner (2007) considera as fronteiras simbólicas, baseando-se na imagem metafórica de uma membrana semipermeável. As fronteiras simbólicas delimitam, de maneira semipermeável, as diferenças entre indivíduos e grupos sociais (Madureira e Branco, 2012).

Quando fronteiras simbólicas semipermeáveis tornam-se rígidas, e logo, não-permeáveis, elas se transformam em barreiras culturais. Dessa forma, ocorre uma diferenciação nas relações eu-outro ao custo da desqualificação do que o eu considera diferente e, geralmente, inferior a ele (Madureira, 2012).

O sexismo, por exemplo, tão evidente nas narrativas das participantes dessa pesquisa, corresponde a uma distinção de gênero hierárquica e rígida, diretamente relacionada à reprodução de fronteiras não-permeáveis entre masculinidade e feminilidade. Nas relações eu-outro (mundo), aquele que é julgado inferior (neste estudo, pessoas do gênero feminino), são associados a significados pejorativos, encharcados de preconceitos, inclusive por outras mulheres. Os casos mais extremos, em que fronteiras simbólicas se tornam ainda mais rígidas, os outros (isto é, as mulheres) são percebidos como inimigos e, logo, devem ser eliminados (cf. Madureira, 2012).

¹⁸O estudo de Nigro (2016) se propõe a criar pontes entre certas manifestações das artes dramáticas contemporâneas e da Psicologia Cultural. Para isso, parte de um espetáculo teatral para trazer à reflexão como o sistema (forças do Estado, economia, mercado) determina e molda as identidades dos membros da sociedade.

Na mesma direção, Saffioti e Almeida (1995) apontam que, enquanto mulheres são socializadas para o convívio com a impotência, os homens são socializados para o exercício de poder, por isso, convivem mal com a impotência. As autoras acreditam que há uma relação entre a vivência da impotência e os atos de violência praticados pelos homens sobre as mulheres.

Portanto, dar um basta ao *destino de mulher*, significa que uma alteridade feminina antes domesticada, se rebele contra as imposições vindas da alteridade canibal, transformando-se em uma alteridade que altera: a si mesma e às suas relações eu-outro (mundo). A mulher passa a requerer o direito de delimitar seu lugar e espaço, de demarcar a fronteira simbólica existente na relação eu-outro, aparentemente antes inexistente. Ao transgredir a ideologia do *destino de mulher*, ela se posiciona subjetivamente de forma a romper com as expectativas da cultura coletiva acerca do papel social de mulher, isto é, ao estereótipo do gênero feminino.

Dessa forma, essa transgressão resulta em tensões, muitas vezes em forma de punição, que não se resumem às agressões do companheiro (ou ex-companheiro); a mulher também é punida em outras instâncias, como apontam as narrativas das participantes (Celeste, por exemplo): através do descaso presente no atendimento dispensado pela delegada especializada nesse tipo de violência (de gênero); nos aconselhamentos de outras mulheres sobre a conduta que a vítima deveria ter tomado, no sentido de ter aceitado (como possivelmente a aconselhadora faz) o seu *destino de mulher*, mantendo-se junto do marido, a qualquer custo.

Essa “segunda” punição, real ou simbólica, advinda de uma pessoa do mesmo gênero é sentida pela mulher como inquietante (Simão, 2003, 2016), na medida em que ocorre a ruptura de expectativas culturais e pessoais quanto ao apoio que deveria receber, seja do Estado, seja das pessoas que a circunda, também mulheres. Cabe nos questionar: como uma delegada trata com desdém uma mulher vítima de violência, sendo que é dever da autoridade prestar atendimento digno e respeitoso à população? Como uma mulher pode aconselhar a outra a “aguentar firme” o *destino de mulher*? Seria por que a mulher ao se insubordinar, de alguma forma, agride essas outras mulheres que a julgam?

Essa espécie de punição vinda de outra mulher pode causar estranhamento, mesmo apesar de termos conhecimento do quão comum é esse tipo de situação em nosso cotidiano e de como se dá a educação feminina. Como citado anteriormente, trata-se de uma educação baseada numa ideologia dominante masculina em que os papéis sociais para cada gênero são bem delimitados e desiguais, marcando de maneira bastante evidente a “inferioridade” da

mulher (cf. Saffioti, 1987); todos esses valores aprendidos socialmente vão se tornando arraigados no sistema de valores pessoal e cultural de cada indivíduo.

O estudo de Madureira (2012) traz um exemplo bem elucidativo acerca de uma situação em que a própria mulher é contra a igualdade de gênero, extraído de uma das entrevistas realizadas com professoras de escolas públicas em Brasília, que tinha como objetivo analisar as crenças e conceitualizações que tinham acerca de questões de gênero e sexualidade. Ao ser indagada a respeito das diferentes expectativas sociais para homens e mulheres, a participante narra que muita igualdade (entre os gêneros) não é bom; ela discorda da ideia de homens e mulheres terem os mesmos direitos em todos os âmbitos da vida, especialmente, no que se refere ao âmbito sexual, o que para a entrevistada significa promiscuidade. Já no âmbito profissional, a participante acha justo que haja igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para Madureira, a visão pejorativa da participante acerca da liberdade sexual da mulher (um signo de promiscuidade) está inserida na longa tradição do Cristianismo, que apresenta a sexualidade feminina como potencialmente perigosa e, logo, deve ser controlada por cada mulher, por outras mulheres, pela sociedade, de forma geral.

Dessa forma, parece que a mulher que se rebela contra as regras culturais que regem o que é esperado para o “papel social de mulher” causa incômodo àquelas outras que não fizeram o mesmo; vê-la gozar da liberdade que havia lhe sido tolhida sinaliza possibilidades que outras mulheres deixaram passar em nome do que é moralmente correto. Se por outro lado, a mulher vista como rebelde é agredida, castigada por sua insubordinação ao homem, a violência serve de justificativa para que outras mulheres aceitem, sem pestanejar, o *destino de mulher*. Afinal, se algo deu errado àquela mulher, na qualidade de ser-humano mortal, “pode dar errado comigo também”. Parece haver uma crença que o castigo sempre vem àquelas que se rebelam, as inconformadas: quando não se dá por parte do companheiro, se dá pela família, pela Igreja, por outras mulheres, pela sociedade de maneira geral.

Ainda a respeito da alteridade, um dado comum entre as participantes dessa pesquisa e que corrobora outros estudos na temática da violência doméstica refere-se à impossibilidade de compreensão que justifique a violência sofrida e que normalmente é nomeada pelas mulheres que passaram por situação de violência doméstica como “cicatrices de dentro”. Na presente pesquisa, a expressão foi trazida espontaneamente por algumas das participantes.

Naturalmente, as participantes sabiam que haviam sido convidadas para a entrevista de pesquisa por conta das cicatrizes decorrentes das agressões sobre o corpo. Mas como a questão não especificava, propositadamente, o âmbito da cicatriz (físico ou psicológico), as participantes inicialmente narravam a respeito das “cicatrices de fora” – isto é, as que estão

sobre a pele e, portanto, podem ser acessadas pelo olhar –, indicando a dimensão física da marca e sua gênese; entretanto, ao longo da narrativa, elas mesmas trouxeram a dimensão simbólica das cicatrizes, “as cicatrizes de dentro”, indicando o âmbito subjetivo das mesmas.

As “cicatrizes de dentro” relacionam-se com a alteridade do homem agressor na medida em que a resposta buscada pela mulher, no intuito de compreender o porquê da violência, aparentemente, está no outro, naquela dimensão que ela não pode alcançar. E, mesmo que pudesse, ela não teria uma resposta aceitável, do ponto de vista subjetivo, que aplacasse a sua angústia, que desse sentido ao sem sentido.

As entrevistadas veem as “cicatrizes de dentro” como incuráveis, indicando-nos a percepção de uma convivência eterna com a dor psicológica, permanente (como as “cicatrizes de fora”) e que nos conduz à questão da temporalidade: o que é visto como incurável, é algo que não pode ser solucionado. E se não há solução para essa dor, implica pensar a futuridade não como possibilidade, mas como uma barreira à construção de sonhos, planos e expectativas sobre a realidade da vida. Há um questionamento a respeito do sentido da vida: se a felicidade não é possível de ser alcançada, por que viver? E felicidade, para essas mulheres, está fortemente relacionada ao desejo de construir um vínculo afetivo com outro homem, de deixar-se dar uma nova chance para amar e ser amada, de ressignificar o sentido de uma relação a dois, que foi totalmente contaminado pelo antagonismo vivenciado na relação anterior, com o ex-companheiro e agressor.

Nesse sentido, penso que as “cicatrizes de dentro”, nos termos das entrevistadas, são *cicatrizes simbólicas* que decorrem de acontecimentos percebidos pelo eu como traumáticos, valorados negativamente e que marcam profundamente a trajetória de vida de uma pessoa, em termos de antes e depois, tamanhas as repercussões que passam a ser vivenciadas após o evento traumático. Isso significa que o *self* passa por transformações que permitem que a pessoa passe a identificar um eu antes do acontecimento que diverge do eu após o acontecimento, e os compara. Essa comparação entre antes e depois implica na percepção de uma identidade atual diferente da anterior, o que faz com que a pessoa busque dar uma nova consistência ao *self*.

A cicatriz é a forma final da evolução de um dano físico à pele; é um signo que dá indícios de algum acontecimento de vida, relevante ou não para quem a carrega gravada em seu corpo. É um tipo de memória corporificada, que presentifica um evento passado. Quando na pele do outro, pelo seu aspecto, somos capazes de deduzir sua origem e a gravidade do evento causador.

As cicatrizes simbólicas são as marcas de que trata um psicólogo; somos especialistas em cuidar do que não é visível aos olhos. Temos um compromisso com a tentativa de enxergar, mas sempre será tentativa por conta da alteridade presente nesse tipo de relação, tomada como dialógica; buscamos algo, buscamos enxergar as cicatrizes. Mas necessitamos que o possuidor da cicatriz nos guie até ela e nos conte a sua dor; que nos explique o que ele identifica como a causa do ferimento, em que situação e gravidade se encontra. A nós, os psicólogos, nada é dado, senão as palavras da pessoa que nos procura, que busca, entre outras coisas, atenuar as cicatrizes. Não dispomos de raio-x, tomografias, ressonâncias que nos ajudem a diagnosticar o problema. Entramos nessa interação com uma espécie de venda nos olhos, o que nos alerta ao cuidado que devemos ter a cada passo que devemos dar, respeitando as fronteiras na relação eu-outro.

Esse estudo pretende incitar a reflexão acerca de cicatrizes simbólicas, que não se limitam às dores psicológicas decorrentes da experiência de violência doméstica, mas abrangem dores resultantes de acontecimentos traumáticos e que demandam a atenuação da dor, através da possibilidade de ressignificação da experiência pela linguagem refletida, que é a experiência narrativa. As narrativas retocadas preveem a transformação de eventos de vida conhecidos pelo sujeito via novidades, presentes no processo de restauração da experiência oportunizada pelo narrar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno global, tão antigo quanto a própria humanidade. O que é muito recente são os esforços no sentido de superá-la, dados os impactos sociais e econômicos que o problema representa para toda a sociedade, de maneira geral (Waiselfisz, 2015).

Quando a brutalidade das agressões não culmina na morte da vítima, sobreviver à violência implica conviver com danos à saúde física e mental, frequentemente permanentes, que afetam negativamente diversas esferas da vida da mulher. Mas os desdobramentos da violência não se encerram na mulher que foi agredida; reverbera sobre a família, especialmente sobre os seus dependentes. Em nível coletivo, compõe, junto dos acidentes e outros tipos de violência, as preocupantes taxas de morbimortalidade por causas externas no Brasil, configurando um dos principais problemas de saúde pública (Brasil, 2017).

Partindo da experiência de quatro mulheres sobreviventes à violência doméstica, este estudo investigou como o passado, gravado na pele em forma de cicatrizes, afeta a perspectiva de vida dessas mulheres, incluindo aí o papel das relações eu-outro (mundo) sobre o processo de significação em torno das cicatrizes, consideradas aqui como signos representativos de uma série de acontecimentos de vida em torno dos episódios de violência.

Os dados demonstraram, como esperado, que a experiência de violência não se encerra quando o último golpe é deferido na mulher: ela sente no seu dia a dia a extensão das agressões cometidas no passado, ao conviver com os inúmeros prejuízos vivenciados no presente que acabam por influenciar, de forma existencialmente negativa, a sua perspectiva de futuro.

No âmbito da temporalidade, é comum às entrevistadas a seguinte percepção acerca do fluxo do tempo: para elas – e não para os outros –, o tempo não passa, desde o momento em que tiveram as trajetórias de vida marcadas pela violência. Esse dado encontra a posição de Brockmeier (2015) sobre a alteração da percepção subjetiva temporal após a vivência de certas experiências traumáticas: o passado é vivido como se fosse o presente daquela pessoa. Nesse sentido, narrar que o tempo não passa é dizer, de outra forma, que o sofrimento psíquico, em toda a sua intensidade, persiste; que as memórias traumáticas relacionadas ao evento se movem num constante ir e vir; que apesar de empreender ações simbólicas na direção de atenuar o aspecto estético das marcas, seja por meio de intervenções cirúrgicas, seja encobrindo-as com tatuagens, “as cicatrizes continuam lá”, como afirmou uma das entrevistadas (Celeste).

O passado violento também se faz presente para as entrevistadas quando elas se deparam com a incapacidade ou limitação para o trabalho, dificuldades financeiras em função da perda de salários e estabilidade, isolamento social, capacidade limitada para cuidar de si e dos filhos, corroborando os dados da Organização Mundial de Saúde¹⁹ (OMS).

Para essas mulheres pensar o futuro envolve, primordialmente, a busca por segurança material, física e psicológica, no intuito de garantir a própria integridade tão duramente atingida em função da violência. Naturalmente, estão implicadas aí a preocupação e a responsabilidade dessas mulheres em zelar pela integridade dos filhos menores (quando for o caso).

Entretanto, o que as narrativas das participantes indicam é que no futuro seguro almejado por elas dificilmente caberá um homem na qualidade de parceiro amoroso. Se, por um lado, as entrevistadas desejam ter uma nova chance de serem felizes no âmbito dos relacionamentos íntimos, ainda que esse desejo se mostre velado em alguns dos relatos, por outro, imaginar-se em uma relação com um homem é ocasião geradora de terror, uma vez que essas mulheres tendem a generalizar todos os homens como potenciais agressores.

Nesse contexto, não são apenas as relações íntimas eu-outro que são prejudicadas; a figura do outro, independentemente do papel que assume nas relações sociais, perde a credibilidade da perspectiva da mulher que passou por situação de violência. Desde o “outro-curioso” que a indaga acerca das suas cicatrizes até àqueles que, aparentemente, exercem o papel social de quem presta suporte às vítimas de violência, como o médico e a delegada, conforme apontam as entrevistadas.

Mas e quanto a nós, os pesquisadores? É totalmente plausível que esse olhar também seja estendido a nós, afinal também somos “outro” sob a perspectiva da mulher que foi agredida. Talvez a formação em Psicologia nos sirva como uma espécie de álibi, no sentido de aumentar as chances de sermos aceitos por ela como entrevistadores. Talvez. Porque nada nos é garantido apenas com base na profissão e no que se espera da postura desse profissional, haja visto os exemplos anteriormente citados.

Convidar a mulher que passou por situação de violência a participar da nossa pesquisa, aparentemente, não passa de um dos protocolos próprios ao processo de fazer pesquisa. Contudo, há algo muito sutil e ao mesmo tempo importante nesse convite: a oportunidade de a mulher decidir compartilhar ou não a sua vida com um estranho – o pesquisador. Entretanto, esse “outro” não é um curioso qualquer; ele demonstra interesse genuíno em conhecer uma

¹⁹Disponível em <http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em 9/7/2018.

parte dolorosa e embaraçosa da sua história de vida, diferente do que ela está habituada a vivenciar nas relações eu-mundo, ao tentar compartilhar o seu sofrimento. O pesquisador, enquanto outro, não se esquivava dela, ao contrário, vai em sua direção; ele não se posiciona como alguém indiferente a sua dor e a sua escuta não visa repreendê-la ou censurá-la.

Aceitar participar da pesquisa, isto é, concordar em conceder uma entrevista dessa natureza é deixar-se interpelar pelo outro, o pesquisador. É abrir-se a uma relação com a alteridade, ocasião normalmente evitada após os episódios de agressões, na medida em que a estranheza do outro pode ser terrivelmente assustadora. E essa abertura é de extrema importância, para participante e pesquisador, pelo significado que assume nesse tipo de interação.

O que quero dizer é que essa mulher espera algo de nós. Ela nos dá a chance de entrevistá-la e, assim, termos acesso às respostas que a nossa pesquisa busca responder. Mas ela também se dá uma chance: a de avaliar se realmente todos “os outros” lhe reservam o pior. Está aí uma das nossas responsabilidades enquanto pesquisadores no trabalho de campo, especificamente na temática da violência contra a mulher: confirmar a sua visão hostil acerca do outro ou convidá-la a fazer distinções entre o que é e o que parece ser, ocasião que pode favorecer a emergência de significados positivos acerca das relações eu-mundo.

Tendo em vista a importância que as relações intersubjetivas exercem sobre o desenvolvimento simbólico individual (Simão, 2010), esta pesquisa revelou o quão relevante é refletirmos criticamente a noção de alteridade com vistas à melhor compreensão de um fenômeno multicausal e complexo, como é o caso da violência doméstica contra mulher, na medida em que é um desdobramento da resistência ou mesmo da impossibilidade de diálogo entre os interlocutores que compõem a relação íntima homem-mulher. Nesse tipo de relação, o fator gênero pode implicar em prejuízos ou vantagens no que toca ao exercício de poder, que se concentra nas mãos daquele que se percebe e se coloca como dominante na relação, nesse caso, o homem.

Desse modo, mais que suscitar reflexões e ações voltadas ao enfrentamento da violência já consumada, buscando contornar ou minimizar as consequências negativas do problema da violência contra a mulher, necessitamos, enquanto cidadãos, atuar na prevenção da violência, essencialmente, por meio da educação, no reconhecimento e respeito aos direitos humanos, implicadas aí as questões de gênero e a desigualdade sociocultural entre as pessoas.

No âmbito da Psicologia, reforço a importância de formar profissionais qualificados para atuar nessa área temática, para que o psicólogo esteja preparado para ser um “outro” que seja capaz de inspirar confiança na mulher; assim, ele poderá oferecer amparo e atendimento

adequados às mulheres que recorrem a serviços especializados de gênero, visando oportunizar a superação e ressignificação da experiência de violência, através do acolhimento dessa pessoa e do exercício de sua narrativa.

Como ingressante na docência da graduação em Psicologia, tenho o intuito de participar no preparo teórico, metodológico e, principalmente, ético dos estudantes no trabalho de campo com mulheres em situação de violência. O conceito de experiência inquietante (Simão, 2003, 2016) mostrou-se um recurso importante na condução desta pesquisa, como detalhado ao longo do trabalho, desde as entrevistas com as participantes até a interpretação dos dados que emergiram dessas ocasiões. Por esse motivo, pretendo estender o uso do conceito como uma ferramenta que possa balizar os graduandos nas interações entre pesquisador e participante, especialmente por conta do que essa situação exige.

*Ninguém nasce odiando
outra pessoa pela cor de sua pele,
por sua origem ou ainda por sua
religião. Para odiar, as pessoas
precisam aprender, e se podem
aprender a odiar, elas podem ser
ensinadas a amar.*

Nelson Mandela

REFERÊNCIAS²⁰

- Abbey, E. (2015). Temporality and the boundary between present and future. In L. M. Simão, D. S. Guimarães & J. Valsiner (Eds.). *Temporality: culture in the flow of human experience*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 41-56.
- Abbey, E. (2006). Triadic frames for ambivalent experience. *Estudios de Psicología*, 27, 33-40.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949).
- Berger, M. (2009). Tatuagem: a memória na pele. *Sinais*, 5(1), 65-83.
- Bhona, F. M. C., Lourenço, M. L., & Brum, C. R. S. (2011). Violência doméstica: um estudo bibliométrico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 63(1), 87-100.
- Boesch, E. E. (2007a). The enigmatic other. In L. M. Simão & J. Valsiner (Orgs.). *Otherness in question: labyrinths of the self*. Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing, pp. 3-9.
- Boesch, E. E. (2007b). Reality as metaphor. In W. J. Lones & S. A. Hayes (Orgs.). *Discovering cultural psychology*. Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing, pp. 219-237.
- Boesch, E. E. (2007c). Transparency in the meaning making. In L. M. Simão & J. Valsiner (Orgs.). *Otherness in question: labyrinths of the self*. Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing, pp. 37-50.
- Boesch, E. E. (1991). *Symbolic action theory and cultural psychology*. Berlim-Heidelberg. New York: Springer.
- Brasil (2017). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção de Saúde. *Viva: Vigilância de Violência e Acidentes: 2013 e 2014*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (2015). Lei do Feminicídio. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.
- Brasil (2012). Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/2006*.
- Brasil (2011). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes*/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Brasil (2002). Ministério da Saúde. *Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: portaria MS/GM nº 737 de 16/5/01*, publicada no DOU nº 96 seção 1e, de 18/5/01/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

²⁰De acordo com as Diretrizes para Apresentação de Dissertações e Teses da USP – Parte II (APA). Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/112>

- Brasil (2001). Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*/Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brison, S. J. (1999). Trauma narratives and the remaking of the self. In M. Bal, J. Crewe & L. Spitzer (Eds.). *Acts of memory: cultural recall in the present*. Hanover, NH: Dartmouth College, pp. 39-54.
- Brockmeier, J. (2015). *Beyond the archive: memory, narrative, and the autobiographical process*. New York: Oxford University Press.
- Brockmeier, J. (2000). Autobiographical time. *Narrative Inquiry*, 10(1), 51-73.
- Brockmeier, J., & Harré, R. (2003). Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. *Psicologia. Reflexão e Crítica, Porto Alegre*, 16(3), 525-535.
- Bruner, J. (2004). Life as narrative. *Social Research*, 71(3), pp. 691-710. (Trabalho original publicado em *Social Research*, 54(1) – Spring 1987).
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Bruner, J. (1991). The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1-21.
- Chaudhary, N. (2014). Trust, distrust and language. In P. Linell & I. Marková (Eds.). *Dialogical approaches to trust in communication*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 175-185.
- Christianson, S. A. (1992). *The handbook of emotion and memory: research and theory*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Clastres, P. (1988). *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Coelho Júnior, N. E. (n.d.). *Usos contemporâneos do corpo – perspectivas psicanalíticas e fenomenológicas*. Recuperado de:
https://www.researchgate.net/publication/256533854_Usos_Contemporaneos_del_Cuerpo_Pe_rspectivas_Psicanaliticas_y_Fenomenologicas
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) em programas de atenção à mulher em situação de violência*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.
- Conway, M. A., & Holmes, A. (2004). Psychosocial stages and the accessibility of autobiographical memories across the life cycle. *Journal of Personality*, 72(3), 461-80.
- Conway, M. A., & Pleydell-Pearce, C. W. (2000). The construction of autobiographical memories in the self-memory system. *Psychological Review*, 107(2), pp. 261-88.
- Cornejo, C. (2014). On trust and distrust in the lifeworld. In P. Linell & I. Marková (Eds.). *Dialogical approaches to trust in communication*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 237-253.

- Culbertson, R. (1995). Embodied memory, transcendence, and telling: recounting trauma, re-establishing the self. *New Literary History*, 26, 169-195. DOI: 10.1353/nlh.1995.0007
- Delamarre, B. (1996). *Autrui*. Paris: Ellipses.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, 115, 139-154.
- Fivush, R., Hazzard, A., McDermott Sales, J., Sarfati, D., & Brown, T. (2003). Creating coherence out of chaos? Children's narratives of emotionally positive and negative events. *Applied Cognitive Psychology*, 7(1), 1-19.
- Fioretti, C., & Smorti, A. (2016). Narrating positive versus negative memories of illness: does narrating influence the emotional tone of memories? *European Journal of Cancer Care*, 26(3), 1-7. DOI: 10.1111/ecc.12524
- Fonseca, D. H.; Ribeiro, C. G.; & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), pp. 307-314.
- Guimarães, F. (2009). “Mas ele diz que me ama...”: impacto da história de uma vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres. Dissertação de mestrado não publicada. Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília.
- James, W. (1897/1948). *Essays in pragmatism*. New York, NY: Hafner Publishing Company.
- Josephs, I., & Valsiner, J. (1998). How does autodiologue work? Miracles of meaning maintenance and circumvention strategies. *Social Psychology Quarterly*, 61(1), 68-83.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. V. (2002). Entrevista narrativa. In: M. V. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 90-113.
- Lamiell, J. T. (1998). “Nomothetic” and “idiographic”: contrasting Windelband's understanding with contemporary usage. *Theory and Psychology*, 8, 23-38.
- Laskovski, L. (2012). *Por que ir à Fisioterapia? Um estudo microgenético de expectativas de pacientes e adesão ao tratamento* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Le Breton, D. (2009). *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Le Breton, D. (2006). *A sociologia do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lebrun, G. (1983). *Arte e filosofia*. Rio de Janeiro, RJ: Funarte.
- Leitão, M. N. C. (2014). Mulheres sobreviventes de violência exercida por parceiros íntimos: a difícil transição para a autonomia. *Revista Escola de Enfermagem USP*, 48 (Esp), 7-15.
- Luhmann, N. (1998). Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives. In D. Gambetta (ed.), *Trust: making and breaking co-operative relations*, Oxford: Blackwell, pp. 94-107.

- Madureira, A. F. A. (2012). Belonging to gender: social identities, symbolic boundaries and images. In Valsiner, J. (Ed.). *The oxford handbook of culture psychology*. New York: Oxford University Press, pp. 582-601.
- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2012). Diversity and inclusion as central values in the construction of a democratic world. In A. U. Branco & J. Valsiner (Eds.). *Cultural psychology of human values*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 195-235.
- Mello, I. C. A. P. (2009). *Infinito instante: um olhar bergsoniano sobre o tempo nas fotos de Hiroshi Sugimoto* (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Musaeus, P., & Brinkmann, S. (2011). The semiosis of family conflict: a case study of home-based psychotherapy. *Culture & Psychology*, 17(1), 47-63.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 7-13.
- Nigro, K. F. (2016). *Outros canibais: teatro jaguarizado contra a colonização do pensamento* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pontes, V. V. (2013). *Construindo continuidade frente a sucessivas rupturas: estratégias semióticas de reparação dinâmica do self* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Ravazzola, M. C. (1997). Violencia familiar: El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos. *Sistemas Familiares*, 23, 29-42.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2ª ed.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna.
- Saffioti, H. I. B.; & Almeida, S. S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Salgado, J. (2014). Searching for trust in psychotherapy: the developmental dynamics of trust within a dialogical perspective. In P. Linell & I. Marková (Eds.). *Dialogical approaches to trust in communication*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 101-124.
- Salvatore, S., & Valsiner, J. (2010). Between the general and the unique: overcoming the nomothetic versus idiographic opposition. *Theory and Psychology*, 20(6), 1-18.
- Salvatore, S., & Valsiner, J. (2008). Idiographic science on its way: towards making sense psychology. *Yearbook of idiographic science*, 1, 9-19. Firera & Liuzzo Publishing, Roma.
- Sampaio, J. C. C., & Simão, L. M. (2015). Repetition, duration and persistence: temporality in the performing arts. In L. M. Simão, D. S. Guimarães & J. Valsiner (Eds.). *Temporality: culture in the flow of human experience*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 381-411.

- Simão, L. M. (2016). Culture as a moving symbolic border. *Integrative Psychological & Behavioral Sciences*, 50, 14-28. <https://doi.org/10.1007/s12124-015-9322-6>
- Simão, L. M. (2015a). The temporary perspective of the Semiotic Cultural Constructivism: for a hermeneutical reflexivity in Psychology. In G. Marsico, R. Ruggeri & S. Salvatore (Eds.). *Reflexivity and Psychology*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishers, pp. 65-85.
- Simão, L. M. (2015b). Time – Not always the same. In L. M. Simão; D. S. Guimarães & J. Valsiner (Eds.). *Temporality: culture in the flow of human experience*, N. C.: Information Age Publishing, pp. 11-14.
- Simão, L. M. (2015c). The temporality of tradition: some horizons for Semiotic-Cultural Constructivism in Psychology. In L. M. Simão, D. S. Guimarães & J. Valsiner (Eds.). *Temporality: culture in the flow of human experience*. Charlotte, N. C.: Information Age Publishing, pp. 483-503.
- Simão, L. M. (2011). Ciência idiográfica, ciência cultural. In *Congresso Norte-Nordeste de Psicologia*, 7, Salvador. Mesa Redonda: Ciência idiográfica, historicidade e semiose na Psicologia atual (apresentação oral).
- Simão, L. M. (2010). *Ensaio dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro*. São Paulo: Hucitec.
- Simão, L. M. (2007a). Why “otherness” in the research domain of semiotic-cultural constructivism? In Simão, L. M., & J. Valsiner. (Orgs.). *Otherness in question: labyrinths of the self*. Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing, pp. 11-35.
- Simão, L. M. (2007b). We researchers: unquiet people disquieting others. A commentary on Duarte & Gonçalves “Negotiating motherhood: a dialogical approach”. *International Journal of Dialogical Science*, 2(1), 277-285.
- Simão, L. M. (2004a). Semiose e diálogo: para onde aponta o Construtivismo Semiótico-Cultural. In M. T. C. C. Souza (Org.). *Os sentidos de construção: o si mesmo e o mundo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, pp. 13-24.
- Simão, L. M. (2004b). Alteridade no diálogo e construção de conhecimento. In L. M. Simão & A. M. Martínez (Orgs.). *O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e prática profissional em psicologia*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, pp. 29-39.
- Simão, L. M. (2003). Beside rupture – disquiet; beyond the Other – Alterity. *Culture & Psychology*, 9, pp. 449-459.
- Simão, L. M. (2002). A noção de objeto e a concepção de sujeito em Boesch. In L. M. Simão, M. T. C. C. Souza & N. E. Coelho Jr. *Noção de objeto, concepção de sujeito: Freud, Piaget e Boesch*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, pp. 87-96.
- Simão, L. M. (1998). Cultura como campo de ação: uma introdução à teoria da ação simbólica de Boesch. *Cadernos de Psicologia*, 4(1), 57-66.

- Smorti, A., & Fioretti, C. (2015). Why narrating changes memory: a contribution to an integrative model of memory and narrative processes. *Integrative Psychological Behavioral Science*, 50, 296-319.
- Sontag, S. (1981). *Ensaaios sobre fotografia*. Rio de Janeiro, RJ: Arbor.
- Strey, M. N. (2012). Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In Grossi, P. K. (Org.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, pp. 51-72.
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da psicologia cultural: fundamentos da mente, mundos da vida*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Valsiner, J. (2007). Looking across cultural boundaries. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41(3-4), 219-224.
- Valsiner, J. (1998). *The guided mind: a sociogenetic approach to personality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Valsiner, J. (1989). *Human development and culture*. Lexington, MA: Lexington Books.
- Zittoun, T. (2007). Dynamics of interiority: ruptures and transitions in the self development. In Simão, L. M., & J. Valsiner (Orgs.). *Otherness in question: labyrinths of the self*. Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing, pp. 187-214.
- Zuwick, A. M. (2012). O corpo violado. In Grossi, P. K. (Org.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, pp. 83-92.
- Wagner, R. (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em: www.flacso.org.br
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012*. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.flacso.org.br
- Wu, R. (2010). Heidegger e o neokantismo de Windelband e Rickert. *Estudos filosóficos*, 5, 174-186. Recuperado de: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13-rev5.pdf>

ANEXO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Para além do que se vê: questões, cicatrizes e repercussões psicológicas da violência doméstica contra mulheres

Pesquisador: Flávia Meneses Duarte

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44799715.6.0000.5561

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.097.159

Data da Relatoria: 08/06/2015

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta-se muito bem organizado com todos os documentos solicitados e a própria pesquisa revela-se muito bem delineada, com todos os itens que compõem adequadamente um projeto de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Esta pesquisa tem por objetivo geral "Investigar as repercussões que um corpo marcado por cicatrizes traz para a vida da mulher que passou por situação de violência doméstica no passado" e como objetivos específicos:

- a. Identificar pensamentos, sentimentos e ações quando o outro inquirir – verbalmente ou não – a respeito da cicatriz;
- b. Analisar as (re)significações pessoais e coletivas sobre as cicatrizes na narrativa da mulher, ao rememorar as agressões.
- c. Analisar as repercussões psicológicas da reparação da cicatriz, quando ocorreu intervenção médico-cirúrgica.

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bl. "G" sala 27
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 05.508-090
 UF: SP Município: SÃO PAULO
 Telefone: (11)3091-4182 E-mail: cep@usp.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 1.097.159

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como risco, a pesquisadora considera que rememorar situações difíceis e dolorosas de violência doméstica pode desencadear algum nível de ansiedade nas participantes, mas seria possível oferecer apoio psicológico, se isto for necessário.

Como benefício as participantes expressariam e compartilhariam sentimentos, pensamentos e percepções, refletindo acerca de suas experiências e ao (re)significar essas vivências, poderia haver repercussão positiva na qualidade de vida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O fato desta pesquisa proporcionar reflexões posteriores de vivências dolorosas do passado pode ampliar o conhecimento sobre o funcionamento psíquico de mulheres vítimas de violência doméstica. Especialmente quando elas já se distanciaram temporariamente do evento traumático, no sentido de analisar que manejos psíquicos foram utilizados para lidar não só com as cicatrizes corporais, mas também internas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está muito bem redigido, de forma clara e concisa, com todos os cuidados éticos necessários.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Se o projeto prevê aplicação de TCLE, todas as páginas do documento deverão ser rubricadas pelo pesquisador e pelo voluntário e a última página assinada por ambos, conforme Carta Circular no 003/2011 da CONEP/CNS.

Salientamos que o pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEPH de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Lembramos que

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bl. "G" sala 27
Bairro: Cidade Universitária CEP: 05.508-030
UF: SP Município: SÃO PAULO
Telefone: (11)3091-4182 E-mail: ceph.ip@usp.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 1.087.159

esta modificação necessitará de aprovação ética do CEPH antes de ser implementada. De acordo com a Res. CNS 466/12, o pesquisador deve apresentar a este CEP/SMS o relatório final do projeto desenvolvido, conforme preenchimento de Protocolo disponível na página do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IPUSP, do site do IPUSP. Em seguida, o protocolo preenchido deverá ser enviado ao CEPH pela Plataforma Brasil, Ícone Notificação, logo que o mesmo estiver concluído.

SAO PAULO, 08 de Junho de 2015

Assinado por:
FRAULEIN VIDIGAL DE PAULA
(Coordenador)

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bl. "Q" sala 27
Bairro: Cidade Universitária CEP: 05.508-030
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3091-4182 E-mail: ceph.ip@usp.br

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Participante:

Gostaria de convidá-la a participar da pesquisa “*Para além do que se vê: questões, cicatrizes e repercussões psicológicas da violência doméstica contra mulheres*” realizada na Casa Eliane de Grammont. Os objetivos da pesquisa abarcam: analisar o processo pelo qual significados são construídos a partir de cicatrizes decorrentes da violência doméstica e compreender as repercussões físicas e psicológicas de tais cicatrizes sobre a vida da mulher.

A sua participação é muito importante e ela se dará através de uma entrevista, na qual a pesquisadora fará perguntas acerca da sua experiência, em relação as suas cicatrizes. As perguntas e suas respostas serão gravadas por um aparelho gravador e, depois, suas falas serão transcritas em forma de texto, exatamente como foram ditas. Além disso, os arquivos de áudio gravação serão descartados após sua utilização na tese de doutorado e eventual artigo científico a ser publicado e, portanto, ficarão em posse da pesquisadora por aproximadamente 5 (cinco) anos até serem definitivamente eliminados.

É importante esclarecer que os dados serão utilizados somente para fins científicos e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Lembramos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Informamos que você não pagará nem será remunerado por sua participação. Este estudo não apresenta nenhum tipo de risco ou prejuízo a sua integridade. Em caso de maiores dúvidas, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP pelo telefone (11) 3091-4182 ou com a pesquisadora responsável, Flávia Meneses Duarte, RG: 29702939-3, através do e-mail: duartefm@usp.br.

Você receberá e assinará duas vias deste termo; uma das vias ficará com você e a outra ficará em posse da pesquisadora responsável, que deverá arquivá-lo.

Tendo em vista as informações acima, eu, _____, após ter recebido todas as informações necessárias e os esclarecimentos devidos, declaro consentir livremente em participar como voluntário desta pesquisa.

São Paulo, _____ de _____ de 20__

Assinatura do Participante: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

APÊNDICE B

ROTEIRO TEMÁTICO DA ENTREVISTA NARRATIVA

1. Proposição geral:

A entrevista dará início com a proposição “Conte-me a história da sua cicatriz”. Ao longo da narrativa, questões poderão ser realizadas pela pesquisadora, a fim de esclarecer dúvidas levantadas pelo relato ou complementar informações que estão relacionadas aos objetivos da pesquisa.

2. Roteiro temático:

TEMA	POSSÍVEIS QUESTÕES
AUTOIMAGEM E AUTOESTIMA	<ul style="list-style-type: none"> - Algo mudou em relação ao modo como você se percebe (ou percebe o próprio corpo) após a(s) cicatriz(es)? - Como é a sua relação com o espelho? - Você tem o desejo de realizar alguma modificação na aparência da cicatriz? Já realizou algo nesse sentido? - Para você, o que representa a possibilidade (ou não) de amenizar a aparência da cicatriz?
O OLHAR DO OUTRO	<ul style="list-style-type: none"> - Você se preocupa em deixar as cicatrizes à mostra? - Quando outras pessoas olham para a sua cicatriz ou mesmo perguntam a você a respeito dela, o que você pensa? Como você se sente? O que faz a respeito? - Como você se sente ao contar essa história pra mim (enquanto “outro”)?
PERSPECTIVAS DE VIDA E FUTURO	<ul style="list-style-type: none"> - As cicatrizes afetam a forma como você percebe a sua vida? (a) Se sim, como? - As cicatrizes influenciam a maneira como você encara as perspectivas de futuro? - Quais são as suas perspectivas para o futuro? - Que tipos de coisa deseja realizar?

APÊNDICES